

VII Legislatura
IV Sessão Legislativa

Horta, Segunda Feira, 7 de Junho de 2004

Presidente: Deputado André Rosa (substituído no decorrer da Sessão pela Vice-Presidente Deputada Isabel Mesquita, posteriormente substituída pela Vice-Presidente Solange Gomes)

“A Educação da Sexualidade”

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos)

Após a chamada dos Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Deputado Fernando Menezes, proferiu uma intervenção, dando abertura à VI Sessão do Plenário Jovem.

No **Período de Tratamento de Assuntos de Interesse Político**, foram apresentados 3 Votos de Congratulação:

- **Voto de Congratulação ao Futebol Clube do Porto, campeão europeu de futebol.**

O voto em apreço foi apresentado pela Sra. Deputada Ângela Rego (São Miguel) e foi aprovado por maioria.

- **Voto de Congratulação pelo convite dirigido à Escola Básica e Integrada dos Biscoitos para participar na VI Sessão do Plenário Jovem**

O voto foi apresentado pelo Sr. Deputado Décio Fernandes (*Terceira*) e também foi aprovado por maioria.

- **Voto de Congratulação dirigido à nova equipa do Conselho Executivo da Escola de Santa Maria e solicitando um aplauso de boa sorte à Selecção Portuguesa no Euro 2004.**

Após a apresentação do texto pela Sra. Deputada Isabel Mesquita (*Santa Maria*), o voto foi aprovado por maioria.

Em seguida, e pelo Prof. Doutor Carlos Amaral Dias, foi proferida uma intervenção abordando o tema “A Educação da Sexualidade”.

Aberto o debate, usaram da palavra para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Odete Chaves (*Santa Maria*), Débora Branco (*Terceira*), Ashley Domingos (*Corvo*), Joana Ponte (*São Miguel*), André Lopes (*São Jorge*), Beatriz Gonçalves (*São Miguel*), Décio Fernandes (*Terceira*), Ângela Rego (*São Miguel*), Isabel Mesquita (*Santa Maria*), Nuno Moura (*Santa Maria*),

Gonçalo Fernandes (*São Miguel*), Márcia Diógenes (*São Miguel*), Carolina Vieira (*São Miguel*), Júlia Silveira (*São Jorge*), Ricardo Conceição (*São Miguel*), Luís Toste (*Terceira*), Morgan Câmara (*São Miguel*), Joana Alves (*Terceira*), Bruno Tavares (*São Miguel*), Ana Cláudia (*São Miguel*), Luís Duarte (*Faial*) e Rúben Pacheco (*São Miguel*).

Prestaram esclarecimentos o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias, o Dr. Pedro Cosme e a Dra. Fátima Pinto.

Posteriormente, foram apresentadas duas **Moções**, as quais foram aprovadas por unanimidade, pelos Srs. Deputados André Lopes (*São Jorge*) e Vanessa Valadão (*Corvo*).

Para **tratamento de assuntos de interesse político relevante**, proferiram intervenções os Srs. Deputados Bruno Tavares (*São Miguel*), Nuno Moura (*Santa Maria*), Gonçalo Fernandes (*São Miguel*), Natacha Sousa (*São Miguel*), Beatriz Gonçalves (*São Miguel*), Ana Medeiros (*São Miguel*), Ângela Rego (*São Miguel*), Daniela Estrela (*São Miguel*), Marina Silva (*São Miguel*), Décio Fagundes (*Terceira*), Débora Branco (*Terceira*), Joana Jordão (*Faial*), Tânia Machado (*Pico*), Júlia Silveira (*Velas*), Vânia Vitorino (*São Jorge*), Andreia Maciel (*Flores*), Ashley Domingos (*Corvo*) e Tiago Santos (*Graciosa*).

Em seguida, iniciou-se o debate com os Deputados Representantes dos diversos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Assim, usaram da palavra para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Gonçalo Fernandes (*São Miguel*), Natacha Sousa (*São Miguel*), Beatriz Gonçalves (*São Miguel*), Mafalda Ponte (*São Miguel*), Ashley Domingos (*Corvo*), Bruno Tavares (*São Miguel*), Carolina Vieira (*São Miguel*), Rúben Pacheco (*São Miguel*) e Diego Aguiar (*Terceira*).

Prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional José Rego (*PS*), Costa Pereira (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Para encerrar este período, usou da palavra o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputado Francisco Barros (*PS*).

No período da **Agenda da Reunião** foram apresentadas três propostas de Resolução:

A primeira **Proposta** foi subscrita pelos Srs. Deputados das **Escolas de Graciosa, Santa Maria, Domingos Rebelo, Ginetes e Nordeste** e a sua apresentação coube à Sra. Deputada Natacha Sousa (*São Miguel*).

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados André Rosa (*Terceira*), Gonçalo Fernandes (*São Miguel*), Ângela Rego (*São Miguel*), Isabel Mesquita (*Santa Maria*), Beatriz Gonçalves (*São Miguel*) e Rúben Pacheco (*São Miguel*).

Submetida à votação a proposta foi rejeitada por maioria.

A segunda **Proposta** foi subscrita pelas **Escolas do Faial, Flores, Pico, São Jorge e Terceira**.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Débora Branco (*Terceira*), a quem coube a apresentação da proposta, Ângela Rego (*São Miguel*), Andreia Maciel (*Flores*), Natacha Sousa (*São Miguel*), Rúben Pacheco (*São Miguel*), Beatriz Gonçalves (*São Miguel*), Luís Toste (*Terceira*) e Isabel Mesquita (*Santa Maria*).

A proposta em apreço foi aprovada por maioria.

A terceira **proposta** foi subscrita pelas **Escolas das Laranjeiras, Povoação, Maia, Corvo, Obra do Gaiato e Antero de Quental** e foi apresentada pela Sra. Deputada Carolina Vieira (*São Miguel*).

Após as intervenções dos Srs. Deputados Morgan Câmara (*São Miguel*), Marina Silva (*São Miguel*), Pedro Azevedo (*Faial*), Beatriz Gonçalves (*São Miguel*) e Andreia Areias (*Terceira*), a proposta foi rejeitada por maioria.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 10 minutos)

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados e Representantes dos Grupos Parlamentares.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Ilha de São Miguel

Ana Cláudia

Ângela Rego

Bruno Tavares

Carolina Vieira

Daniela Estrela

Gonçalo Fernandes

Joana Ponte

José Nelson Nascimento

Mafalda Ponte

Márcia Diógenes

Maria Beatriz Gonçalves

Marina Silva

Morgan Câmara

Natacha Sousa

Ricardo Conceição

Rúben Pacheco

Ilha Terceira

Andreia Areias

Débora Branco

Délcio Fagundes
Diego Aguiar
Flávio Meneses
Isabel Fagundes
Joana Alves
Luís Toste
Madalena Costa

Ilha do Faial

Joana Jordão
João Salvador
Luís Duarte
Pedro Azevedo

Ilha de São Jorge

André Lopes
João Reis
Júlia Silveira
Vânia Vitorino

Ilha da Graciosa

Natércia Ribeiro
Pedro Loura
Tiago Santos

Ilha de Santa Maria

Isabel Mesquita
Nuno Moura
Odete Chaves

Ilha do Pico

Ana Rosa
Tânia Machado
Paula Serpa

Ilha das Flores

Andreia Maciel
Marta Soares
Solange Gomes

Ilha do Corvo

Ashley Domingos
Vanessa Valadão

Deputado Representante do Grupo Parlamentar do PS

José Rego

Deputado Representante do Grupo Parlamentar do PSD

Costa Pereira

Deputado Representante do Grupo Parlamentar do PCP

Paulo Valadão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Deputado Francisco Barros

(Participou nesta Sessão o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Deputado Fernando Menezes.

Também participaram, como convidados, o Prof. Doutor Carlos Amaral Dias, o Dr. Pedro Cosme, a Dra. Fátima Pinto e a Dra. Ana Félix.

Estiveram ainda presentes os Srs. Deputados Osório Silva e Nélia Amaral, como membros da Comissão de Assuntos Sociais)

Presidente: Estão presentes 51 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público

Tem a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para proceder à abertura da VI Sessão do Plenário Jovem.

Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (*Dep. Fernando Menezes*): Sr. Presidente da Mesa, Jovens Deputados Regionais, Professor Carlos Amaral Dias, Convidados, Professores, Sr. Presidente e Srs. Deputados da Comissão de Assuntos Sociais:

Começo, naturalmente, por saudar a todos. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa Regional dos Açores que é, como sabem, o órgão máximo da nossa Autonomia Democrática.

Deixem dizer-vos que este nosso sistema político-constitucional teve início nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira em 1976, com a aprovação da Constituição, depois do 25 de Abril de 1974. Como sabem, comemorámos há dias os 30 anos da Revolução do 25 de Abril.

Nesta Casa somos 52 Deputados, representando todos os açorianos. Reunimos nesta Sala uma vez por mês, durante uma semana.

Quando não estamos aqui reunidos, as Comissões Permanentes da Assembleia reúnem para tratar de diversos assuntos. Elas preparam e estudam os diplomas legislativos, as propostas de resolução, as petições.... Enfim, uma série de matérias que compete à Assembleia Legislativa Regional tratar.

Hoje, a nossa Sala está diferente. Está mais bonita, não só pelos cartões identificativos das diversas ilhas que se encontram à vossa frente, mas sobretudo pela vossa participação num debate tão importante.

Todas as ilhas estão representadas nesta Sessão.

Esta é a VI Sessão do Plenário Jovem que, como sabem, nós organizamos todos os anos.

Estes encontros, a par de outras iniciativas que desenvolvemos durante o ano, como seja a vinda de alunos das escolas de todas as ilhas à Assembleia Regional, faz parte de uma política que nós próprios quisemos desenvolver e que tem a ver com a participação e preparação para a cidadania.

Nada melhor do que estar aqui para debater as questões e ficar a conhecer o que são as instituições do poder nesta Região Autónoma.

É isso que estamos a fazer hoje, um debate, mais uma experiência de cidadania.

Por vossa escolha, e das escolas, o tema que vamos abordar hoje é “A Educação da Sexualidade”.

Trata-se de um assunto de grande utilidade e foi por isso que o escolheram. Diz respeito a todos e é um assunto que será tratado com seriedade, mas tenho a certeza que terá momentos divertidos e sobretudo momentos descomplexados.

Queria dizer-vos, sem qualquer saudosismo – antes pelo contrário – que quando eu era da vossa idade, se alguém me dissesse que iria existir uma reunião destas para discutir um tema destes, o que eu poderia pensar é que estava tudo louco.

Em primeiro lugar, porque não existia Parlamento Regional.

Em segundo lugar, porque temas como este ou outros parecidos, não eram tratados em público como nós hoje os tratamos com tanto à vontade.

Meus caros amigos:

Ainda bem que os tempos mudaram!

Ainda bem que as coisas estão diferentes e que hoje podemos, livremente, falar do que nos apetece neste plenário da Assembleia Regional.

Srs. Deputados, não quero maçar-vos.

Quero agradecer a presença do Sr. Professor Carlos Amaral Dias – muitos de vocês conhecem – que aceitou estar hoje connosco para conversar sobre esta matéria, apesar de nós sabermos das muitas solicitações que tem e que lhe carregam a agenda diariamente.

O Professor Amaral Dias acabou de me confidenciar que participou noutras iniciativas e que ainda hoje vai para a Madeira participar em outras. Portanto, é uma pessoa com o seu tempo completamente cheio e por isso nós estamos muito gratos por tê-lo connosco.

Agradeço aos restantes convidados. Também eles desempenham um papel importante na nossa sociedade relativamente a esta matéria, aos Srs. Deputados Regionais da Comissão de Assuntos Sociais, que é aquela que

trata de assuntos relacionados com a educação e aos Srs. Professores que acompanharam os alunos e que com eles prepararam este plenário.

Permitam-me também uma palavra de agradecimento aos meus colaboradores da Assembleia Regional que organizaram esta VI Sessão.

Termino, meus amigos, desejando-vos votos de um bom trabalho.

Se me permitem também, espero que esta Sessão seja para vocês uma Sessão que eu diria curta. Que aprendam, discutam e que estejam perfeitamente à vontade no tratamento deste tema.

Muito obrigado por terem vindo.

Nós, Assembleia Regional e eu próprio, ficamos muito felizes de olhar para estas bancadas e vê-las tão cheias de jovens empenhados.

Quem sabe se algum de vocês amanhã estará aí de pleno direito, eleito e legitimado pelo povo dos Açores.

Bom trabalho.

Muito obrigado a todos.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar início ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos.**

Deram entrada na Mesa três votos.

Para apresentar o **Voto de Congratulação** da Escola Domingos Rebelo, tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Rego.

Deputada Ângela Rego (São Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

A Escola Secundária Domingos Rebelo quer associar-se aos milhões de portugueses, de aquém e além fronteiras, num voto de congratulação ao Futebol Clube do Porto, campeão europeu de futebol, representativo da excelência do desporto português e responsável pela sua quota parte da projecção do nosso país, na Europa e no Mundo.

Muito obrigada.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação, apresentado pelos representantes da Escola Domingos Rebelo, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado com 29 votos a favor, 19 votos contra e registou 2 votos de abstenção.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Passamos ao próximo voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Décio Fernandes, representante da Escola dos Biscoitos.

Deputado Décio Fernandes (Terceira): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Voto de Congratulação

É com grande prazer que aqui estamos a representar a Escola Básica Integrada dos Biscoitos e a Ilha Terceira e por esta razão sentimo-nos obrigados a agradecer esta oportunidade que nos foi concedida.

Esperamos estar à altura deste difícil, porém aliciante desafio, com a certeza de que sairemos enriquecidos ao nível sócio-cultural e podermos dar o nosso humilde contributo para que possamos no futuro contar com uma verdadeira e real Educação da Sexualidade nas Escolas.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação, apresentado pelos representantes da Escola dos Biscoitos, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado com 49 votos a favor, 1 voto contra.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Passamos à apresentação do último voto.

Para o efeito tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Mesquita, representante da Escola de Santa Maria.

Deputada Isabel Mesquita (Santa Maria): Sr. Presidente, Convidados, Colegas Deputados, restante público:

Voto de Congratulação

Os Deputados de Santa Maria, nesta Assembleia, gostavam de dar as congratulações à nova equipa do Conselho Executivo da nossa Escola, na pessoa do novo Presidente, Professor João Fontes.

Também gostaríamos de pedir a todos um aplauso de boa sorte à Selecção Portuguesa no Euro 2004.

Os Deputados de Santa Maria agradecem.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação, apresentado pelos representantes da Escola de Santa Maria, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado com 41 votos a favor, 8 votos contra e registou 1 voto de abstenção.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Terminada a apresentação dos votos, tem a palavra o Professor Doutor Carlos Amaral Dias, para proferir uma intervenção.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, queria agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Dr. Fernando Menezes, a gentileza e a honra que me deu por estar hoje presente.

Aproveito também para cumprimentar os Jovens Deputados e os Deputados da Comissão de Assuntos Sociais presentes.

Para mim é uma honra estar convosco.

Como convidado, tentarei introduzir o tema, apresentando na minha intervenção alguns pontos síntese ou chave que me parecem essenciais para que possamos debater esta questão e, sobretudo, tentarei centrar a minha conversa convosco à volta dos problemas que digam respeito a vocês, Jovens e Adolescentes.

O tema proposto é “A Educação da Sexualidade”. Eu preferia centrar-me mais nos aspectos da sexualidade própria dos jovens, embora tenha que dar um panorama, digamos assim, sintético, das questões da sexualidade humana.

A primeira coisa que gostaria de dizer e é fundamental assentarmos este ponto de vista, é que a sexualidade humana não é uma sexualidade igual à das outras espécies.

Os seres humanos não estão protegidos pela barreira do instinto. Como vocês sabem, as espécies animais têm comportamentos sexuais de repetição que têm como finalidade, única e exclusiva, a actividade reprodutiva, daí que a maioria das espécies têm um tempo limitado, por exemplo durante um ano, para praticar o actual sexual que se destina exclusivamente à reprodução.

O ser humano pelas suas características específicas – se quiserem eu depois posso falar um bocadinho sobre isso – não está protegido pela barreira do instinto e quando digo isto é porque a barreira do instinto é uma protecção.

Em que sentido?

No sentido em que os comportamentos sexuais, como os comportamentos de qualquer outra espécie (os agressivos e os outros), fazem parte do enquadramento de uma espécie. Portanto, todos os mecanismos são determinados filogeneticamente, ou seja, estão determinados na espécie. Cada membro individual dessa espécie reproduz um grande panorama, digamos assim, dessa mesma espécie.

A espécie humana não funciona dessa maneira, nem na sexualidade, nem em nenhuma outra área. Eu até costumo dizer, como forma de introduzir esta questão, que o ser humano é um animal falhado e logo um sujeito histórico simbólico.

Com tudo o que isto implica, a sexualidade humana não pode estar inscrita num território puramente biológico como as outras espécies, mas inscrita num território muitíssimo mais vasto.

A espécie humana tem ainda uma outra característica que é fundamental e essencial. Não sei se sabem que nós, à nascença, dispomos de cerca de 100 milhões de neurónios, uma coisa muito impressionante. Neurónios são células cerebrais.

Vocês sabem que aquelas coisas que unem as células cerebrais são as sinapses que resultam da ligação entre os neurónios.

Quando nós temos 3 anos de idade, temos mil triliões de sinapses. Entre os 3 anos e a idade adulta perdemos metade das sinapses que construímos, que

combinam os neurónios entre si e que permitem uma aprendizagem extraordinária da espécie humana durante aquilo que podíamos chamar a primeira infância. Isso está demonstrado do ponto de vista dos estudos da tomografia, onde se vê como funciona.

A densificação sináptica até aos 3 anos é máxima.

O pediatra que vos viu quando vocês tinham 3 anos, tinha metade do número de sinapses que vocês tinham, o que quer dizer que a inteligência humana, a capacidade de aprendizagem da espécie, durante os primeiros anos de vida, é uma coisa evidente, seja do ponto de vista psicológico, neurológico ou neurofisiológico.

Qual a consequência que isso tem para a sexualidade?

Tem uma consequência muito interessante. É que na espécie humana, ao contrário das outras espécies, a representação da sexualidade acontece antes de termos uma actividade sexual.

A partir do momento em que começamos a perceber o que é que é o materno, o paterno e a partir daí o que é que é o masculino e o feminino, nós percebemos o que é que isto quer dizer. Percebemos o que é que quer dizer um encontro entre um homem e uma mulher, mas as nossas condições biológicas para que isso aconteça não estão criadas, ou seja, há um longo período na espécie humana, que vai até mais ou menos à vossa idade, em que a espécie humana conhece psicologicamente o que se passa desse ponto de vista, mas não tem condição da realização de qualquer coisa.

Nesse sentido, a espécie humana tem uma espécie de bifasismo sexual. Temos um primeiro tempo em que podemos convencionar por sexualidade infantil, que consiste num conjunto de actividades que os meninos e as meninas fazem como ensaio (os namoricos), mas que não constituem evidentemente uma actividade sexual. Só mais tarde, a partir de um certo período do nosso desenvolvimento, é que nós podemos ter verdadeiramente uma actividade sexual.

Também aí, nós divergimos das outras espécies.

Os Jovens Deputados que estão aqui presentes, ou os jovens que estão nas galerias, pela idade que estou a ver mais ou menos, terão adquirido as características necessárias e suficientes para poderem ter uma actividade sexual reprodutiva, de pleno direito do ponto de vista biológico.

Porém, acontece que entre a aquisição da autonomia sexual – uma coisa que se adquire mais ou menos na adolescência – e a autonomia social, a espécie humana tem um enorme hiato. Vocês sabem que é assim e devem sofrer na pele, no melhor e no pior sentido do termo, esta situação.

Em que sentido?

No sentido em que as outras espécies (vou buscar uma espécie conhecida porque habita em todos os cantos do planeta, os cães), quando atingem a maturidade sexual, fazem uma coisa muito simples: urinam nos cantos para

marcarem um território, escolhem um companheiro ou uma companheira e reproduzem-se.

A maturidade sexual e a autonomia são gêmeas na maior parte das espécies, ou seja, a marcação de um território (tem a ver com a própria noção da ocupação de um espaço “social” na espécie) e ao mesmo tempo a aquisição de autonomia sexual.

Na espécie humana isso não acontece.

A maior parte de vocês tem um problema que se arrasta de geração em geração. Não pensem que esse problema é da vossa geração.

Recentemente tive ocasião de ver uns escritos referentes a 5 mil anos antes de Cristo (5 mil anos antes de Cristo, reparem bem!) que diziam qualquer coisa do género: a juventude de hoje não presta, não obedece aos princípios. Estamos preocupados com o futuro.

Essa ideia de que as gerações anteriores não compreendem as gerações seguintes é tão velha como a humanidade. Sócrates também a refere.

É preciso perceber que esta ideia é antiga e resulta de uma coisa que é obrigatória na adolescência. O jovem adquire comportamentos de autonomia. A sexualidade é, sobretudo, um comportamento autónómico, porque somos senhores do nosso próprio corpo, decidimos o que é que fazemos com ele, escolhemos os nossos parceiros amorosos.

O advento da sexualidade na adolescência é acompanhado de outras estratégias autónómicas que são tão importantes ou mais importantes do que possamos pensar, que são justamente os marcadores que na espécie humana substituem a urina que os cães fazem para marcar o seu território quando atingem a capacidade reprodutiva.

Como vocês não podem fazer isso – vocês vivem com os vossos pais – quais são as estratégias que usam para encontrarem uma autonomia? Vestem-se da maneira que gostam, usam a cabeça da forma que querem, escolhem a decoração do vosso quarto, colocam o poster que querem nos sítios onde vivem, etc. Adquirem assim um conjunto de comportamentos que são distintivos e marcam um território dentro da vossa casa – habitualmente é o quarto – e muitas vezes há conflitos entre pais e filhos por causa disso, porque a geração anterior não entende essa necessidade absoluta que o jovem tem da marcação de um território. Esse território pertence-lhe.

A marcação desse território, se vocês repararem nas vossas próprias histórias, é simultâneo à aquisição das características que na espécie humana marcam a capacidade de aquisição de uma sexualidade potencialmente reprodutora, ou seja, marcam esse momento em que se passou de criança a adolescente e de jovem a adulto.

Esse aspecto é muito importante, porque se adquirimos na vossa idade uma autonomia psico-sexual, entre a autonomia psico-sexual e a autonomia psicossocial, decorre um espaço imenso.

A maior parte de vocês prolongará o seu estado de dependência social dos pais ou das pessoas com que habitam durante um longo período de tempo, que é o tempo que corresponde à escolaridade que se prolonga muitas vezes até ao tempo da universidade.

Portanto, a aquisição da autonomia propriamente dita, a tal marcação do território que os cãesinhos fazem e que a maior parte de vocês estão condenados a fazê-la no quarto, na roupa que usam, na escolha dos amigos, ainda que isso crie conflito com os pais, progressivamente dirige-se à aquisição de um estatuto, que é o estatuto da autonomia social coincidente com a autonomia sexual.

Esse hiato de tempo, essa moratória – para usar uma palavra comum entre mim e o Dr. Fernando Menezes – que vai entre o espaço da aquisição biológica de uma característica e o espaço da afirmação dessa conjugação, entre uma característica biológica que delimita e afirma como autonomia humana e depois se afirma do ponto de vista social, é um espaço problemático onde as coisas podem correr melhor ou pior para cada um de nós. Porquê?

Por um conjunto de questões que eu iria tentar abordar nesta primeira fase. Na segunda fase estarei disposto para debater este tema convosco.

A espécie humana não é uma espécie sexual no sentido estrito do termo, não tem a tal barreira do instinto, tem é uma sexualidade que é uma coisa bastante mais ampla, por isso é que temos desejo. Vocês não imaginam um gato siamês a discutir com um gato tigrado: “eu não gosto de gatos tigrados!”.

Não imaginam uma boxer a dizer que não deseja um pastor alemão. Se fosse assim não havia cães rafeiros.

O desejo é uma coisa específica da espécie humana. É uma coisa que caracteriza a espécie humana. Nós escolhemos por uma coisa chamada desejo. O desejo já é um acto de escolha potencial.

A organização do desejo humano é uma coisa que começa na vossa idade. A capacidade de escolha de uma coisa que podemos chamar objecto de amor – a pessoa que escolhemos para namorar ou para mais tarde poder viver – é complexa, porque na adolescência essa escolha acompanha todo o turbilhão que vocês conhecem melhor do que eu, que resulta do crescimento das hormonas dentro do nosso corpo. Por isso cria formas muito próprias e específicas da sexualidade na vossa idade.

Em primeiro lugar, por exemplo, o culto do amor idealizado.

O amor idealizado não é o amor por uma pessoa ao lado, não é o amor pelo namorado ou pela namorada. É, por exemplo, a admiração misturada de amor que se tem pelo cantor ou cantora rock, por este ou aquele grupo, por esta ou aquela pessoa. Isso acompanha todas as gerações. Eu fiz parte de uma geração em que as jovens do meu tempo desmaiavam e davam

gritinhos quando viam os Beatles ou Paul McCartney. Não pensem que isto é específico. Sempre acompanhou a história humana.

Esse amor idealizado é, no entanto, simultâneo à experimentação amorosa.

O problema da experimentação amorosa traz consigo um duplo risco. Não há amor sem risco, mas é preciso prevenir o risco amoroso.

Não há amor sem risco, porquê?

Porque escolher alguém com quem nos envolvemos intimamente é um risco. A sexualidade humana é talvez o acto onde a noção de intimidade é maior. A organização da intimidade é maior.

Essa procura de intimidade de dois humanos que é simbolizada pelo próprio acto de encontro entre um homem e uma mulher, traz consigo consequentemente todas as dificuldades que implicam essa relação. Traz consigo a passagem pela forma simples de uma ideia prévia do que é o amor para a relação real com o outro. A relação real com o outro é sempre uma fonte de conflito. Não há relação real sem aquilo que chamamos de ambivalência, ou seja, nós não gostamos completamente de ninguém, ninguém é absolutamente perfeito.

A procura da intimidade amorosa e da sexualidade na espécie humana não é apenas o encontro de um corpo com outro corpo. Isso está reservado para os leões, tigres, leopardos, cães, caracóis e outros animais semelhantes.

Na espécie humana esta situação é bastante mais ampla, porque implica essa condição de procura do outro e a partilha que não se faz apenas num corpo, mas a partilha da subjectividade, da história de cada um, a partilha de uma intimidade entre dois humanos.

Se alguma definição haveria da sexualidade adulta, que é aquela para a qual vocês tendem, é que aquilo que a caracteriza é a procura da intimidade.

Porém, até à procura da intimidade, nós podemos dizer que há uma característica na adolescência, que é a polimorfia de escolha. Nenhum de vocês tem a ilusão – ou podem ter um bocadinho essa ilusão, se porventura houver aqui algum namorado ou namorada – de que o namorado ou namorada será certamente a mulher ou o homem com quem vão casar. Com certeza que muitos de vocês já “curtiram” com alguns ou algumas da vossa idade, mas isso não significou que vocês queriam viver, casar ou estar com. Aquilo que diverge justamente da sexualidade adolescente da sexualidade adulta é que a sexualidade adolescente caracteriza-se por uma espécie de experimentalidade da relação com o outro até ao encontro desse outro com quem se constrói uma relação íntima. Muitos riscos se correm, porque, por exemplo, o excesso de polimorfia de relações amorosas, o excesso de namorados ou namoradas, pode significar claramente que a pessoa está fugindo a uma angústia ou a uma dificuldade qualquer. Há aqui um quanto basta, uma linha intermédia.

É preciso ver que à questão do risco amoroso, que é a condição da espécie humana, junta-se o problema do amor sem risco, porque se há algo de

diferente entre a vossa geração e a minha, é que, infelizmente, além do risco amoroso que é o risco de procurar alguém com quem possamos praticar a relação amorosa, junta-se os fenómenos complexos do ponto de vista médico, como por exemplo o problema da Sida, da Seropositividade, da Hepatite C e outros. Estas são situações que todos nós sabemos que estão em crescimento.

Infelizmente, Portugal é o país da Europa onde esse problema é mais preocupante. Temos não só problema da Sida e da seropositividade, como das doenças associadas que são muitas delas problemas de saúde pública, como a tuberculose e coisas desse tipo.

Essas doenças encontram-se em crescimento em Portugal devido a não termos compreendido de que maneira é que podíamos passar uma mensagem a todos de que se o risco amoroso é obrigatório na espécie humana – o risco de escolher é absolutamente necessário à espécie humana e vocês estão no período certo para que isso se passe – ele tem que ser acompanhado do amor sem risco.

Isto, infelizmente, é uma coisa completamente concebida.

Se eu perguntasse aos Jovens Deputados que aqui estão se têm conhecimento da necessidade da utilização do preservativo numa relação, acho que todos concordariam que isso é amplamente sabido.

Se eu perguntasse, por exemplo, que quando se tem uma relação continuada, o uso do anticonceptivo traz uma vantagem adicional, se não se quer engravidar, isso também é amplamente sabido.

Então por que é que apesar de amplamente sabido nós abandonamos muitas e muitas vezes este tipo de comportamento, ou não somos capazes de comportamentos profiláticos, em relação a um determinado grupo de idade, até à capacidade do encontro?

Eu penso que isso também deriva da nossa estrutura humana, porque a questão de nós desmentirmos o perigo, de desmentirmos a realidade e esse tipo de comportamentos, não se passa apenas com o problema dos comportamentos de risco da sexualidade humana. Encontra-se em quase todos os comportamentos de risco da espécie humana. Se repararem esses comportamentos de risco também se encontram nos acidentes de viação.

Porém, na adolescência, o número de comportamentos de risco que procuramos é muito maior do que no resto do tempo de vida que temos, para trás e para a frente. Nós até damos um nome a esses comportamentos, chamam-se comportamentos ordálios. Porquê ordálios, de ordália? Porque são comportamentos que, no fundo, têm qualquer coisa a ver com comportamentos iniciáticos.

Vocês sabem que nas sociedades primitivas, por exemplo, quando se chegava a adolescente, não havia esta coisa que vocês têm agora que é o facto de terem que estudar não sei quantos anos até adquirirem a vossa autonomia.

O que é que acontecia?

Havia um comportamento iniciático. Esse comportamento podia significar que um rapaz ia uma semana para a selva com meia dúzia de instrumentos para testar a sua capacidade de sobrevivência. Na menina, esse comportamento muitas vezes era acompanhado da exploração, ou seja, na perda da virgindade por um acto simbólico dentro da tribo. Isso criava as condições para o início de uma vida sexual e social simultânea.

Fora dessas sociedades, e é característica determinante, a maior parte dos comportamentos dos jovens são de risco. Esses comportamentos de riscos não dizem apenas respeito à sexualidade. Eu ensinei também no Brasil. Uma coisa engraçadíssima – engraçadíssima, sem graça nenhuma – é um comboiozinho que sai do Rio de Janeiro para os arredores e que tem os pilares de 200 em 200 metros. O comboio vai a alta velocidade e o número de jovens que se agarram cá fora e que baixam a cabeça para passar é imenso, o que faz com que 1 por dia falece nesse tipo de comportamento.

Quando estive ensinando na Universidade em Jerusalém, sabia que o comportamento preferido dos jovens em Telavive, que é uma cidade tipicamente confusa e complicada, era mandar um memorando para o meio do trânsito às 7 da tarde e ir buscá-lo. Vocês não imaginam o que é trânsito caótico em Telavive. Todos os dias haviam acidentes com jovens.

No estudo que orientei sobre acidentes de motorizada nos jovens, e que acompanhei tendo em conta um conjunto de factores como ansiedade, pressão e equivalentes suicidários no jovem, verifiquei que os jovens que tinham mais do que dois acidentes de motorizada por ano, tinham uma elevadíssima taxa de equivalentes suicidários.

Um equivalente suicidário não é uma ideia suicida. É um comportamento de risco ordálio como tinham certas sociedades primitivas, que era na delimitação entre o máximo do risco, a fronteira entre a vida e a morte, se limitava e se afirmava a capacidade do humano. É aquilo que vocês hoje chamam de adrenalina. São comportamentos próprios dos jovens. São comportamentos de risco.

Isso tem implicações na sexualidade humana na vossa idade. Vocês, sem darem de conta, muitas e muitas vezes adoptam comportamentos de risco, não só do ponto de vista de acidentes de motorizada, mas dentro da própria sexualidade. Por vezes, pensam um bocadinho de uma forma ingénuas: “isso acontece aos outros, não me acontece a mim”. É exactamente como pensa a pessoa que tem o acidente de automóvel.

Isso acontece a todos. Todos nós somos potencialmente agentes de uma situação e nunca sabemos quando é que ela nos pode acontecer.

A fantasia de que isso não nos acontece é maior na vossa idade e eu gostaria que os Jovens Deputados presentes soubessem que é assim mesmo, como é maior na vossa idade a procura de todo o comportamento de risco

como afirmação identitária, como afirmação de uma autonomia em relação à geração anterior.

Penso que se é jovem entre os 15 e os 50 anos de idade – eu já passei, já tenho 58. Penso que a obrigação da relação entre gerações, como dizia o Sr. Dr. Fernando Menezes e com toda a razão, é preparar a geração anterior para assumir o lugar que a nossa geração assumiu e, simultaneamente, a vossa geração se preparar para assumir o lugar que a geração da qual eu faço parte, assuma hoje as responsabilidades e, do ponto de vista político e da cidadania, os actos necessários para que o mundo seja melhor.

Vocês encontram-se num mundo complexo desse ponto de vista, um mundo onde encontram à vossa volta muitas condições de angústia, de ansiedade e algumas até se movimentam num território inconsciente. Temos, por exemplo, o problema do terrorismo, das ameaças a que eu recentemente chamei a 4ª grande guerra mundial.

Como vocês sabem, nós vivemos num milénio onde nunca o corpo foi tão amado, tão estimado. Nunca se gostou tanto do corpo, nunca se fez tanto culto do corpo saudável (ginástica e desporto) e nunca o corpo foi tão pouco respeitado como se vê, por exemplo, no terrorismo. O terrorismo é o anonimato perante a morte.

Vocês podem não dar conta dessa ansiedade, mas eu chamaria a isso um desamparo, porque imaginem aquelas pessoas, em Atocha, que iam naqueles comboios, crianças, pessoas da vossa idade, adultos, velhos e de repente morreram sem saber porquê. Não houve nenhuma razão directa com eles. Isso cria uma angústia colectiva de desamparo, qualquer coisa como um bebé que fica desamparado perante o mundo, porque perde alguém que o cuida. A sociedade deve ser cuidadora.

Há muitas questões específicas da vossa geração, questões sociais, colectivas, que dizem respeito à ordem mundial, questões de saúde pública que dizem respeito a novas questões que apareceram nas quais vocês são agentes interventores, e devem ser agentes interventores críticos, por isso devem ser os primeiros a saber que o primeiro inimigo habita dentro de vocês.

Isso faz parte de um comportamento que nos leva a gostar de ter outro tipo de comportamento de risco para além da sexualidade humana.

A grande mensagem que eu gostaria de vos deixar é que nós, como seres radicalmente inteligentes, colhemos como as outras espécies, mas também como seres radicalmente inteligentes, temos a liberdade de escolher entre os vários comportamentos. Como seres radicalmente inteligentes temos racionalidade mas também temos emocionalidade.

Às vezes, como diz o povo português “o coração e a razão nem sempre dão a mão”, mas nas questões que se colocam hoje em relação à sexualidade humana, eu peço-vos um favor, é que o coração e razão dêem a mão.

Obrigado.

(Aplausos da câmara e do público)

Presidente: Após a intervenção do Sr. Professor Carlos Amaral Dias, está aberto o período para as inscrições, esperando que deste debate resulte alguma luz para que nas nossas escolas sejam criadas formas de implementar uma verdadeira Educação Sexual.

Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Odete Chaves.

Deputada Odete Chaves (Santa Maria): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Professor Carlos Amaral Dias, Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Sr. Presidente e Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, Convidados:

Em Santa Maria, todos os anos existe casos de mães adolescentes e os números do Centro de Saúde local não enganam (14 entre Março de 2003 e Abril de 2004).

Gostava de saber a sua opinião de como se deve tratar esta situação?

Que consequências psicológicas uma jovem mãe pode ter?

De que forma essa situação altera a sua estabilidade emocional?

Como colegas, o que devemos fazer?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Do número de mães adolescente que me indicou, todas elas são de origem portuguesa ou uma parte é emigrante?

Deputada Odete Chaves (Santa Maria): São todas de origem portuguesa.

O Orador: Eu pergunto isto por uma razão simples, porque o problema da chamada gravidez na adolescência é um problema de âmbito nacional, mas tem uma característica que poucas pessoas sabem, é que a grande parte das mães adolescentes é de etnia cigana e uma pequena parte corresponde ao resto do corpo social português.

De qualquer forma, o problema da gravidez na adolescência é complicado, porque se pensarmos um bocadinho na história, uma mulher com 15 anos tinha filhos e podia adquirir esse estatuto. Ela era capaz de cuidar e de criar os seus filhos.

O problema da gravidez na adolescência resulta daquilo que justamente há pouco estava a falar, é que a maior parte das mães adolescentes não tem capacidade para cuidar dos seus próprios filhos, porque ainda estão sendo filhas.

Uma coisa é a aquisição de uma autonomia sexual. Outra coisa é uma autonomia social.

Uma mãe, supostamente deve ser alguém que tenha autonomia social para cuidar do seu próprio filho.

Como as mães adolescentes não têm essa condição, a relação de interdependência que se cria entre ela e a comunidade, sobretudo com a sua própria família de origem, é muitíssimo complexa e pode dar origem a múltiplas questões. Dou-vos um exemplo:

A própria jovem que teve o filho, não tendo condições para poder cuidar daquela criança, percebendo que isso é um problema que ela não consegue resolver, muitas vezes partilha – no princípio partilha em parte, depois em grande parte e no fim quase na totalidade – esse cuidado com alguém mais velho, como se essa desistência da maternidade, como função evocativa e de permanência, fosse aparentemente um problema da própria jovem adolescente.

É preciso compreender isso no contexto sócio cultural. Se ler, por exemplo, o livro “História da Vida Privada”, que é um livro muito interessante, verificará que, por exemplo, na Idade Média esse problema que me está a colocar não seria colocado, porque a capacidade social era simultânea à capacidade sexual. Uma jovem de 15 anos cuidava do campo e da agricultura.

O desenvolvimento da economia tinha a ver sobretudo com a economia primária, com os chamados sectores primários da economia, a agricultura e seus derivados. Portanto, a jovem podia adquirir tarefas e responsabilidades sociais que hoje em dia não pode.

É preciso ver que a adolescência tem características: uma própria do desenvolvimento (a aquisição da capacidade sexual amorosa, reprodutiva, etc.) e depois tem todo o enquadramento sócio-cultural que desfavorece os comportamentos da autonomia.

Ser mãe tem um problemzinho, é passar de filha para mãe. Passar de filha para mãe não é apenas um acto biológico, é sobretudo um acto psico-biológico, social e cultural.

É evidente que estas pessoas que estão nesta condição ficam fragilizadas, sentem que não têm condições para poder assumir a sua maternidade, o sentimento de culpa aumenta. A maior parte de vocês sabe que assim é.

Por que é que algumas jovens, apesar de saberem que assim é, se deixam engravidar ou permitem que isso aconteça?

Aí já começa um problema, é que estas mesmas pessoas subavaliaram qual a sua própria capacidade para poderem viver um processo de maternidade. Outras vezes foram incapazes de comunicar com os pais a situação e tomaram outro tipo de decisão que se pode tomar no momento de uma gravidez na adolescência e que, inclusivamente, pode ser legalmente aceite. É evidente que é problemático, do ponto de vista psicológico, neste contexto em que eu disse, até que ponto é que uma gravidez na adolescência pode ir ou deve ir até ao fim em certas situações.

Por isso, toda a jovem mãe adolescente traz consigo um conjunto de problemas em relação a ela e em relação àquele ou àquela que vai cuidar. Quero-lhe dizer que esse número em Portugal não é tão grande quanto isso. É um número relativamente restrito e, infelizmente, é um número que diz respeito sobretudo à etnia cigana que é sem dúvida maioritária no problema das gravidezes na adolescência.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Débora Branco.

Deputada Débora Branco (Terceira): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Professor Doutor Carlos Amaral Dias, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Exmos. Convidados:

É um grande prazer estarmos aqui a representar a Escola 3/S Vitorino Nemésio, da Ilha Terceira. Por essa razão, sentimo-nos obrigados a agradecer essa valiosa oportunidade que nos foi oferecida. Esperamos estar à altura deste desafio, mas, porém, confiantes que sairemos daqui com um nível sócio-cultural enriquecido e podemos dar um passo em frente para a implantação da disciplina de Educação Sexual nas escolas.

É em relação a esse tema que nos iremos debruçar e colocar algumas questões.

Exmo. Professor Doutor Carlos Amaral Dias:

A disciplina deve ser obrigatória ou queremos sujeitar a nossa sociedade continuamente a um risco de saúde e a problemas sociais?

É urgente acabar com as gravidezes indesejáveis na adolescência devido à falta de conhecimento e à ignorância, mas também a disciplina, nesse aspecto, deve ter um sentido de responsabilização pelos jovens.

De que modo é que a disciplina deve contribuir para a consciencialização da população?

Obrigada.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu acho que uma disciplina de Educação Sexual nas escolas deve existir. Agora, a maneira como ela deve leccionada, é um problema que deve ser pensado, porque não deve ser apenas um lugar onde sejam ensinadas matérias, mas deve ser, sobretudo, um lugar de diálogo entre as dificuldades que cada pessoa traz consigo e a capacidade de as esclarecer.

Como há pouco disse, qual é o jovem, hoje, que não sabe que é necessário usar um preservativo?

Talvez seja importante não só educar sexualmente os jovens, mas também explicar por que é que às vezes nós não somos capazes de cumprir com um determinado tipo de comportamentos, embora saibamos que assim é.

Eu diria que mais do que uma Educação Sexual, é preciso uma Educação Sexual e emocional, sentir a capacidade da pessoa compreender qual é o lugar que dentro dela se vai opor àquilo que vai aprender. Essa é que é a questão.

Apesar do jovem aprender as suas próprias características, ele não vai cumprir e essa complexidade de aprendizagem nas duas áreas implicará provavelmente uma formação muito específica para quem dá essa disciplina.

Acho que é fundamental que nós tenhamos essa possibilidade de discutir abertamente estes problemas, sobretudo por aquilo que eu estive a falar há pouco.

Presidente: Para evitarmos um cansaço excessivo para o Prof. Carlos Amaral Dias, vamos proceder a três interpelações sucessivas, mas antes disso pedia para fazerem silêncio na sala e nas galerias, porque estão a perturbar os trabalhos.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ashley Domingos.

Deputada Ashley Domingos (Corvo): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Senhores e Senhoras:

Gostaria de perguntar ao Prof. Carlos Amaral Dias se está de acordo com a criação da disciplina de Educação Sexual e também de que forma é que se pode consciencializar os pais para admitir a leccionação desta temática nas escolas?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Joana Ponte.

Deputada Joana Ponte (São Miguel): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Professor Doutor Carlos Amaral Dias, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Exmos. Convidados:

Aconselha uma mãe adolescente a levar a gravidez até ao fim?

Se já alguma vez aconteceu, como se sente quando lida com um pedófilo?

Será que alguma vez a pedofilia deixará de ser considerada uma patologia como aconteceu com a homossexualidade?

Obrigada.

Presidente: Srs. Deputados, antes de iniciarem os vossos pedidos de esclarecimento, agradecia que se identificassem e indicassem a escola de que provêm.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado André Lopes.

Deputado André Lopes (São Jorge): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Exmos. Srs. Convidados:

Sendo os meios de comunicação social muito influentes no quotidiano dos jovens e adultos, será que influenciarão também o público a nível sexual?

Obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu tentarei responder sucintamente às questões que me foram colocadas, uma a uma.

Em relação ao problema da implantação da disciplina de Educação Sexual nas escolas, eu penso que tinha respondido pela afirmativa.

Em relação ao problema dos pais, por variadíssimas vezes, noutros sítios, noutros lugares, tenho afirmado que a escola também tem que servir os pais e tem que ser uma escola de pais. Os pais têm que ter um sítio onde possam discutir as suas dificuldades de compreensão em relação ao comportamento dos filhos. Portanto, a escola tem que se abrir aos pais.

Esse problema é complicado. O que eu tenho verificado é que eventualmente são os pais mais empenhados que procuram estar nas escolas. Aqueles que deviam estar acabam por estar pouco.

Esse problema implicaria uma outra forma de mobilizar os pais para estarem nas escolas.

Quanto ao problema da mãe adolescente levar ou não uma gravidez até ao fim, para essa questão não há uma resposta única. Por exemplo, é completamente diverso o caso de uma adolescente jovem em que eu seja capaz de perceber que ela tem, apesar de tudo, alguma maturidade emocional e vai dispor de um suporte social que não vai ser coercivo, que apesar de tudo a mãe vai ser capaz de graduar a dependência que ela ainda tem da autonomia que ela tem que adquirir, do caso de uma jovem que eu veja que, por exemplo, a gravidez resultou de um comportamento e de uma relação absolutamente fortuitos, que em relação ao companheiro não teve significado algum.

Eu, por exemplo, sou amigo pessoal de um rapaz que com cerca de 15 ou 16 anos – eu também tinha mais ou menos essa idade – foi pai. A namorada teve um filho. A família da Ana Soares era uma família madura. Foi capaz de aceitar a situação e não aconteceu nada.

É preciso levar em conta o contexto sócio-cultural, porque os aspectos da gravidez na adolescência são muito mais frequentes nas famílias mais desorganizadas, destruturadas e pobres, em que a comunicação cultural é pobre. Nesse caso o número de factores de risco aumenta significativamente.

Por isso, eu diria que, de uma forma geral, é sempre problemático o problema da gravidez na adolescência, mas a gravidade do problema aumenta substantivamente quando aumentam estes factores que rodeiam a própria gravidez na adolescência.

Quando ao problema que me põe da pedofilia e da homossexualidade, eu quero dizer-lhe que uma coisa não tem a ver com a outra. Porquê? Porque o

comportamento pedófilo significa o desmentir da diferença de gerações, que é uma espécie de continuidade na espécie humana numa relação incestuosa, é como se um pai e uma filha tivessem um comportamento incestuoso.

Como sabem, a maioria dos comportamentos pedófilos, apesar da comunicação social dar muito mais importância aos casos mediáticos do que aquilo que constitui o dia-a-dia dos tribunais sobre o problema da pedofilia, passa-se dentro das casas, passa-se com pais, com tios, com avós. Muitas vezes são pessoas que têm comportamentos alcoólicos, ou pessoas com défice de controlo dos impulsos.

A criança, digamos assim, é vítima de uma situação a que eu chamo de “confusão de línguas”.

O que é que eu quero dizer com “confusão de línguas”?

O que é que uma criança pede a um adulto?

O que uma criança pede a um adulto é que ele a entenda, que a compreende, que a acarinhe, etc.....

O que acontece quando uma criança é abusada sexualmente é que, em vez de ter essa linguagem afectiva que espera dos adultos, vai encontrar uma linguagem afectiva que se traduz no comportamento sexual. Isso cria um problema complicadíssimo para as pessoas que foram vítimas de abuso sexual infantil, porque vão ter um problema para o resto da vida. É por isso que a maior parte das pessoas que foram vítimas de abuso sexual infantil – e está estudado do ponto de vista dos destinos das pessoas que foram vítimas de abuso sexual – se transformam em pedófilos, o que é uma probabilidade estatística alta, ou então na adolescência, o número de comportamentos suicidários aumenta, tal como a taxa de toxicodependência ou, inclusivamente, a taxa de prostituição juvenil.

A pedofilia tem uma consequência social muitíssimo mais complexa e mais grave do que a homossexualidade.

Por outro lado, é preciso não esquecer que a homossexualidade dentro do contexto da psiquiatria mundial, não só da psiquiatria portuguesa, deixou de ser considerado uma prostituição. É considerada, quando muito, uma alteração da entidade de género.

Quando eu digo isto não quero dizer que, por exemplo, alguém com problemas de homossexualidade também não possa ter comportamentos psicológicos complexos ligados ao comportamento homossexual.

Há muitas formas de homossexualidade. Este momento não é próprio para falarmos sobre isso, mas eu estive Sábado e Domingo a fazer um seminário para especialistas sobre os destinos da homossexualidade.

Uma forma de homossexualidade é a chamada homossexualidade verdadeira. É preciso não esquecer que mesmo na homossexualidade verdadeira uma mulher goza com uma mulher e um homem goza com um

homem. Portanto, a situação e a repercussão social não são comparáveis entre uma situação e a outra.

Obviamente que a pedofilia tem consequências traumáticas muitíssimo mais graves para a pessoa que foi abusada sexualmente do que para dois adultos que escolheram ter uma relação um com o outro, porque a criança é vítima de uma confusão de línguas. Ela espera carinho do adulto e recebe sexo. Isso é brutal, traumático e acarreta consequências para o resto da vida.

Finalmente, houve uma pergunta sobre a comunicação social.

Eu penso que na maior parte dos países o que acontece é que a comunicação social se especializa. Há uma especialização progressiva da comunicação. Há jornalistas que se especializam em economia e devia de haver também jornalistas que se deviam especializar na área da educação e na área da sexualidade.

O problema da comunicação social é que é notícia, por exemplo, um homem morder um cão, mas não é notícia um cão morder um homem. Todos sabem isso. Um cão morder um homem é perfeitamente normal.

A comunicação social prefere muitas vezes a notícia explosiva ou bombástica, do que a notícia educativa, explicativa e pedagógica.

Obviamente que eu dou razão ao Sr. Deputado. A comunicação social devia também ser objecto de alguma intervenção e de formação nesta área, porque muitas vezes perturba mais do que esclarece.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Gonçalves.

Deputada Beatriz Gonçalves (São Miguel): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores:

Chamo-me Maria Beatriz Gonçalves e venho da Escola Secundária Antero de Quental.

Gostaria de perguntar ao Professor Doutor Carlos Amaral Dias, uma vez que é especialista na área da sexualidade e já discutiu este tema com jovens e adultos de várias gerações, se constatou alguma evolução na abordagem desta questão por parte daqueles. Ou seja, as pessoas já discutem sobre a sexualidade de uma forma aberta e descomplexada?

O que seria necessário fazer para que a sexualidade deixe de ser um tabu?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Décio Fernandes.

Deputado Décio Fernandes (Terceira): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Em nome da Escola Básica Integrada dos Biscoitos, gostaria de colocar uma pergunta ao Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Portugal tem a segunda maior taxa de adolescentes grávidas da Europa, mas a Região dos Açores tem o dobro da taxa de Portugal.

Gostaríamos de saber porquê.

Obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Rego.

Deputada Ângela Rego (São Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público: Antes de mais, bom dia.

Sou a Ângela Rego e é com muito prazer que estou aqui como Deputada da Escola Secundária Domingos Rebelo.

Como tal, gostaria de colocar uma questão ao Exmo. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

O Sr. Professor Doutor crê que os meios de comunicação social, em particular a televisão, constituem uma ameaça contra a moralidade e responsabilidade da sociedade jovem relativamente a esta temática?

Muito obrigada.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que a sexualidade tem sempre um tabu (a palavra tabu é de origem polinésia, mas com o Prof. Cavaco Silva ganhou outra dimensão). Tabu quer dizer um interdito primário antes da culpa. É uma coisa tão primitiva, mas há sempre um tabu que repousa sobre a nossa intimidade. Nós podemos falar daquilo que são os comportamentos sexuais humanos, mas é evidente que os nossos comportamentos mais íntimos ligados à sexualidade são sempre na ordem do tabu, na medida que apenas o partilhamos com o outro.

Outra coisa é a mudança social que se passou nestes últimos anos.

Eu tenho orgulho de fazer parte da geração da estudante universitária que escreveu uma carta sobre a sua saída dos lares para e poder partilhar com os jovens da sua geração, ir aos cafés, namorar e poder assumir um outro tipo de comportamento.

Vocês já fazem parte de uma geração – eu acho isso extraordinário e tive possibilidade de dizer ao Dr. Fernando Menezes exactamente isso – que pode discutir isto verdadeira e amplamente.

É preciso não esquecer que há coisas que nenhuma discussão científica resolve assim, porque dizem respeito às questões que cada um de nós traz. Por isso é que eu comecei por falar no bifasismo sexual. Na primeira fase

da nossa infância aprendemos tudo e não fazemos nada e só na segunda fase é que começamos a fazer.

Isso tem a ver com os modelos emocionais que foram dados na família, aprendemos o que é ser homem ou mulher através da relação com o nosso pai ou com a nossa mãe. Isso não é um factor de aprendizagem, é um factor de apreensão.

É por isso que eu há pouco disse que a escola devia estar aberta aos dois lados, não só aos jovens, mas também aos pais para poderem discutir aquilo que significa a relação entre o comportamento deles e as consequências desse comportamento nos próprios jovens.

Por que é que existe mais gravidezes na adolescência nos Açores do que no resto do país?

Eu não tenho uma resposta evidente, porque não tenho nenhum estudo científico feito – é provável que haja – que justifique esse tipo de situações. Era preciso saber a distinção geográfica, porque Santa Maria poderá ser uma zona particular. Provavelmente algumas zonas de maior isolamento social poderão favorecer esse tipo de comportamento, mas não posso afirmar isso.

Sei que alguns índices – aquilo que nós chamamos traços psicopatológicos, alterações de comportamento – são maiores em situações de isolamento.

Há evidências disso para outro tipo de situações. Temos, por exemplo, os índices de suicídio no Alentejo, os altos índices de depressão e alguma tendência suicidária de algumas populações residentes nas ilhas.

É provável que esses comportamentos de risco façam parte de um conjunto mais geral ligado a um tipo de estrutura geográfica que favorece esse tipo de inclusão, mas não tenho nenhuma resposta mais objectiva para lhe dar sobre esse assunto.

Em relação ao problema da televisão, a Alta Autoridade para a Comunicação Social é que tem que responder, porque as televisões hoje transformaram-se em fenómenos em que o problema das audiências é importante na medida em que são elas que garantem a publicidade. Quem garante a publicidade garante a sobrevivência das empresas.

O que lhe posso responder é qual é a obrigação das empresas públicas de comunicação social.

Eu estive muitos anos na TSF. Agora estou na Antena 1, até vou começar a comentar o Euro 2004, que é uma coisa inimaginável. Estou a fazer um programa chamado “Jogo de Cabeça” – que dores de cabeça!

Sobre os aspectos emocionais do euro, eu penso que a comunicação social pública tem uma obrigação de formação e de educação. As outras são empresas que nós não podemos controlar. Há limites éticos na comunicação. A Alta Autoridade para a Comunicação Social é que deve responder a isso.

Eu só lamento, como se calhar você lamenta, que a comunicação na maior parte das vezes seja “lixo”, no sentido de que há muitas coisas que não interessam, não permitem o crescimento, a crítica ou a reflexão, mas isso é uma coisa que não me compete a mim resolver. Eu, apenas como cidadão, posso tentar contribuir para que as coisas não sejam assim.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Mesquita.

Deputada Isabel Mesquita (*Santa Maria*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

O meu nome é Isabel Mesquita e venho da EBI de Santa Maria.

Exmo. Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias:

Existe um grande medo por parte dos nossos governantes em implementar de uma vez por todas aquilo que está escrito na lei desde 1984, ou seja, a disciplina de Educação Sexual nos currículos do ensino oficial.

Será que há alguns riscos? Quais?

Se não existem e se está previsto que faça parte dos currículos, por que é que tal ainda não aconteceu?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Moura.

Deputado Nuno Moura (*Santa Maria*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Srs. Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Srs. Convidados, Colegas Deputados:

Sou o Nuno Moura e venho em representação da Escola Básica e Integrada de Santa Maria.

Exmo. Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias:

Se os nossos pais que são de outra geração já passaram pela nossa idade, por que é que não entendem as nossas necessidades de autonomia?

Qual a razão para os adultos pensarem sempre que geração seguinte é pior do que a deles?

Obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Fernandes.

Deputado Gonçalo Fernandes (*São Miguel*): Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Exmos. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Bom dia.

Chamo-me Gonçalo Fernandes e venho da Escola das Laranjeira, da Ilha de São Miguel.

A questão que gostaria de colocar ao Sr. Doutor Carlos Amaral Dias, em relação ao seu discurso, é a seguinte:

Se faz parte do ser humano a aquisição de autonomia sexual, o que fazer então para não ultrapassar o limite social, se ainda estamos em desenvolvimento?

Onde se adquire e quem deve ensinar?

Obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quanto à primeira pergunta, por que é que ainda não foi implementada a disciplina de Educação Sexual, eu tenho uma actividade crítica e cívica e pretendo contribuir, como cidadão, para que essas coisas possam acontecer. Agora a pergunta não pode ser dirigida a mim. Tem que ser dirigida aos políticos.

Quero aproveitar para dizer publicamente que tenho muito respeito pela classe política. Considero que é a mais nobre das artes, ou que devia pelo menos ser.

Os políticos representam-nos. Penso que os Srs. Deputados que aqui estão e o Sr. Presidente da Assembleia já devem ter percebido até que ponto é que essa insistência vem dos jovens. Não é uma insistência que venha dos professores ou da super estrutura da escola. É dos jovens.

Se calhar será importante que os jovens manifestem isso publicamente e alguma pressão seja feita de maneira a que isso possa acontecer.

Por que é que os pais não compreendem a autonomia?

O Sr. Deputado Nuno daqui a uns anos verificará que da infância lembramo-nos pouco dos acontecimentos e lembramo-nos muito das emoções. Na adolescência lembramo-nos dos acontecimentos, mas não nos lembramos das emoções.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que os adultos fazem uma espécie de recalçamento das emoções ligadas à adolescência, assim como se faz o recalçamento dos acontecimentos da infância.

Lembramo-nos muito pouco da infância, mas também lembramo-nos muito pouco dos sentimentos de dificuldade, de complexidade que era a afirmação perante os nossos próprios pais e a ansiedade que isso nos criou. É como se isso fosse reprimido.

É por isso que eu peço sempre, quando tenho que falar com adultos sobre o problema da adolescência, que antes de começarem a falar, as pessoas durante dois ou três minutos façam silêncio e lembrem-se da sua adolescência.

A maior parte das vezes as pessoas esquecem-se emocionalmente o que significou ser adolescente. Esquecem-se, inclusivamente, do que é ter um corpo, esquecem-se de coisas muito simples que eu nem sequer falei há

pouco. Às vezes parece que os pés tropeçam uns nos outros. Não sabem o que fazer com o próprio corpo.

Esquecem-se disso tudo, porque é próprio da humanidade esquecer-se daquilo que foi penoso, complexo, a ansiedade ligada à formação do próprio corpo, da sexualidade. A humanidade tem uma arte que se pode descrever de uma forma muito simples: escapar é uma cura básica. Escapando a um problema, passamos a ignorá-lo e dessa forma ficamos cada vez mais ignorantes. É bom que não continuemos a escapar a estas questões e obrigado pela sua pergunta.

Finalmente, em relação à última questão que foi colocada, há um conjunto de factores que mostram qual a correlação que existe entre a capacidade do risco amoroso e a capacidade de amar sem risco.

Sem dúvida nenhuma que há vários factores na relação entre grupos iguais (os grupos de jovens) e a relação com a família.

Primeiro factor: quando o jovem opta claramente pela relação de aliança com o grupo de jovens em desfavor da relação com a família (há um desequilíbrio entre o grupo familiar e o de jovens, porque os jovens precisam de grupos), esse factor é desequilibrador, porque aumenta os comportamentos de risco.

Há jovens que procuram grupos homogéneos, grupos que se juntam só para um determinado tipo de actividade. O caso típico é o grupo de jovens que se junta só para consumir drogas.

Sem dúvida nenhuma que os grupos heterogéneos, ou seja, os grupos constituídos por pessoas com diversos interesses, com diversas opiniões que se possam juntar entre si para poder partilhar emoções e experiências, são muito importantes.

Os grupos de jovens são sobretudo grupos emocionais.

Se repararem, vocês dão muita importância aos aspectos emocionais no grupo, o que é ser justo ou injusto e o que é que está certo ou errado. Os aspectos emocionais da mente grupal da vossa idade são muito importantes. A capacidade de manter o equilíbrio entre grupos juvenis e a família, sem rotura com a família, é um factor de bom prognóstico.

A frequência de grupos heterogéneos é outro factor de bom prognóstico.

Não é bem aquela coisa de “diz-me com quem andas que eu dir-te-ei quem és”. Mas sem dúvida nenhuma que se a pessoa tem tendência a juntar-se permanentemente ao mesmo número de pessoas que partilham uma visão do mundo contra o mundo dos adultos que se juntam exclusivamente para dizerem “eles não nos compreendem”, isso só aumenta o fosso entre gerações, o conflito e o risco.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Deputada Márcia Diógenes.

Deputada Márcia Diógenes (São Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Eu sou a Márcia Diógenes e venho representar a Escola Básica e Integrada dos Ginetes, da Ilha de São Miguel.

Na sua opinião, o que se poderia fazer para que jovens adolescentes fossem mais informados sobre as questões da sexualidade?

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Deputada Carolina Vieira.

Deputada Carolina Vieira (São Miguel): Sr. Presidente, Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

O meu nome é Carolina Vieira e sou uma das representantes da Escola Básica e Integrada da Povoação, da Ilha de São Miguel.

Gostaria de colocar a seguinte pergunta ao Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias:

Para evitar os chamados “riscos de amor” acha que seria importante a instalação de uma máquina de venda de preservativos nas escolas?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Deputada Júlia Silveira.

Deputada Júlia Silveira (São Jorge): Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais, bom dia.

Estou aqui a representar a Escola Básica Integrada de Velas.

O meu nome é Júlia Silveira e gostaria de colocar uma questão ao Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Será que os jovens não se dirigem em massa aos psicólogos escolares ou às consultas de planeamento familiar por medo de não manterem sigilo, ou falta informação para chegar aí?

Obrigada.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Professor Carlos Amaral Dias, pedia mais uma vez para fazerem silêncio na sala e nas galerias.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como é que os jovens podem ser mais informados em relação às questões da sexualidade?

Eu penso que além de haver uma disciplina específica, dentro de outras disciplinas isso podia ser trabalhado, desde a disciplina da biologia, até à disciplina de história, onde se poderia dar ênfase à própria história dos comportamentos sexuais humanos, para entendermos de outra maneira como é que são estes aspectos evolutivos.

Provavelmente isso implicaria compreendermos como formas curriculares o ter em conta os tempos em que vivemos. Eu penso que os professores são capazes e aptos de o fazer se forem sensibilizados nesse sentido.

Finalmente, quanto à última pergunta sobre as máquinas de preservativos nas escolas, espero, sinceramente, que não haja necessidade de haver relações sexuais dentro do recinto escolar. Haverão outros sítios para que elas se pratiquem.

Nós temos que levar em linha de conta, para o bem e para o mal, as condições sócio-culturais do mundo em que vivemos.

Enquanto que na Noruega, recentemente, um Ministro homossexual se casou e o Primeiro-Ministro foi assistir a esse casamento, isso é impensável no nosso país, como deve calcular. Ou seja, há qualquer coisa que é preciso compreender também, que é o fundo emocional em que se inserem as questões.

Eu penso que uma coisa é estarmos de acordo sobre questões essenciais – por exemplo, os problemas da autonomia sexual dos jovens – sobre questões que dizem respeito àquilo que é preciso fazer para prevenir o risco amoroso. Outra coisa é tentarmos compreender de que forma é que temos que integrar essas estratégias nas sociedades onde vivemos, sem criarmos uma excessiva conflitualidade, porque eu aposto, dobrado contra singelo, que se em Portugal tal coisa se passasse, seria uma situação absolutamente impensável.

Recentemente em França (ontem ou anteontem) casou-se um par homossexual numa “mairie”, que tinha, por um lado, uma imensa manifestação contra e, por outro lado, uma enorme manifestação apoiando o casamento.

O próprio casal para entrar foi disfarçado por um casal anterior (os manifestantes contra o casamento quase que insultaram e agrediram esse casal) e entrou como se fosse convidado. Ninguém deu conta.

Eu penso que há muita coisa por fazer do ponto de vista da própria fundamentação emocional na qual se movem os nossos comportamentos.

Na minha opinião, se aceitássemos colocar máquinas de preservativos nas escolas, iríamos com certeza despertar, da parte um sector das escolas – jovens e professores – uma reacção violenta contra esse tipo de situação e um conflito desnecessário.

Eu defendo a teoria de que não é com vinagre que se apanham moscas.

Acho que é preciso, em primeiro lugar, criar um fundo emocional. Estar aqui hoje com uma geração diferente da minha, foi uma mudança fundamental. Se calhar vocês também têm que continuar a contribuir para essa mudança, para que a sexualidade seja banalizada no bom sentido do termo. Esse caminho ainda não terminou, mas não me parece que é radicalizando o caminho que consigamos alguma coisa.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Conceição.

Deputado Ricardo Conceição (São Miguel): Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas, Exmo. Professor Doutor Carlos Amaral Dias:

Sabemos que são importantes as aulas de Educação Sexual nas escolas, mas há alunos que têm algum receio em exporem as suas ideias em público.

Como é que a escola poderá resolver isso?

Obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Toste.

Deputado Luís Toste (Terceira): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Convidados, Caros Colegas:

Antes de mais quero desejar bom dia a todos os presentes.

Sou o Luís Toste da Escola Básica 3/S Vitorino Nemésio.

Exmo. Professor Doutor Carlos Amaral Dias:

Visto que muitos encarregados de educação deveriam ter uma má ideia sobre a temática da disciplina devido à má informação prestada, estes não deveriam ser informados dos conteúdos da disciplina?

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Morgan Câmara.

Deputado Morgan Câmara (São Miguel): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Bom dia.

Sou o Deputado Morgan Câmara e venho em representação da Escola Secundário Domingos Rebelo:

Exmo. Professor Doutor Carlos Amaral Dias:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que apreciei muito o seu discurso.

A questão que lhe gostaria de colocar é a seguinte:

O que acha que poderia ser feito para incentivar os jovens a abandonar os comportamentos de risco, nomeadamente a não utilização do preservativo?

Obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há pouco esqueci-me de responder a uma pergunta da Sra. Deputada sobre por que é que os jovens não procuram os psicólogos.

Em primeiro lugar, quero dizer que a sua questão prende-se, embora possa parecer paradoxal, a outra questão levantada há bocadinho sobre o problema da máquina de preservativos.

Uma coisa é a existência de psicólogos, outra é a compreensão para que é que eles existem e outra ainda é a capacidade que o jovem tem de perceber qual a vantagem que tira de um processo de aconselhamento.

Os psicólogos nas escolas têm pouco tempo para prestar apoio aos jovens e às próprias escolas.

Acho que é preciso fazer mais alguma coisa, mas provavelmente é preciso acrescentar que há questões que a pessoa tem tanta dificuldade em trazer ou comunicar aos outros, que há um estatuto na relação de procura que é muito específico, que é a chamada confiança pessoal.

Por exemplo, as jovens adolescentes quando escolhem alguém com quem desabafar os seus problemas, têm sempre uma amiga a quem contam tudo, o que é muito interessante.

Quando se escolhe um psicólogo para ajudar, significa ter uma grande confiança na pessoa.

Depois há um outro aspecto, o aspecto cultural, a capacidade que nós temos de perceber que há pessoas que podem ter a mesma capacidade profissional de nos ajudar a mudar.

Eu penso que os dois primeiros pontos de vista também têm que ser compreendidos, sobretudo no momento em que a própria pessoa, às vezes, nem encontra palavras para descrever o que é que se passa com ela. Depois, é preciso também compreender que há ainda muita coisa para mudar desse ponto de vista como em relação a outros pontos de vista que foram aqui falados.

Sobre a disciplina de Educação Sexual, eu já disse que estou de acordo com a sua implantação. O conteúdo da disciplina é uma questão fundamental. Não basta, seguramente, elencar o número de coisas que é preciso ensinar. É preciso elencar o como ensinar.

Havia um filósofo que dizia que era “indissociável aquilo que se aprende, da pessoa com quem se aprendeu”. Isso é fundamental numa disciplina deste tipo. Este é um tipo de disciplina que eu não suponho que basta uma licenciatura nesta ou naquela área para poder leccioná-la. É necessário haver uma formação claríssima para criar condições para uma discussão ampla dos conteúdos curriculares e para que os jovens possam exprimir aquilo que pensam sobre esse assunto.

Sobre o problema dos comportamentos de risco, eu penso que quando o comportamento de risco se instala – costuma-se dizer que uma andorinha não faz a Primavera e o mesmo acontece no comportamento humano – não faz um comportamento de risco compulsivo. Mas quando um comportamento de risco adquire características compulsivas...

Vamos falar claro:

O consumo da chamada “cannabis activa”, que se chama como vocês sabem haxixe, transformou-se numa coisa que é extraordinariamente comum aos jovens. Pelo menos os estudos no Continente mostram que a

maioria dos jovens experimentou haxixe. Isso quer dizer que iam transformar-se em toxicodependentes? Não.

É fundamental compreender que ter um comportamento não significa ter um comportamento repetitivo e compulsivo. Só a repetição e a compulsão fazem um comportamento de risco.

Nesse aspecto, evidentemente que nós podemos ter indicadores que nos permitem avaliar esses comportamentos de risco. Para nós, os especialistas, penso que podem ser facilmente avaliáveis.

Sobre o abandono do comportamento de risco, se as escolas pudessem ter alguma função a nível dessa situação, os psicólogos escolares deviam ter a possibilidade de intervenção junto dos alunos que teriam comportamentos de risco; para que os alunos que tenham comportamentos de risco possam procurar um psicólogo é preciso modificar as condições que há pouco falei e finalmente, e não é menos importante, é preciso a própria pessoa ter consciência o que é um comportamento de risco.

Muitas vezes chega-se a um comportamento de risco através doutros comportamentos de risco.

Eu, por exemplo, apontei alguns indicadores há pouco.

Como abandonar um comportamento de risco?

Às vezes a reconciliação com a família, a procura do reencontro da confiança nos laços familiares, é um primeiro passo para abandonar um comportamento de risco. A ajuda dos pais para poder entender que essa pessoa teve um comportamento de risco é uma coisa fundamental para abandonar esse comportamento.

Quando digo que há estudos que mostram que os comportamentos de risco aumentam exponencialmente, quando a escolha por um grupo de jovens iguais significa um corte familiar, torna-se óbvio a implicação do grupo familiar e a reconciliação com o grupo familiar.

Presidente: Srs. Deputados, neste momento, dou por encerrado o período de inscrições para esclarecimentos, pois temos que dar seguimento à agenda de trabalhos e já tenho 18 pedidos de inscrição para pedidos de interpelação.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Joana Alves.

Deputada Joana Alves (Terceira): Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores,
Exmos. Convidados e Caros Colegas Deputados:

Bom dia.

Chamo-me Joana Alves e venho da Escola Vitorino Nemésio, da Praia.

Exmo. Sr. Professor Carlos Amaral Dias:

Depois de estarem concluídas as aulas de Educação Sexual, acha que estaremos preparados psicologicamente para iniciar uma vida sexual?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Tavares.

Deputado Bruno Tavares (São Miguel): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Sou o Bruno Tavares e venho da Casa do Gaiato de São Miguel.

Exmo. Sr. Professor Carlos Amaral Dias:

Na sua opinião, como se deve tratar a problemática da sexualidade em lares de acolhimento de jovens e crianças, sabendo que não temos técnicos suficientes para desenvolver esta temática?

Obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar Joana, se eu soubesse responder a essa pergunta, eu tinha o segredo da natureza.

Quando é que nós podemos iniciar a nossa vida sexual?

Eu acho que posso responder quando é que não deveremos iniciar ou quando é que o risco aumenta.

Na pré-adolescência, que se dá entre os 11 e os 14 anos de idade, o início muito precoce da vida sexual corresponde evidentemente a um comportamento de risco sexual, sobretudo por parte do sexo feminino. Porquê? Porque corresponde a um comportamento que terá consequências pesadas no futuro.

Há estudos estatísticos que mostram que o desenvolvimento muito precoce da sexualidade feminina implica perturbações psicológicas e psicopatológicas no futuro.

Posso dizer que na pré-adolescência e na adolescência inicial, não será recomendável que haja uma vida sexual. A partir daí penso que tudo depende da arte do encontro, embora, como dizia o poeta Vinícios de Moraes, haja tanto desencontro nesta vida.

Garanto, Joana, que nenhuma disciplina vai ensinar o momento. Esse momento cada um de nós é que sabe dentro de si. Esse momento muda conforme as pessoas. Eu conheço pessoas que começaram a sua vida sexual precocemente, dentro do limite que eu disse, e outras que começaram muito tardiamente, aos 20 e tal anos de idade.

Aquilo que hoje sei é que, por exemplo, a vossa geração acharia que uma pessoa que começasse uma vida sexual aos 20 e tal anos de idade se sentiria “inferiorizada”, o que não era visível na minha geração.

Eu diria que há uma expectativa razoável entre a adolescência propriamente dita e o princípio da vida adulta, que seja esperável que haja um comportamento de início amoroso.

Antes disso, se calhar é problemático e os estudos mostram. Depois disso, com certeza que qualquer coisa se passa com a pessoa, porque não foi capaz de tomar uma decisão que a envolvia a ela e a sua capacidade do risco amoroso que citei há pouco.

Quanto ao problema que o Deputado Bruno Tavares coloca, quero dizer-lhe que esse problema é muito grave e levanta questões muito complexas. Basta ver o que se tem passado com o processo Casa Pia. Basta saber tudo o que se tem passado à volta desta situação, para se ver duas coisas.

Há uma coisa que pouca gente sabe sobre o problema da Casa Pia. A razão pela qual os jovens andavam na rua e as meninas não, é porque o modelo da sexualidade que faz com que se fechem à chave as meninas e não se fechem à chave os rapazes, que era o modelo da “velha senhora”, se me permitem a expressão, manteve-se durante todos estes anos como se nada tivesse mudado.

Em segundo lugar, é preciso não esquecer que, infelizmente, a prática do abuso sexual dos mais velhos em relação aos mais novos, é frequente dentro dos lares de acolhimento. Porquê? Porque essas próprias crianças dentro dos lares de acolhimento já vêm de famílias bastante complexas e difíceis.

Veja o famoso caso de uma testemunha que parece que falou falso, o famoso caso FG. Ela foi abusada num lar de acolhimento, depois passou para a Casa Pia e continuou a ser abusada. Mais tarde teve comportamentos muito complexos entre os quais, ao que parece, o comportamento de produzir um falso testemunho.

O que é que eu quero dizer com isto?

Isto não me espantou nem me surpreendeu, porque obviamente um dos caminhos de uma pessoa que é violentada na vida desta maneira, pode tornar-se uma personalidade mitómana. Não adianta queimar a fogueira mediática de pessoas assim.

Como disse e muito bem o Sr. Deputado, os lares de acolhimento de jovens têm que ser o sítio onde nós temos que perceber que, aí sim, temos uma população em risco, filhos de alcoólicos, pessoas que foram violentadas na infância, pessoas que foram vítimas de uma violência física muitas vezes impressionante, pessoas que foram educadas sem condições básicas emocionais e afectivas. Infelizmente, quando se é pobre, é-se pobre em tudo, não é só no bife que está na mesa, é na educação, no afecto, etc.... É isso que se passa nos bairros da lata, nos bairros das periferias. Muitas vezes são esses jovens que vão para os lares de acolhimento. É preciso fazer muita coisa a esse nível.

Também lhe quero dizer, Sr. Deputado, que infelizmente não é um problema português. É internacional.

As chamadas casas de jovens sempre foram casas onde se aprende coisas que muitas vezes os jovens não devem aprender.

Há uma consciência colectiva mundial sobre este problema. Não basta dar cama, mesa e roupa lavada. É preciso ter cuidado com pessoas que, numa parte da sua vida, foram tratadas como animais acossados, foram objecto de abuso, violência e brutalidade. Elas não têm confiança no outro.

Ganharam, como há bocado eu falava, confusão de línguas entre ternura e o que deve fazer um adulto. Essas pessoas não aprenderam a ter confiança nos adultos. É preciso fazer coisas importantíssimas a esse nível, mas também é aí que penso que ainda não chegou o tempo de compreendermos todos qual é a responsabilidade cívica e social que o Estado tem perante os próprios lares de acolhimento.

Acho que esse tempo há-de chegar e quando chegar a esse tempo tudo será diferente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Doutor Pedro Cosme para prestar esclarecimentos acerca da taxa de gravidez na adolescência em relação aos Açores.

Doutor Pedro Cosme: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Doutor Carlos Amaral Dias, Srs. Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, Convidados:

Pedi a palavra para esclarecer uma questão colocada há pouco por um deputado da Ilha Terceira sobre a taxa de gravidez na adolescência, em relação aos Açores.

Realmente a nossa realidade não é muito diferente da de Portugal Continental, porque apesar de termos mais casos, normalmente eles estão associados a situações de pobreza, a classes sociais mais desfavorecidas, onde muitas vezes os adolescentes não têm nenhum projecto de vida académico profissional (já abandonaram a escola ou estão ligados a grande insucessos, muitas vezes pertencem a famílias monoparentais e destruturadas).

De qualquer forma não quer dizer que a gravidez não exista nos outros estratos sociais. Contudo, também temos que pensar que os jovens açorianos muitas vezes não têm a possibilidade de recorrer à prática do aborto, um assunto que não chegou a ser abordado. Daí que temos uma taxa mais elevada.

Para além disso, gostaria também de esclarecer uma questão colocada pela Sra. Deputada da Ilha Terceira sobre o início da actividade sexual.

Eu achei essa questão muito pertinente, porque é uma das questões que me colocam muitas vezes quando frequentam a consulta de adolescentes no Hospital da Horta.

Realmente não há idades para o início da actividade sexual. O que é certo é que, se calhar, através de uma Educação Sexual, vais receber informação para poderes viver a tua sexualidade de uma forma muito mais autónoma e gratificante. Portanto, vais saber o teu timing.

Por outro lado, a Deputada de Santa Maria perguntava por que é que temos 14 adolescentes grávidas?

Será falta de informação?

Será que não há acesso ao planeamento familiar e aos métodos contraceptivos? Tudo isso está legislado.

Esta questão é colocada muitas vezes.

Nalgumas escolas da Região já é uma realidade os gabinetes de atendimento para os jovens. A Escola Manuel de Arriaga, a Escola de São Roque do Pico e outras tantas escolas da Região já têm.

Muitas vezes nesses espaços esses mesmos métodos podem ser informados, esclarecidos e cedidos.

A Deputada de São Miguel perguntava “será que seria bom termos máquinas de preservativos na escola?”

Realmente a máquina de preservativos nalgumas escolas é uma realidade noutros países.

Na Região, se calhar é melhor começarmos por pôr os projectos de Educação Sexual em prática. Se calhar ainda temos que fazer bocadinho de trabalho antes da colocação da máquina de preservativos, mas no gabinete de atendimento para os jovens, que podem ser formados por professores, pelos psicólogos da escola e por alunos, esses mesmos preservativos podem ser cedidos e podem ter o seu lugar, se vocês virem que é uma necessidade que realmente sentem.

Não sei se tentei responder a algumas questões que achei pertinentes, mas estou aqui para prestar algum esclarecimento que queiram ter da minha parte.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Cláudia Medeiros.

Deputada Ana Cláudia (São Miguel): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Sou a Ana Cláudia Medeiros e venho da Escola Básica Integrada da Povoação, da Ilha de São Miguel.

Gostava de colocar uma questão ao Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Na sua opinião, o que é que a escola pode fazer para incentivar os pais a autorizarem os seus educandos a frequentarem a disciplina de Educação Sexual?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Duarte.

Deputado Luís Duarte (Faial): Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

Muito bom dia a todos os presentes, em especial para os meus colegas da Escola Básica 2/3 da Horta.

Sou o Luís Duarte e venho representar a Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Sr. Doutor Professor Carlos Amaral Dias:

Eu gostaria de saber qual a sua opinião sobre o aborto.

Obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rúben Pacheco.

Deputado Rúben Pacheco (São Miguel): Sr. Presidente, Srs. Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Boa tarde.

Eu sou o Rúben Pacheco e venho representar a EBI da Maia.

Gostaria de colocar a seguinte questão ao Sr. Doutor Carlos Amaral Dias:

O senhor disse que o ser humano é um ser falhado. Porquê? Porque não nos limitamos à reprodução? Porque a nossa sexualidade não se limita a um fim?

Obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Doutor Pedro Cosme as palavras que trouxe, porque eu não conheço a realidade açoriana. Eu apenas tenho uma visão global da realidade, que penso que corresponde grosso modo. Mesmo o problema da incidência da população cigana resulta justamente daquilo que disse. De facto, os problemas da gravidez na adolescência no Continente constituem um sector significativo, como sabe. Como disse e muito bem, o padrão sócio-cultural é exactamente o mesmo.

Achei importante que esclarecesse a existência dos gabinetes de apoio nas escolas. Eles estão lá para isso, por isso os jovens devem procurá-los para esclarecer as suas dúvidas, porque quanto mais uma pessoa estiver informada e formada, melhor pode tomar uma decisão.

Sobre o problema do aborto, eu penso que esta é uma questão que ultrapassa claramente a questão que me trouxe aqui como convidado. Eu posso exprimir não uma opinião pessoal, mas aquilo que eu penso que é claramente o sentido, daquilo que se passa em toda a Europa de hoje, exceptuando, como sabem, Portugal e a Irlanda que são países marcados por tradições católicas e religiosas fortemente complexas e algumas vezes fortemente conservadoras.

A única pergunta que faço é muito simples:

Por que é que Portugal e a Irlanda são os únicos países da União Europeia onde este problema continua por resolver?

É a única coisa que posso dizer sobre isso e acabo por dar uma resposta implícita ao Sr. Deputado que a colocou.

Aproveito para dizer que quando foi o famoso caso do julgamento no Porto, após a decisão que foi tomada, o Sr. Professor Freitas do Amaral aproveitou para criar uma figura jurídica que eu achei muito ambígua, porque finalmente descriminaliza-se o comportamento, mas mantém-se a penalização do aborto.

Todos nós já percebemos o que é que vai acontecer a seguir.

A capacidade de gestão da sociedade portuguesa na mudança de atitudes é uma coisa complexa e tem a ver com a nossa própria realidade como portugueses. Nós somos assim.

Achei muito interessante a proposta do Sr. Professor Freitas do Amaral porque foi a mais portuguesa das propostas que eu conheci. É um comportamento descriminalizado, mas mantém-se o acto enquanto crime.

Na prática, o que se passou no julgamento no Porto, em relação às mulheres que abortaram, foi uma descriminalização do aborto.

Penso que a breve prazo esse problema será, felizmente, resolvido na sociedade portuguesa.

Qual é o fim da sexualidade na espécie humana, se não é apenas reprodutivo?

Em primeiro lugar, eu responderia – e está ali o meu ilustre colega ginecologista – com uma coisa curiosa:

Sabe que entre os primatas, Sr. Deputado – nós fazemos parte de uma espécie que são os primatas, os macacos e outros – a única fêmea que tem orgasmo é a fêmea humana?

As outras fêmeas não têm orgasmo, nem a orangotango, nem a chimpanzé, porque é possível ver, no quadro neurofisiológico, uma actividade quase cataclísmica que é o orgasmo.

Provavelmente está ligada a uma coisa muito afectiva na espécie humana que é aquilo que eu chamaria de divisão sexual do trabalho. Porquê? Porque nós nascemos muito dependentes. Dentro dos primatas somos os mais dependentes.

Para que nós atinjamos o desenvolvimento neuromotor após o nascimento, levamos um ano a fazê-lo. Ao fim de um ano de desenvolvimento, temos o mesmo desenvolvimento neuromotor de autonomia (andar, digamos assim) que tem um orangotango à nascença.

Nós somos uma espécie dependente. Provavelmente essa dependência implica uma divisão sexual do trabalho – talvez tenha sido a primeira divisão sexual. Alguns etnologistas – são aqueles que estudam o comportamento biológico em relação – pensam que a fêmea humana foi provavelmente a recolectora, aquela que apanhava as raízes, provavelmente

a inventora da agricultura, e no máximo predadora dos pequenos animais. Os machados são um predador dos grandes animais. A fêmea tinha que ficar permanentemente com o seu bebé, porque ele não tinha capacidade de defesa alguma (se esconder, proteger). Isso ainda hoje se mantém por isso é que as mães são muito importante, porque há uma grande dependência entre a mãe e o seu bebé.

Provavelmente por isso o orgasmo na espécie humana, que é uma actividade de prazer especificamente feminina, que é acompanhado do prazer masculino, terá sido um vínculo biológico que antecedeu o vínculo relacional no casal humano.

O próprio prazer tem provavelmente contido o vínculo social que se cria entre o par. Está a perceber o que é que eu quero dizer?

O prazer entre dois cria esse vínculo.

Qual é a finalidade?

Provavelmente, a finalidade é muito mais complexa. Se lhe respondesse que a finalidade é ter prazer, é verdade. Além disso, os estudos ecobiológicos mostram que a finalidade também é a procura do par. Isso é muito interessante na nossa espécie.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Mesquita.

Deputada Isabel Mesquita (*Santa Maria*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados, Convidados, Exmo. Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias:

A nossa sociedade tem evoluído no sentido da igualdade entre homens e mulheres.

No entanto, é ainda com muita frequência que tomamos conhecimento de mulheres abusadas, mal tratadas e discriminadas na nossa sociedade.

Acha que a igualmente de género e a violência exercida sobre as mulheres cabe no âmbito de uma disciplina como a Educação Sexual?

Obrigada.

Presidente: Mais uma vez peço, por favor, para fazerem silêncio na sala e nas galerias.

Chamava a atenção do Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias, para o facto de não ter respondido à questão colocada pela Sra. Deputada Ana Cláudia Medeiros.

Por isso pedia à Sra. Deputada para voltar a colocar a sua questão.

Deputada Ana Cláudia (*São Miguel*): Sr. Presidente, Srs. Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias:

Na sua opinião, o que é que a escola pode fazer para incentivar os pais a autorizarem os seus educandos a frequentarem uma disciplina da Educação Sexual?

Obrigada.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias.

Professor Doutor Carlos Amaral Dias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço imensa desculpa por não ter respondido à sua questão, mas são tantas as perguntas que me esqueço.

Os pais estão legitimamente representados nas escolas através das Associações de Pais.

As Associações de Pais têm que participar activamente nesse sentido.

Eu acho que há uma coisa que se chama sociedade civil, que não tem que ter uma posição passiva perante a classe política e nem é isso que penso que a classe política espera da sociedade civil.

Quando nos anos 70 Kant dividiu o Estado, como regulador dos interesses colectivos, a sociedade civil tem, ela própria, uma expectativa como é que o Estado responde a essas questões.

Nós temos o direito ético de exercer todos os nossos direitos, sob a forma associativa, e penso que isso é que é a essência da própria democracia.

Eu acho que as Associações de Pais são os órgãos representativos que devem mostrar essa possibilidade.

A questão colocada pela Sra. Deputada Isabel Mesquita é muito importante. De facto, o problema de igualdade entre os homens e as mulheres não é simples.

Quando foi da Revolução Francesa, onde começa o problema da democracia, digamos assim, uma mulher que foi muito importante nessa época e que lutou pelo direito dos cidadãos, a que sucedeu o direito de igualdade entre os homens e as mulheres, acabou na guilhotina.

As próprias pessoas que fizeram a Revolução Francesa e que criaram esse acto fantástico, que foi a criação do acto democrático, que depois se expandiu por todo o mundo, não aceitaram nem compreenderam até que ponto e em que medida esse direito era evidente.

Assistiram-se a vários movimentos (o sufrágio feminino no Séc. XIX, depois a chamada 3ª vaga do movimento feminista nos anos 60 que foi excessiva em muitas coisas) que trouxeram grandes benefícios do ponto de vista social, porque a afirmação da mulher foi sendo progressiva.

Mas há um paradoxo. Nunca houve tão pouca violência contra a mulher, como hoje (veja se entende), porque justamente o problema da violência hoje é uma chamada de atenção.

A violência doméstica e todas as questões que hoje vêm à boca de cena têm uma importância fundamental na diminuição da violência doméstica.

É preciso continuar a fazer este tipo de coisas para que isso acabe

Há um estudo que mostrou que aquilo que diminuiu a violência sobre as crianças, mais que qualquer outra coisa, foi a obra que Freud fez sobre a

importância da infância no desenvolvimento. Isso mudou tanto a maneira de educar, que mudou a maneira como a violência é exercida sobre as crianças.

O educador do Rei Sol, o rei que depois da Revolução Francesa cortou o pescoço, chibatava-o 153 vezes por dia, obrigatoriamente, como um acto educativo.

Veja bem o que é que mudou e veja como uma ideia às vezes vale mais do que 1000 espingardas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (Dep. Fernando Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não sei se se está a sentir bem nesse sítio. Há quem diga que é fácil, mas gostava de dizer que o meu amigo é mais rígido do que eu. Não pode haver um barulhinho na sala que chama logo a atenção.

Eu gostava que estivesse aí naqueles dias em que os Deputados se zangam e falam quase todos ao mesmo tempo. Eu gostava de ver o que é que o meu amigo fazia nesse altura. Eu não me atrevo a fazer grandes coisas, porque senão eles dão cabo da minha vida. Portanto, estou já a adverti-lo para isso. Quando me inscrevi era exactamente para vos dizer que também temos nesta sala alguns médicos que tratam destas matérias.

A minha inscrição perdeu o sentido, porque o Dr. Pedro Cosme já falou de uma questão que eu ia colocar e que me estava a preocupar, ou seja, a gravidez na adolescência nos Açores.

De qualquer forma gostaria de pedir ao Dr. Pedro Cosme, ou a outro médico que está ligado a estas coisas, que nos informasse que ideia é que têm nos Açores acerca deste tipo de consultas.

As pessoas vão a este tipo de consultas?

Os jovens participam?

Dêem-nos uma ideia de qual o vosso trabalho nas escolas para nós percebermos se alguma coisa está a ser feita e se existem resultados.

Era esta a questão que colocaria aos nossos médicos que conhecem a realidade dos Açores e sem desprimor para as notáveis intervenções do Sr. Doutor Carlos Amaral Dias.

Finalmente, se me permitem – eu não sou especialista destas matérias, porque a minha profissão é outra – gostaria de dizer que exerci advocacia durante 20 e tal anos, o que me permitiu perceber algumas coisas.

Como já foi dito aqui, é preciso que estas coisas evoluam gradualmente.

Nós não podemos pensar que nos Açores, apesar de hoje termos uma sociedade moderna, evoluída, com outros patamares de modernidade e de desenvolvimento, todas as comunidades acompanharam isso.

Muito cuidado, prudência e bom senso na abordagem desta questão da Educação Sexual em várias comunidades.

As coisas são mesmo assim.

Nós não podemos de um momento para o outro começar a chocar as pessoas.

Quantas vezes se ouve dizer na aldeia, quando uma pequena dá um beijinho no pequeno, que ela é uma ordinária? Eu não estou a inventar. Estas coisas são assim.

É necessário cuidado e prudência no abordar estas questões, porque faz parte de uma evolução e não pode ser a martelo.

As nossas comunidades, nalguns pontos, ainda são fechadas. Vivemos isolados em ilhas.

É bom que se evolua.

Já se evoluiu um muitas áreas e ainda bem. Nesta também se vai evoluir, mas por enquanto é preciso alguma prudência para não criar aqui algumas clivagens.

Perdoe-me, Sr. Presidente, o tempo que tomei.

V. Exa. podia ter-me tirado a palavra, se quisesse. Não o fez, por isso obrigado.

Presidente: Não tem de quê.

Para prestar esclarecimento, tem a palavra a Sra. Doutora Fátima Pinto.

Doutora Fátima Pinto: Antes de mais, bom dia a todos.

Fico muito satisfeita por estar aqui.

Há alguns anos que tenho um gabinete de apoio na Escola Secundária Manuel de Arriaga, orientado por mim numa fase inicial e, posteriormente, um pouco por haver falta de tempo para fazer tudo, pelos meus internos do internato geral, que têm feito um bom trabalho. Também tenho a colaboração do Doutor Pedro Cosme.

Tenho pena que a proposta inicial não tenha tido uma acção muito grande por parte dos jovens. Eu penso que tem um pouco a ver com o facto de ser um meio pequeno.

Todos nós temos vergonha de falar de alguns assuntos. Às vezes é complicado, porque temos medo que o vizinho saiba que aquele gabinete foi utilizado por um de nós.

Vocês, como jovens, devem ter essa preocupação, mas sobretudo devem ter preocupações mais importantes do que esta.

Acho que é importante que vocês saibam que nós, como técnicos de saúde, quando vamos às escolas, estamos ali para prestar apoio do ponto de vista técnico. Obviamente estamos todos sujeitos a uma coisa que se chama sigilo médico.

É importante que vocês confiem em nós.

Há pouco quando o Professor Doutor Amaral Dias falava na escolha do psicólogo, que não se sabe muito bem o que é que se vai fazer ao psicólogo, connosco passa-se a mesma coisa.

Eu quero que vocês tenham a ideia de que quando há gabinetes nas escolas, eles são para serem utilizados, quer do ponto de vista sexual, quer do ponto de vista de outras mazelas que vocês possam ter. Nós estamos ali como técnicos e, como disse, a conversa que têm connosco é estritamente confidencial.

Não é fácil. Nós temos feito algumas tentativas. Temos falado sobre os vários temas nas escolas. Inclusivamente eu orgulho-me de ter participado num programa de Educação Sexual nas escolas, onde eu falei de doenças transmitidas sexualmente.

A propósito disso eu gostava de dizer que já me parece haver uma diferença em relação ao que se ouvia falar antes. A preocupação dos jovens antes era a gravidez na adolescência. Actualmente é a gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis. Aí entram os factores de risco que vocês também falam.

Gostava de falar aqui sobre duas coisas.

Infelizmente, o meu trabalho no dia a dia tem a ver com pessoas que já passaram por esses riscos. Involuntariamente, aparecem-me doentes, ou porque são toxicodependentes, ou porque tiveram as chamadas relações de risco, seropositivos ou com Hepatite C. Esse é o grosso dos meus doentes adolescentes que eu tenho na consulta.

A propósito disso eu gostava de falar de um outro pormenor e gostava que depois o Professor Amaral Dias comentasse alguma coisa acerca disso, que é a relação que há entre o abuso de álcool, a toxicodependência e a vivência da sexualidade nos adolescentes.

Acho que os adolescentes têm direito à sexualidade, mas a uma sexualidade real. Muitas vezes ela acontece por estímulo de álcool ou de toxicodependência e já não se lembram de como é que foi a experiência.

Muitas das vezes isso é mais um factor de risco associado àqueles outros que nós conhecemos.

No meio de uma situação em que uma pessoa bebeu um ou dois copos a mais ou fumou mais um “charro”, nem se lembra do que é que fez. Acho que isso é mau como vivência sexual e como mais um comportamento de risco, mas não quero alongar-me muito em relação a isto.

A experiência que nós temos na Escola Secundária da Horta, apesar de tudo, é boa.

Tenho alguns “clientes” que me procuram, procuram os meus internos ou eventualmente o Doutor Pedro Cosme.

Gostava também de falar aqui no papel dos pais.

Quando eu falei de doenças transmitidas sexualmente – penso que os políticos têm um papel muito importante nisto – eu fui sujeita à autorização dos pais para os filhos frequentarem as aulas de Educação Sexual.

Embora eu, como mãe, tenha algum receio em relação à abordagem que os meus filhos irão ter do ponto de vista técnico nas escolas, acho que há pais que não têm a capacidade de decidir.

A sexualidade na adolescência é uma realidade e penso que há pais que não têm cultura para poder decidir e ensinar aos filhos como é que as coisas se fazem, como é que as coisas se evitam.

Eu penso que isto deve ser um problema político e penso que deve haver uma autoridade, que é a escola, que deve ensinar aos filhos das pessoas que não têm essa capacidade.

Uma vez fui acusada de incentivar os jovens à prática sexual. Eu quando falo sobre doenças sexualmente transmissíveis não tento induzir os jovens às práticas sexuais, mas sim às práticas sexuais seguras.

O jovem tem que saber utilizar o preservativo, têm que saber como evitar os riscos.

Quando falamos nestes assuntos não estamos a induzir os jovens. Como já foi dito neste plenário, cada um sabe a altura certa para começar a sua vivência sexual.

Era mais ou menos isto que eu tinha para dizer e continuo a dizer que os gabinetes da escola existem. Para nós, pais, educadores e técnicos, também não é fácil falar com pessoas de outra geração, mas acho que é fundamental que este gelo se quebre para que nós possamos falar a mesma linguagem.

Era isto que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Peço mais uma vez silêncio e calma nas galerias.

Tem a palavra o Sr. Doutor Pedro Cosme.

Doutor Pedro Cosme: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à minha experiência, ano após ano, tem aumentado o número de convites para ir à escola. Este é um facto que tenho constatado. Muitas vezes tenho que pedir a um interno do internato geral, que são os médicos que estão em início, para se deslocarem lá e trabalharem o tema, porque a minha disponibilidade também não é muita.

Cada vez mais as escolas têm tido a preocupação de implementar nos seus projectos a Educação Sexual.

Foi feito um levantamento a todas as escolas da Região, a nível dos projectos na área da Educação Sexual. Alguns estavam a funcionar muito bem, outros menos bem por falta de apoio e de estruturação, porque isto de falar sobre a Educação Sexual não é só o técnico de saúde ir à escola. Isto é quase uma atitude negativa em relação à sexualidade e a sexualidade tem que ser vista de uma forma positiva.

A Educação Sexual é muito mais do que falar sobre doenças, sobre gravidez, sobre o aborto ou sobre a anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor.

Eu penso que isto está tudo numa fase de arranque, mas as escolas têm aproveitado as semanas culturais para integrarem estes temas nas suas áreas temáticas.

Os alunos têm feito muitos trabalhos. Muitas vezes eu vou lá apenas para moderar ou dar uma ajeita.

Vê-se que isto está numa fase embrionária, mas está a dar os seus frutos.

Em relação à minha consulta para adolescentes no Hospital da Horta e que funciona às Terças-Feiras à tarde, o número de adesão a essa consulta tem vindo a aumentar, mas não de grávidas adolescentes, até porque no Faial tem vindo a diminuir, progressivamente, nos últimos anos.

No que se refere às outras ilhas, tentei obter dados, mas ainda não consegui, mas a procura em relação ao planeamento familiar e até mesmo em relação ao esclarecimento tem aumentado. Muitas vezes há uma miúda que me procura nas minhas consultas para obter um esclarecimento sobre a pílula ou sobre o preservativo, porque vai iniciar a sua actividade sexual e muitas vezes quando sai da consulta reconhece que realmente ainda não está preparada para iniciar a sua actividade sexual.

Realmente se calhar não é o momento certo, nem a pessoa certa.

Isto para dizer que a Educação Sexual não vai incentivar mas vai ajudar a reflectir. Vai dar autonomia. No fundo, o objectivo da escola é formar indivíduos livres e responsáveis. Eu penso que este é o objectivo último da escola. A Educação Sexual tem que ter lugar neste papel, na construção do indivíduo livre e responsável.

Para além disso, eu acho que não se deve questionar os pais sobre a existência ou não das aulas de Educação Sexual, porque é um direito consagrado na Constituição, tal como qualquer outro direito.

Porquê perguntar aos pais?

É uma das coisas que eu não entendo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, uma vez que não tenho mais inscrições para este ponto e nos aproximamos da hora regimental para almoço, vamos suspender os nossos trabalhos recomeçando às 15 horas.

Bom almoço e muito obrigado.

(Aplausos da Câmara e do público)

(Eram 12 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 25 minutos)

O próximo ponto do período de tratamento de assuntos políticos consiste na apresentação de **Moções**.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Lopes, representante da Escola das Velas.

Deputado André Lopes (São Jorge): Exmo. Senhor Presidente, Srs. Deputados, Exmos. Professores e Convidados:

Sou o André Lopes e trago uma Moção da Escola Básica Integrada e Secundária de Velas:

Vimos, por este meio, falar sobre as condições da nossa escola.

As condições da Escola Básica Integrada e Secundária de Velas, tal como muitas outras escolas açorianas, não são as melhores, desde correntes de ar, chover dentro das salas de aula visto que o telhado não é dos melhores, as portas de incêndio não abrem ou uma vez abertas não é possível fechá-las, entre outras coisas que na minha opinião têm solução.

Visto que estão a construir uma nova escola não é muito provável, pois com a construção da escola da vila do Topo e com a construção da Escola Profissional, há que dar oportunidades, não só a São Jorge, mas também às restantes ilhas.

Assim, excluindo a hipótese da construção de nova escola, existem outras soluções para melhorar o ambiente escolar, tais como:

a) Restaurar a escola, de modo a que os problemas fiquem resolvidos, como por exemplo: colocação de novo telhado nos pavilhões, colocar novas portas de incêndio, melhorar as prateleiras onde se colocam as mochilas;

b) Uma vez que as aulas são de 90 minutos, e no Verão se torna insuportável estar dentro de uma sala de aula devido ao calor abafado, talvez fosse possível diminuir a duração das aulas para 60 minutos, pois, além do calor, os alunos, a uma certa altura, começam a perder o interesse pela aula; tendo assim pouco aproveitamento. Outra hipótese é as aulas de 90 minutos serem divididas em duas partes de 45 minutos, uma teórica e outra prática. Poder-se-ia ainda aumentar a duração dos intervalos para se evitar o desgaste natural de três blocos consecutivos durante a manhã.

Assim, apresentamos as duas propostas, que, em nossa opinião, são completamente passíveis de serem realizadas. Deve, todavia, afirmar-se que a EBI/S de Velas não reúne as condições físicas necessárias ao desenvolvimento de um bom trabalho escolar.

Tenho dito.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Passamos à votação da Moção apresentada pela Escola Básica Integrada e Secundária de Velas.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Moção foi aprovada com 43 votos a favor, 6 votos contra e registou 1 voto de abstenção.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vanessa Valadão, da Ilha do Corvo, para apresentar a sua Moção.

Deputada Vanessa Valadão (Corvo): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Senhoras e Senhores:

O plenário Jovem organizado pela Assembleia Legislativa Regional, tem vindo a mobilizar cada vez mais jovens e escolas.

Trata-se de um momento único em que os jovens recebem uma aula prática sobre as funções e o modo de funcionamento da Assembleia Legislativa Regional e, por acréscimo, dos regimes democráticos.

Num momento em que se fala tanto de descrédito dos políticos e das Assembleia é fundamental que os jovens possam perceber a importância vital que tem, para as condições de vida do povo, o trabalho da Assembleia. Por outro lado, o que mais nos entusiasma, a nós jovens, é a oportunidade que temos nos Plenários Jovens de pensar o futuro e ter uma palavra a dizer na nossa organização social actual.

Assim, com a motivação de dar um contributo ainda mais efectivo à nossa sociedade, **propomos que as conclusões dos Plenários Jovens sejam discutidas e analisadas, em Plenário, na Assembleia Legislativa Regional durante um dia.**

Desta forma teremos a certeza que as nossas ideias e aspirações poderão vir a ser concretizadas por aqueles que têm, de facto, esse poder.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Passamos à votação da Moção apresentada pela Ilha do Corvo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Moção foi aprovada com 48 votos a favor e registou 2 votos de abstenção.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Passamos ao próximo ponto, que consiste no **Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante**, onde os Srs. Deputados apresentarão, através das suas intervenções, diversas propostas, que no final serão conciliadas e darão origem às propostas de resolução que serão apresentadas e votadas no período da agenda parlamentar.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Tavares.

Deputado Bruno Tavares (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Exmos. Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e meus Senhores:

A Casa do Gaiato de São Miguel agradece a esta Assembleia a possibilidade de poder se fazer representar no VI Plenário Jovem.

No Contexto nacional em que todos nós vivemos, e em particular no contexto Açoriano, temos que ter a coragem de parar e reflectir as nossas atitudes, valores e preconceitos.

Falar de sexualidade enquanto Instituição de Acolhimento de Crianças e Jovens, é uma realidade que tem que ser assumida e planificada.

Precisamos do vosso apoio enquanto sociedade moderna, actualizada e responsável pelo desenvolvimento integral, harmonioso da nova sociedade açoriana.

Somos e queremos fazer parte da construção da Identidade Açoriana, dando o nosso contributo enquanto jovens trabalhadores e homens com sonhos.

Neste sentido, a Casa do Gaiato apresenta algumas medidas que nos parecem importantes para este desenvolvimento:

1. Formar equipas técnicas nas Instituições de Acolhimento, nomeadamente psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores e Animadores.
2. Criar Equipas de trabalho multidisciplinares entre Instituições, com o objectivo de troca de experiências, planificação e avaliação das metodologias executadas.
3. Criação de uma nova escola de pais na nossa escola, onde os nossos encarregados de educação possam ter a possibilidade de frequentar cursos de formação.
4. A criação de uma disciplina não obrigatória, de educação de sexualidade, onde pudéssemos ter a possibilidade de trocar ideias, sentimentos e vivências, e não ter uma disciplina puramente expositiva das funções da sexualidade reprodutiva.

A Casa do Gaiato de São Miguel, acredita que todos juntos podemos desenvolver os Açores na construção da tão chamada IDENTIDADE AÇORIANA. E que se acabe de uma vez por todas com a abertura dos telejornais nacionais com notícias negativas das nossas ilhas.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Moura.

Deputado Nuno Moura (*Santa Maria*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Ilustres Convidados, Colegas Deputados, restante público:

Nós, jovens estudantes da pequena ilha de Santa Maria, temos hoje aqui a possibilidade de expor as nossas inquietações, preocupações e propostas sobre um tema que nos é grato.

Em 1984 a Assembleia da República legislou sobre a Educação Sexual garantindo a Educação Sexual através da escola. No entanto, até hoje, nada aconteceu. Nada aconteceu e as preocupações de jovens como nós mantiveram-se. Ano após ano o tema é recorrente nas manifestações estudantis que acontecem um pouco por todo o nosso país.

Porquê, então, esta grande preocupação?

Portugal é um dos países que, infelizmente, tem uma das maiores taxas de gravidez na adolescência. Não estranhemos quando sabemos de mais uma história de uma colega, de uma conhecida que ficou grávida aos 14, 15 e 16 anos. Quem já não ouviu estas histórias de vida que nem sempre têm um final feliz?

Mais. Portugal é também, pelas estatísticas, o país onde os casos de infecção pelo HIV não param de crescer. E já agora, é bom lembrar um estudo feito pelo Instituto Nacional de Estatística que em 2003 colocou Portugal como o país com a maior taxa de incidência de SIDA na União Europeia.

Porquê continuarmos a assistir a esta situação sem tratarmos do problema? Nós, jovens de Santa Maria, consideramos que o problema tem de ser combatido, mas não apenas depois do mal acontecer. É bom que uma adolescente que esteja grávida tenha todo o apoio e deve-o ter na escola, nos serviços de saúde e na família.

É fundamental também que se continue a investigar, no sentido de encontrar uma cura para a SIDA, dar aos doentes infectados uma maior esperança de vida e, sobretudo, uma melhor qualidade de vida.

Mas a situação tem que ser combatida em todas as frentes. Assim, temos a consciência de que, quanto mais cedo estes assuntos forem abordados e debatidos melhores resultados se alcançarão.

Assim, vimos junto desta Assembleia propor:

- Que a Educação Sexual faça parte dos currículos do ensino Básico do 5º ao 9º anos de escolaridade e continue no Ensino Secundário até ao 12º ano.
- Que do 5º ao 9º ano a Educação Sexual faça parte do programa de Formação Cívica, uma vez que a carga horária no Ensino Básico já é excessiva e, para ser uma disciplina autónoma, ter-se-ia que alterar a estrutura actual da carga horária, pois não desejamos mais horas no nosso horário já tão sobrecarregado!
- Que desse programa, devam fazer parte temas como: conhecimento do corpo e suas alterações ao longo da adolescência, cuidados de higiene e saúde, reconhecimento do outro, sistema reprodutor, métodos

anticoncepcionais, doenças sexualmente transmissíveis, os afectos, entre outras questões.

- Neste âmbito, propomos que exista uma parceria entre as escolas e as instituições de saúde de modo a trazer os técnicos de saúde à escola e vice-versa, ou seja, levar os alunos às instituições de saúde.

- Que no Ensino Secundário, a disciplina ganhe um carácter de disciplina autónoma nos 10º e 11º anos. No 12º a disciplina deixaria de ser obrigatória, podendo-se pensar nela como opcional, devido à sobrecarga horária e à exigência natural deste ano.

- Para esta disciplina existir, seria necessária a formação de professores na área. Daí propomos que esta formação tão necessária e urgente seja disponibilizada a todos os docentes que queiram trabalhar nesta área com os alunos.

Propomos ainda:

- Um acesso mais fácil e menos constrangedor aos métodos anticoncepcionais e aqui referimo-nos ao preservativo. Assim, estes anticoncepcionais, para nós, deviam estar disponíveis não só nas farmácias e centros de saúde, mas em outros locais como casas de banho públicas de cafés, bares e centros comerciais.

Estando disponíveis para qualquer esclarecimento que seja necessário prestar, agradecemos a vossa atenção.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Fernandes.

Deputado Gonçalo Fernandes (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente, Srs. Deputados, Exmos. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Em primeiro lugar queria agradecer em nome da Escola Secundária das Laranjeiras a oportunidade de participar nesta «VI Sessão do Plenário Jovem».

Como todos sabem a Educação da Sexualidade dirigida aos jovens em contexto escolar, parece nos dias que correm, cada vez mais urgente dado que, apesar da informação a que facilmente temos acesso, os adolescentes e jovens continuam, na maior parte dos casos, intimidados e impreparados para enfrentar os desafios que a vivência da própria sexualidade lhes apontam.

No momento actual, em que a Educação Sexual se encontra legitimada por um quadro legal e normativo que a considera como uma componente essencial da educação e da promoção da saúde, a Educação da Sexualidade passa a ser parte integrante das tarefas pedagógicas da Escola.

Foi-nos pedido, enquanto alunos, que nos expressássemos sobre o tema, por isso, com a intenção de representarmos a escola de uma forma global, elaborámos um inquérito aos alunos do 3º ciclo com as questões que achámos mais pertinentes de forma a elaborar um projecto que fosse de encontro às verdadeiras necessidades dos alunos. As propostas que agora apresentamos são um reflexo não só da análise do referido inquérito, mas também de alguns debates sobre o tema em questão.

As nossas propostas são as seguintes:

1. A criação de uma disciplina de Educação da Sexualidade para o 3º ciclo, de carácter opcional e com a duração de 45 minutos por semana.
2. Em cada ano de escolaridade trabalhar-se-ão diferentes conteúdos tendo em atenção as diferentes idades e consequentes necessidades.
3. A leccionação desta disciplina estaria a cargo, preferencialmente, de um professor com formação em Educação Sexual não dispensando a presença de outros técnicos de Saúde nas aulas desta área, nomeadamente médicos, enfermeiros e psicólogos.
4. A avaliação terá um carácter qualitativo e seria feita a partir da observação directa dos alunos, nomeadamente pela participação nas várias sessões de trabalho, pelas respostas a algumas perguntas directas, pelos trabalhos realizados e debates.
5. Seria importante também, paralelamente a esta disciplina, a criação de um Gabinete de Atendimento ao Jovem (este já em vigor na nossa Escola) para que os adolescentes, se assim o desejarem, apresentassem individualmente, sem preconceitos nem vergonhas, os problemas e as dúvidas mais pessoais que os afligem.

O projecto acima referido visa promover uma vida sexual e reprodutiva saudável, mas responsável. Visa ainda a prevenção de gravidezes indesejadas e o combate às doenças sexualmente transmissíveis. Competirá, pois, à Escola proporcionar uma informação adequada sobre a sexualidade humana.

Para terminarmos é importante salientar que a maior parte da informação que os adolescente possuem sobre a sexualidade é-lhes fornecida pelos próprios colegas e pelos media, principalmente a televisão e cinema, que apresentam a sexualidade de uma maneira cada vez mais explícita e, por vezes, deturpada.

Esta deficiente informação e os conceitos incorrectos, ou ausência deles, no que respeita à sexualidade, torna cada vez mais necessário o acompanhamento dos jovens e adolescentes, com vista a minimizar os seus efeitos negativos.

Assim, acreditamos que estas propostas poderão ser um contributo importante para a formação e desenvolvimento harmonioso nesta decidida fase da adolescência.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Natacha Sousa.

Deputada Natacha Sousa (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Muito boa tarde a todos.

Queria antes de mais, e em nome de todos os meus colegas, agradecer a maravilhosa oportunidade de participar na "VI Sessão do Plenário Jovem". No âmbito da proposta intitulada "A Educação da Sexualidade" vimos, então aqui reunidos, debater sobre o modo como este assunto deve ser abordado, não só pelos jovens como também pela sociedade em geral que, segundo a nossa perspectiva, tem uma ideia pouco acertada sobre o assunto ou, pelo menos, confusa, apesar da comunicação social nos trazer para o quotidiano muitos dos temas ligados à sexualidade.

O tema da sexualidade, na nossa opinião, é tratado com os jovens de uma maneira simplista e pouco conclusiva.

Desaconselham-nos o acto sexual, mas não nos explicam porquê. Dizem-nos que não estamos preparados, mas não nos mostram como ultrapassar esta fase. Chamam-nos a atenção para as transformações do nosso corpo e da nossa maneira de pensar, mas não conversam connosco de modo a esclarecermos as dúvidas e partilharmos os nossos anseios. Alertam-nos para traumas e problemas, mas não nos explicam quais os traumas, quais os problemas e como os enfrentar.

Necessitamos de mais respostas e menos tabus, mais certezas e menos confusão, mais ajuda efectiva e menos alarmismo, mais esperança e menos medo.

Por tudo isto torna-se claro a urgência de incluir a disciplina "A Educação da Sexualidade" nos programas escolares.

Que assuntos seriam abordados?

I – Os valores.

Quais os valores a aceitar no âmbito da sexualidade?

É preciso discutir, compreender e chegar a consensos.

Será a fidelidade? O amor? A confiança? A paciência? A aceitação do outro? O dizer não quando todos dizem que sim?

II – Necessitamos de falar abertamente sobre as relações sexuais e as suas consequências.

Que tipo de traumas? Que tipo de problemas? Quando podemos começar uma vida sexual activa? Quem toma essa decisão (eu, eu e o meu companheiro, a família?)

III – A decisão sobre a minha sexualidade implica a questão da homossexualidade. Este tema tem de ser abordado.

IV – A pedofilia é uma questão muito grave e com alguma frequência dentro das famílias.

Como preveni-la? Como denunciá-la?

V – O poder da Comunicação Social.

Será que não precisamos de ser mais críticos sobre os valores, as informações, os modelos de comportamento que a Comunicação Social nos transmite?

Como se implementa esta disciplina na Escola?

Uma vez que todos somos diferentes e cada turma é um caso singular, achamos interessante que ao longo do primeiro período um grupo constituído por delegado de turma, subdelegado, Director de Turma e mais algumas pessoas interessadas fizesse um trabalho de levantamento acerca das questões, temas e dúvidas existentes sobre a sexualidade. Seria útil, ainda, que os alunos da turma indicassem com qual dos seus professores se sentem mais à vontade para trabalhar e discutir tais assuntos.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que concluísse.

A Oradora: Terminei já, Sr. Presidente.

Assim, após o trabalho de diagnóstico, a "Educação da Sexualidade" teria início no segundo período. Poder-se-ia utilizar algum tempo dedicado à Formação Cívica ou à Área Projecto.

No final do ano, elaborar-se-ia um relatório de avaliação onde constassem os aspectos muito positivos, as dúvidas que subsistem e aquilo que devia ser alterado.

Por último gostaríamos de agradecer à nossa escola, professores e familiares que nos ajudaram na elaboração deste trabalho.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Gonçalves.

Deputada Beatriz Gonçalves (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Muito boa tarde a todos!

É com muito gosto que viemos aqui representar a Escola Secundária Antero de Quental, de Ponta Delgada, São Miguel.

Foi-nos pedido que reflectíssemos e que apresentássemos uma proposta sobre o tema "A Educação da Sexualidade", algo que fizemos com empenho e agrado e cujo resultado passamos a apresentar.

Julgamos que seria proveitoso alterar o nome da disciplina "Educação Sexual" para "Sexualidade e Afectos", visto a palavra "Educação" poder

afastar os alunos (por exemplo, à disciplina de "Educação Física" chama-se frequentemente "Ginástica" e à "Educação Visual" simplesmente "EV", só para não se falar na palavra "Educação", já que ninguém quer admitir que necessita dela).

A disciplina "Sexualidade e Afectos" deverá ter uma carga horária de 45 minutos semanais, uma vez que o horário dos estudantes e dos professores já está sobrecarregado, devendo iniciar-se já no Ensino pré-escolar, visto que o processo educativo de um indivíduo começa logo à nascença.

Quanto à selecção dos professores que deveriam leccionar a disciplina "Sexualidade e Afectos", consideramos que deveria dar-se preferência aqueles que demonstrassem possuir perfil para falar desses assuntos com os jovens, nomeadamente ter um espírito aberto, ser capaz de estimular o diálogo e a partilha de experiências, e não aqueles com muita formação nessa área mas sem o referido perfil. A escola deverá, no entanto, proporcionar formação a todos os professores para que tenhamos um ensino de qualidade.

Deverá ser uma disciplina opcional, porque estando virada fundamentalmente para o diálogo, se o jovem não estiver predisposto para falar ou ouvir falar de Sexualidade poderá não querer frequentar as aulas e, ao ser uma disciplina facultativa, terá um maior empenho daqueles que nela se inscreverem.

Consideramos que a disciplina "Sexualidade e Afectos" não deverá ter avaliação, pois com que base se avaliam sentimentos? Como poderá um aluno expressar-se livremente, sem inibições, sabendo que está sujeito a uma avaliação?

A disciplina deverá incluir no seu calendário de actividades acções de formação dinamizadas pelos alunos, dirigidas aos seus colegas e pais, com o intuito de sensibilizar e esclarecer a comunidade educativa. Os Conselhos Executivos das escolas deveriam distribuir panfleto informativos aos alunos e respectivos pais com o intuito de cativar os alunos e levá-los a inscreverem-se na disciplina de "Sexualidade e Afectos".

Agradecemos a vossa atenção!

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Medeiros.

Deputada Ana Medeiros (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Crescemos! Mudámos a nossa maneira de vestir, de pensar, de agir... Mudou o nosso corpo, a nossa forma de estarmos com os outros.

Estamos a criar um sistema de valores que vai orientar as nossas decisões, que vai levar a que não nos deixemos manipular pelos outros.

É importante, por isso, que a nossa visão sobre a sexualidade seja positiva e leve à construção de um sistema de valores que nos faça aceitarmo-nos como somos e a aceitar e respeitar as diferenças.

É esta insegurança em relação à imagem que temos perante os outros em relação aos afectos, que conduz a uma sexualidade desprotegida que pode trazer consequências irreversíveis.

Por um lado, o desconhecimento pode levar a que o jovem se sujeite a assédios e abusos (e aqui poderíamos lembrar os casos de Pedofilia de que tanto se tem ouvido falar), que por vezes não acontecem pela procura de bens materiais, mas sim pela procura de afecto. As consequências destes abusos podem ir além das sequelas psicológicas, podem até condicionar as orientações e escolhas sexuais, mesmo enquanto adultos.

Por outro lado, o conhecimento sobre as consequências de uma sexualidade desprotegida e sobre as formas de prevenção poderia levar a que a taxa de gravidez na adolescência, que nos Açores é muito elevada diminuísse e que os riscos de contágio de doenças sexualmente transmissíveis fossem minimizados.

Ora, sabemos que na nossa sociedade a abertura em relação a assuntos relacionados com a sexualidade é ainda muito pequena. Existem muitos pais que não sentem conforto em falar com os filhos sobre isto.

Cabe, por isso, à escola um papel importante na Educação Sexual dos jovens. Por isso:

- Propomos a criação de uma disciplina, de carácter facultativo, onde será abordada a educação da sexualidade.

Não pretendemos que ela exista só por existir. Deve ser criada de uma forma consciente e responsável e por isso propomos que os Encarregados de Educação sejam sensibilizados, logo no período de matrículas, numa acção de esclarecimento acerca da disciplina, dos professores que irão leccioná-la, dos conteúdos que serão abordados.

- Propomos uma articulação eficaz entre a escola e a comunidade onde está se insere, para que se possa usufruir dos recursos existentes no enriquecimento das aulas (Centro de Saúde, Comissão de Protecção de Menores, Assistência Social...).

- Sugerimos que a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Secretaria Regional da Saúde e Assuntos Sociais hajam lado a lado para que:

- a) Seja criado na escola um gabinete de apoio ao jovem, onde poderiam ser feitas consultas de planeamento familiar, onde se poderia contactar com um psicólogo, assistente social, e onde o jovem poderia simplesmente conversar, tirar dúvidas, obter aconselhamento...

- b) Seja criado um sistema de apoio a mães adolescentes para que estas possam, pelo menos, cumprir a escolaridade obrigatória.

- Propomos que a Associação de Estudantes seja responsabilizada pela promoção de campanhas de sensibilização inerentes ao assunto.

- Propomos que todas as propostas apresentadas neste Plenário sejam analisadas pela Comissão da Assembleia Legislativa Regional responsável por este assunto.

"Quantas mais tragédias terão os nossos jovens que sofrer antes que os adultos aceitem o facto de que a inocência não é preservada pela ignorância?" – Susan Hayman

Obrigada.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Rego

Deputada Ângela Rego (São Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público: É com muito prazer que nos encontramos neste espaço de construção da democracia a representar a Escola Secundária Domingos Rebelo. Congratulamo-nos também pela pertinência e actualidade do tema proposto a debate.

A preocupação do Estado em promover a educação da sexualidade nas Escolas não é recente. Com efeito, há cerca de vinte anos que se vem a legislar no sentido de se introduzir formação e informação sobre a sexualidade humana nos currículos escolares. Todavia, a concretização desse objectivo tem sido praticamente inexistente.

Na nossa opinião, a educação da sexualidade deve ser considerada como uma área essencial do processo educativo, não devendo, por isso ser reduzida às componentes biológica e de prevenção de comportamentos de risco. Entendemos que deve ser promotora do desenvolvimento equilibrado da personalidade no que respeita às suas componentes psíquica, emocional e comportamental, num quadro de valores humanistas e universais características da nossa cultura.

A escola do século XXI deve ser aberta e não preconceituosa, abordando todas os componentes da formação do ser humano, incluindo a da sexualidade. A nossa proposta, por isso, é integrar a educação da sexualidade como um módulo obrigatório da área curricular não disciplinar de Formação Cívica.

Consideramos que a educação da sexualidade não deve constituir uma disciplina autónoma e obrigatória, que viria a ser uma sobrecarga num currículo que já é bastante extenso, nem se pode resumir a uma disciplina opcional, que privaria alguns alunos dessa formação. Tratando-se de uma temática de natureza transversal, que pode e deve ser tratada nas diferentes disciplinas, deve, no entanto, conhecer como espaço privilegiado para a sua

abordagem aquele que, por excelência, contribui para a formação de cidadãos esclarecidos e responsáveis, ou seja, a Formação Cívica.

Uma vez que esta área é leccionada por docentes com formações específicas muito diversas, propomos que os professores possam ter acesso à formação especializada.

Em conclusão, gostaríamos de realçar que é obrigação da Escola promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do ser humano, pelo que a inserção desta temática, como módulo obrigatório da área de Formação Cívica, poderá proporcionar uma vivência mais informada e gratificante da sexualidade. É nesta área, insistimos, que melhor e mais facilmente se pode promover uma cidadania esclarecida e responsável e a formação integral do adolescente da qual, obviamente, faz parte a sexualidade.

Muito obrigada.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Daniela Estrela

Deputada Daniela Estrela (São Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

É com grande prazer que estou aqui a representar a Escola Básica Integrada dos Ginetes, Ilha de São Miguel.

É um grande desafio estar neste espaço de reflexão, de partilha de experiências e debate de ideias sobre um tema muito importante na sociedade escolar.

Espero que todos nós respeitemos as regras do debate não interrompendo quem está com a palavra.

Na adolescência descobre-se o corpo. Ele começa a desenvolver-se e a transformar-se e pode afectar-nos psicologicamente.

Por vezes, comparamos o nosso corpo com as nossas colegas.

Devemos estar preparados para a mudança porque, por vezes começamos a odiar o nosso corpo. É, por isso, necessário receber informação sobre a educação dos afectos que vai muito além da educação da sexualidade.

Neste sentido, apresentamos a seguinte proposta:

- 1- As questões da educação da sexualidade deverão ser tratadas no espaço já existente da área não disciplinar de Formação Cívica, desde o 5º ao 9º anos de escolaridade;
- 2- A Educação da Sexualidade deverá ser tratada no âmbito da educação dos afectos, porque sexualidade não é só ter relações sexuais é também aprender a ter boas relações com o nosso corpo e com as outras pessoas;

- 3- A avaliação deverá ser qualitativa de acordo com o que já existe na Área de Formação Cívica;
- 4- A escola deverá também promover a formação dos pais nesta área, através de debates, palestras, comentário de filmes, livros, etc., porque os pais deverão saber acompanhar as transformações no desenvolvimento dos seus filhos.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Marina Silva.

Deputada Marina Silva (São Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Mesa Assembleia, Exmos. Convidados, Exmos. Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Muito boa tarde.

Agradeço desde já esta oportunidade que nos foi dada. Além de ser única, vai-nos enriquecer.

A educação da sexualidade é, maioritariamente, a educação da afectividade, o que influencia a formação da personalidade – "educação para o amor". Como formadora deve ser especialmente formativa, para além de informativa. A Educação Sexual tem a ver com o nosso corpo e consequentemente com o nosso maior ou menor conforto em relação a ele e aos afectos. Não podemos separar a sexualidade da afectividade. A educação da sexualidade permite aos alunos a construção de uma identidade sexual, a abolição de preconceitos e faz com que saibam lidar com as diferenças.

Esta educação acaba com o "tabu" e poderá evitar experiências precoces negativas (gravidez na adolescência, a transmissão das doenças - SIDA, Hepatite B entre outras). Permite ao adolescente respeitar o seu próprio corpo e o do sexo oposto, tomar decisões reflectidas e responsáveis quanto à sexualidade, questionar, explorar e consolidar os seus próprios valores sobre a sexualidade, ter uma informação correcta e objectiva ao nível da sexualidade, considerar o amor, o compromisso e a afectividade como formas de expressão humana.

Sentir-se bem na sua pele de homem ou mulher, prevenir as várias formas de exploração sexual (abusos sexuais, pedofilia, etc.), conhecer as vantagens e inconvenientes dos diferentes métodos contraceptivos, integrar a dimensão sexual nas outras intenções da pessoa e preparar uma vida sexual de qualidade serão os objectivos da educação da sexualidade.

É a escola que mais favorece esta educação, pelo tempo de permanência dos alunos, durante a idade em que devem ser feitas as aprendizagens básicas. A escola deve formar os agentes educativos para que estes saibam

escutar os educandos com tranquilidade, não os reprimirem, não os culpabilizar, não impor valores, mas fazer com que eles surjam no diálogo de uma forma natural. O educador deve ser confiável, amigo, transmissor de valores e de conhecimentos científicos, responsável, bom comunicador e com capacidade de gerir conflitos.

Na família, os pais devem estar envolvidos e, através do diálogo, "desbloquear" este tipo de comunicação, não ter medo de "perder" a autoridade e expressar os seus próprios sentimentos, opiniões e emoções, respeitando as diferenças de opinião dos seus filhos. É importante que os pais percebam e aceitem que este tipo de atitude é que evita os problemas como a gravidez precoce e as DST. Os serviços de apoio à escola devem ser parceiros para apoiar e escutar as crianças e os jovens.

A sexualidade é uma fonte potencial de vida e comunicação e parte integrante da valorização pessoal e das relações interpessoais.

Presidente: Sra. Deputada, informo que está a exceder o seu tempo. Por favor seja breve.

A Oradora: Logo, o testemunho das relações humanas de qualidade intra e inter familiares são fundamentais para o crescimento vital do ser humano.

Passo a apresentar as nossas propostas com base nos questionários feitos aos encarregados de educação, alunos e professores.

- A existência de uma disciplina de Educação Sexual;

Presidente: Sra. Deputada, agradeia que fosse breve.

A Oradora: - Formação permanente para os pais, professores e auxiliares;

- Sessões de esclarecimento;

- Elaboração e distribuição de panfletos informativos, debates e exposições;

- A existência de uma caixa para os alunos colocarem as suas dúvidas sobre a sexualidade.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Décio Fagundes.

Deputado Décio Fagundes (Terceira): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Convidados e Caros Colegas Deputados:

Muito boa tarde a todos.

É com grande prazer que estamos aqui a representar a Escola Básica Integrada dos Biscoitos.

Sentimo-nos na obrigação de saudar dois colegas da nossa escola que representam hoje o Círculo Eleitoral dos Açores, no Parlamento Jovem da Assembleia da República, Lisboa.

Excelentíssimos Senhores:

De acordo com o Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, "o programa do Governo assume como objectivo estratégico a garantia de uma educação de base para todos", e nessa educação deverá constar sempre a Educação da Sexualidade. Contudo, deixamos no ar uma pergunta: quantos colegas passam anos nas escolas sem terem ouvido falar, quanto mais debater este tema?

Seria injusto dizer que nada se fez. Com alguma boa vontade de alguns dos nossos professores e comunidade escolar alguma coisa se tem feito. No entanto, poder-se-á fazer e aprender muito mais, o caminho a percorrer ainda é longo.

O crescente número de relações precipitadas e fracassadas, abortos, violações, assédios, abusos sexuais, desenvolvimento de sentimentos de culpa, doenças sexualmente transmissíveis, gravidezes em adolescentes cada vez mais jovens e casos de violência familiar, é mais do que suficiente para nos fazer pensar – Que Educação Sexual?

É necessária uma aposta na Educação da Sexualidade com o objectivo de alterar comportamentos.

Mas não é só à Escola que compete este papel educativo.

Todos sabemos que a Família tem um papel fundamental. Mesmo quando a sexualidade é ignorada pelos pais, não deixa de ser um dos factos mais importantes na vida de quase todos os adolescentes.

E os nossos professores, de uma forma melhor ou pior, vão-nos preparando para a vida adulta. É fundamental que a família faça o mesmo.

As limitações evidenciadas por muitos pais, que na generalidade continuam a ter dificuldades em falar com os filhos sobre estes temas, não deixam dúvidas quanto à necessidade de a escola desempenhar um papel activo na Educação Sexual de Jovens.

Durante muito tempo, a sexualidade foi considerada de pouca importância para o desenvolvimento das pessoas e voltada para uma única finalidade: a reprodução.

Nós, adolescentes, congratulamo-nos com a mudança que se tem vindo lentamente a operar! Mudança, que apesar das dificuldades constitui um desafio.

Ao estarmos aqui reunidos estamos a dar mais um passo para que a Educação da Sexualidade nas escolas seja uma realidade.

Gostaríamos de propor que em todas as escolas passasse a haver um gabinete onde profissionais – enfermeiros, médicos ou pessoal especializado na área – pudessem esclarecer as dúvidas dos alunos, auxiliá-los e encaminhá-los para a resolução dos seus problemas.

Regras para o funcionamento do "Gabinete do aluno – uma sexualidade responsável" seriam:

1 ° - O Gabinete seria obrigatório em todas as escolas, a tempo inteiro ou parcial;

2º - Deveria funcionar diariamente, pelo menos uma hora, preferencialmente em horários compatíveis com a disponibilidade dos alunos;

3º - Todos os alunos tinham o direito de usufruir do Gabinete, sendo a sua privacidade respeitada;

4º - As escolas deveriam ter parcerias com os Centros de Saúde e com outras instituições, de modo a que os alunos pudessem ser ajudados de forma adequada;

Obrigado a todos pela oportunidade que nos é dada, pelo contributo dos nossos colegas deputados e pela vossa atenção.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Débora Branco Silva.

Deputada Débora Branco (Terceira): Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Muito boa tarde.

Queremos agradecer a oportunidade que nos foi concedida de estarmos aqui a debater um tema que tem levantado algumas polémicas e ganhou muita importância nestes últimos anos – A Educação Sexual.

Visto que a escola é um meio de formação para jovens, esta não deveria só integrar a temática da sexualidade nas disciplinas já existentes, mas também implantar a disciplina de Educação Sexual. Isto, porque está consagrado na legislação portuguesa e no Decreto-Lei 259/2000 – regulamentação da Lei 120/99, tal como noutros documentos legais existentes na Constituição Portuguesa.

A disciplina de Educação Sexual servirá para a formação de jovens competentes, de modo a que se possam assumir um papel responsável na sociedade futura, no que diz respeito a este tema.

Esta disciplina teria como principais objectivos:

- Dar a conhecer aos jovens o sentido físico e psicológico da sexualidade e a importância desta na vida;
- Educar para os afectos;
- Esclarecer eventuais dúvidas dos jovens sobre este tema.
- Informar dos métodos contraceptivos e o seu funcionamento de forma a evitar as gravidezes indesejadas, o aborto e as doenças sexualmente transmissíveis.

Propostas de resolução para a implantação da disciplina:

- A temática da Educação Sexual seria iniciada no 5º ou 6º ano, inserida noutra disciplina como Formação Cívica, a qual seria adaptada conforme as necessidades e ou problemas que a Escola apresentasse:

- No 3º ciclo implantar-se-ia a disciplina de Educação Sexual a qual terminaria no fim deste ciclo;
 - Os professores deveriam ser voluntários e estes fariam uma prévia formação relacionada com a respectiva disciplina;
 - No 5º e 6º ano desenvolver-se-ia a parte teórica relativa aos sistemas relacionados com este tema, nomeadamente o sistema reprodutor e hormonal.
 - No 7º ano abordar-se-ia os métodos contraceptivos e alguns temas relacionados com a Educação Sexual como o aborto. Nos dois anos seguintes, falar-se-ia nos afectos;
 - Esta disciplina seria implantada, substituindo a disciplina de Formação Cívica;
 - A disciplina deveria ter uma duração semanal de 45 minutos;
 - A avaliação desta deveria basear-se apenas numa síntese descritiva, na qual, os professores dariam a sua opinião sobre o trabalho, interesse, o empenho e o relacionamento do aluno com a disciplina;
 - Criar uma equipa responsável, a qual elaboraria um projecto, integrando os parâmetros relacionados com a disciplina.
- Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Joana Jordão.

Deputada Joana Jordão (Faial): Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmos. Deputados, Caros Colegas Deputados, Ilustres Convidados:

Muito boa tarde a todos.

Antes de mais, achamos que é importante distinguir sexo de sexualidade:

Sexo – características externas e funcionais que permitem distinguir o homem da mulher. É uma condição orgânica.

Sexualidade – conjunto de fenómenos relativos ao instinto sexual e à sua satisfação.

Por aqui se vê que a sexualidade se manifesta por instintos, desejos que podem levar à actividade sexual.

Por isso é importante educar o ser humano para o modo como deve orientar as suas manifestações sexuais, falando dos valores por que se deve orientar.

O grande valor deve ser o amor.

As manifestações sexuais sem respeito pelo outro, descuidadas, procurando só o prazer, sem carinho e apenas passageiras, não têm futuro e apenas pretendem a satisfação de um instinto animalesco. Não são manifestações de amor dado que, normalmente, envolvem atitudes imorais, violência e desrespeito sobre o outro ser do sexo oposto.

É importante salientar que amor é Afecto, Amizade, Simpatia, Gostar de Alguém e Querer Bem.

Quase todos os alunos presentes nesta Assembleia se encontram na faixa etária entre os 12 e 15 anos. É nesta faixa que a maioria dos adolescentes tem maior probabilidade de procurar desfazer-se dos conceitos adquiridos no meio familiar e sair à procura de novos conceitos. É neste período que se encontra bastante vulnerável. Diante de situações novas, defende-se muitas vezes pôr meio de mecanismos mais primitivos de defesa: a oposição e a agressão.

Na verdade, a adolescência é uma altura de mudanças físicas, porque o corpo está a preparar-se para a vida adulta, e de grandes alterações psíquicas, resultantes dessas mudanças físicas. É, então, a altura de aprender o seu novo corpo e experimentar comportamentos diferentes. Por isso tem de ser acompanhada com muita informação. É ainda a altura para a acção. Por este motivo, este grupo terá de ser informado, mas não de uma maneira muito realista da prática sexual, métodos e técnicas. A educação para a sexualidade deve ser encarada como uma fase mais preparativa: para que o adolescente perceba que ainda não está preparado, mas que está em fase de preparação. É importante a informação e não a acção.

É neste período que, tanto os rapazes como as raparigas se encontram perante um grande problema: o que fazer?

- Pedir ajuda aos nossos pais? Nem pensar nisso! Só alguns são receptivos. Os outros, nem querem ouvir falar no assunto.

- Pedir ajuda aos nossos amigos com a mesma idade? Não dá resultado, pois as dúvidas são as mesmas!

- Pedir ajuda a amigos mais velhos? Talvez seja uma solução! Mas será a solução correcta? Estarão eles devidamente informados sobre o assunto ou têm a chamada "experiência do ouvir dizer"?

Então, como ficamos? Vivemos num mundo onde quase tudo está ligado com o sexo e a sexualidade. São os anúncios televisivos com forte carga de sexualidade; são as notícias nos Órgãos de Comunicação Social que constantemente se referem a factos que, directa ou indirectamente, estão relacionados com o sexo e a sexualidade (por exemplo: pedofilia, drogas, SIDA, etc.).

E assim, o que nos resta? Aprender com a experiência? NUNCA!

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que fosse breve.

A Oradora: Obrigado, Sr. Presidente.

Neste caso, é o pior caminho a seguir pois as consequências podem ser devastadoras: surgimento da gravidez precoce, transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, já para não falar no uso de drogas desinibidoras.

Para concluir, o Grupo Parlamentar do Faial aqui representado por alunos da Escola Secundária Manuel de Arriaga, apresenta a seguinte proposta:

1 - Implementação no currículo escolar do 3º Ciclo de uma disciplina extra curricular, de carácter obrigatório, vocacionada para a Educação da Sexualidade, podendo ter continuidade no Secundário;

2 - Cumulativamente, a realização de colóquios ou debates calendarizados e integrados na disciplina anteriormente referida e orientados por profissionais devidamente qualificados.

3- A disciplina extra curricular deverá ser orientada por professores ligados ao estudo das ciências (disciplinas de Ciências Naturais e Biologia) e da psicologia (psicólogos) ou por docentes devidamente licenciados nesta área.

4- Devido à complexidade da disciplina, esta deverá ter uma carga horária de 1 bloco lectivo (90 minutos) semanal ou de 2 meios blocos (45 minutos cada), também semanais.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Tânia Machado.

Deputada Tânia Machado (Pico): Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa, Exmos. Deputados da Assembleia Regional, Exmos. Membros da Mesa, Ilustres Convidados, Caros Colegas "Deputados" das ilhas dos Açores:

Na nossa escola Cardeal Costa Nunes, concelho da Madalena, ilha do Pico, decidimos efectuar um inquérito a toda a escola, com o objectivo de ouvir a opinião dos alunos sobre a Educação da Sexualidade.

Os resultados apurados demonstram-nos que mais de 60% dos colegas consideram que deveria haver uma disciplina só de Educação da Sexualidade.

Quando colocamos a questão de saber se deveria ser uma matéria integrada noutra disciplina, como por exemplo Formação Cívica, como se faz actualmente, a maioria dos alunos considera que deve ser uma disciplina independente das outras.

Relativamente a quem deve leccionar esta disciplina os rapazes consideraram que deveria ser leccionada, em primeiro lugar, por um professor de Ciências, em 2º lugar um psicólogo e em 3º lugar um médico. As raparigas consideraram que deveria ser leccionada em 1º lugar também um professor de Ciências, mas em 2º colocaram um médico e só depois um psicólogo.

Solicitamos também a opinião dos colegas relativamente aos anos de escolaridade em que esta disciplina deveria ser leccionada.

Verificamos que todos os anos, do 5º ao 12º foram assinalados, no entanto a maioria considerou que deveria ser leccionada em especial nos 7º, 8º e 9º anos. As alunas acrescentaram ainda o 6º ano de escolaridade.

Relativamente aos assuntos a tratar nesta disciplina os alunos destacaram:

- 1º "como iniciar uma vida sexual";
- 2º "doenças sexualmente transmitidas";
- 3º "planeamento familiar".

As alunas manifestaram também a mesma opinião, mas em 3º lugar colocaram os "contraceptivos."

Os "deputados" da nossa escola propõem o seguinte:

1. Que a Educação da Sexualidade seja uma disciplina anual, separada das outras.
2. Que seja leccionada por diferentes professores, em módulos ou períodos, nomeadamente uma parte por um professor de Ciências, outra por um médico e outra por um psicólogo.
3. Que esta disciplina seja leccionada em especial aos 6º, 8º e 9º anos de escolaridade, em vez de ser repetitivamente leccionada a todos os anos de escolaridade (5º ao 12º).
4. Que a sua avaliação seja qualitativa e conte para a transição de ano, tal como a Área de Projecto, para que os alunos e professores a valorizem.
5. Que seja estudado um programa adequado para os 6º, 8º, e 9º anos de escolaridade, considerando que será, leccionada por três especialistas – professor, médico e psicólogo.

Pensamos que estas propostas são facilmente concretizáveis, a não ser a disponibilidade de um médico, já que no nosso concelho há uma grande falta de médicos e muito menos consultas para Jovens.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara e do público)

(Neste momento, o Presidente da Assembleia foi substituído na Mesa pela Vice-Presidente Isabel Mesquita)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Júlia Silveira.

Deputada Júlia Silveira (São Jorge): Exma. Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados Representantes dos Grupos Parlamentares, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Caros Colegas Deputados, Ilustres Convidados:

Começamos com uma pergunta-chave [uma pergunta de discussão interessante]: por que é que na escola só nos é dada informação praticamente sobre o lado negativo da sexualidade?

Consideramos ser um aspecto a repensar pois quase todos os anos nos falamos disso e é opinião geral, embora todos os anos consigamos aprender mais alguma coisa já estamos suficientemente informados sobre isso.

A informação é-nos dada através de folhetos distribuídos gratuitamente ou através de algumas aulas em que falamos de Educação Sexual, principalmente em áreas como Formação Cívica. Assim, e porque é importante, a partir de que ano ou anos se pretende iniciar uma disciplina de Educação Sexual ou a partir de que ano vamos ter, realmente um espaço em determinadas disciplinas em que se abordem os assuntos relacionados com a Educação Sexual?

Também pergunto que tipo de assuntos vão ser tratados? Será que nos vão continuar a falar das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez na adolescência, de formas de as prevenir, entre outros assuntos possíveis? Consideramos que, genericamente, a grande parte dos alunos já tem conhecimento do mais importante destes assuntos. O que é facto, é que, mesmo com toda a informação que nos entra pelos olhos dentro sobre os problemas relacionados com gravidez não desejada, com as doenças sexualmente transmissíveis, estes problemas existem e cada vez mais, entre os jovens e não só, surgem em grande escala. Cada vez mais surgem adolescentes grávidas acarretando, como sabemos, vários problemas físicos, sociais, psicológicos e relacionados com o futuro de tais adolescentes.

Assim sendo, chegamos à conclusão de que é necessário sermos selectivos relativamente à informação porque podemos sempre aprender algo de novo. E é muito importante saber escolher entre a informação boa e menos boa.

Queremos saber se realmente os responsáveis técnicos e políticos pela educação na região e no país acham que a Educação Sexual na escola será uma realidade e em que medida pode contribuir para minimizar problemas como a gravidez não desejada.

A melhor solução, em nossa opinião, seria que existisse uma disciplina de Educação para a Sexualidade, mas que chegasse a toda a comunidade escolar, não só aos alunos, mas também aos pais e encarregados de educação para que todos tenham conhecimento do que se ensina e do que se aprende.

Isto deve ser feito de forma aberta e clara para que o não conhecimento, embora só quem não o quer é que permanece ignorante, não possa ser entendido como uma das causas de problemas como os que já aqui referimos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Vânia Vitorino.

Deputada Vânia Vitorino (São Jorge): Exma. Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa Regional, Exmos. Senhores Deputados

Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caríssimos Colegas Deputados, Exmo. Público:

É com grande prazer que estamos aqui a representar a Escola Básica Integrada do Topo e agradecemos esta oportunidade que nos foi concedida. A educação é, sem dúvida, a base de uma sociedade que se pretende cada vez mais equilibrada e plural.

A Educação da Sexualidade terá que ser assumida como um importante complemento na formação e educação de todos nós, como indivíduos activos dentro de uma sociedade.

Embora a educação para a sexualidade seja imposta por lei, é muitas das vezes esquecida, uma vez que está integrada numa interacção entre todas as disciplinas no currículo nacional.

Cabe-nos, assim, apresentar para debate as seguintes propostas:

- Promover debates em sessões abertas, educando a população em geral para o tema, através de sessões de esclarecimento por pessoal qualificado.
- Distribuição de panfletos informativos pelos alunos e professores, abrindo assim a escola à comunidade, promovendo o debate e a discussão de ideias.
- Educar os pais tendo em conta o seu papel específico, como veículo importante de saberes e experiências.
- Aulas de Sexualidade na Escola através de uma disciplina específica obrigatória, compostas por um bloco 45 minutos semanais através de docentes especializados na disciplina. Esta disciplina englobaria os três ciclos de ensino.
- O Ministério da Educação deveria facultar Formação Específica para docentes, a fim de tomar os mesmos em docentes especializados nesta área.
- Criação de mecanismos de apoio, promovendo o anonimato. A existência de um gabinete médico nas escolas, assegurado uma vez por semana, com fim de facilitar o apoio ao planeamento familiar, diminuindo deste modo a possibilidade da existência de gravidez precoce entre a comunidade escolar.
- Distribuição gratuita de métodos contraceptivos nas escolas, farmácias e hospitais através de máquinas de distribuição.
- Criação na EBI do Topo de um gabinete de Psicologia – a nossa escola é das poucas que não tem, talvez pelo facto de pertencer às ilhas pequenas visto que estas ficam sempre em último lugar – para prestar apoio às mães adolescentes assim como ajudar os alunos nesta fase tão crítica que é a adolescência.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Maciel.

Deputada Andreia Maciel (Flores): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Colegas Deputados:

Venho representar a Escola Básica Integrada das Flores e passa a apresentar as nossas propostas:

1ª- Implementar a Educação para a Sexualidade como área obrigatória da área curricular não disciplinar, de avaliação qualitativa, carga horária de 45 minutos semanais (uma vez por semana, pelo menos) e que não interfere na transição ou retenção do aluno.

Pontos imprescindíveis a abordar e seus envolventes serão:

- Anatomia Humana
- Doenças Sexualmente Transmissíveis
- Gravidez na Adolescência
- Aborto
- Homossexualidade
- Métodos Contraceptivos
- Ciclo Menstrual
- Formação de bebés

2ª - Existência de formação específica dos professores, para que possa ter formação teórica e prática para leccionar a disciplina. Os professores serão aceites nos cursos, tendo que passar por uma entrevista pessoal, que pusesse à prova a sua atitude com jovens e as suas capacidades para leccionar esta disciplina.

3ª - Realização de eventos (palestras, sessões de esclarecimento, etc.) com o propósito de sensibilizar a comunidade em geral, os pais e educandos para a Educação da Sexualidade, em Escolas, Casas do Povo, Juntas de Freguesia, etc.

4ª - Incluída na Educação da Sexualidade estaria a Educação dos Afectos, pois é muito importante saber lidar com os afectos.

5ª - Dar a oportunidade aos Pais/ Encarregados de Educação de assistirem a uma aula mensal específica, para o acompanhamento da formação dos seus educandos. Para este efeito, os Pais/Encarregados de Educação teriam direito a 3 horas mensais para ser possível participar nestas ocasiões, se as faltas forem devidamente justificadas, não haverá nenhuma repercussão no seu salário, por via dos termos legislativos.

6ª - Iniciar a disciplina no 5º ano, sendo o grau de profundidade de cada assunto proporcional, à medida que se vai chegando ao secundário.

7ª - No início do ano lectivo, teria lugar uma reunião envolvendo directores de turma, encarregados de educação e os professores que viriam a trabalhar com os educandos ao longo do ano. Nessa reunião os pais seriam informados acerca do que iria acontecer nas aulas de Educação Sexual e os temas que seriam abordados. Os pais conversariam com os professores, de modo a avaliarem o seu perfil e as suas aptidões.

8ª - A disciplina devia ser dada por um professor e uma professora, de modo a que os adolescentes pudessem sentir-se à vontade, ao falarem com uma pessoa do mesmo sexo, e que eventualmente teria alguma experiência de vida e transmitir-lhes-ia os seus conhecimentos a nível pessoal e profissional.

9ª - A disciplina seria obrigatória durante as cinco aulas iniciais onde o professor falaria sobre os temas que seriam abordados durante o ano lectivo e sobre as actividades a elaborar de modo a os alunos poderem decidir se queriam ou não participar nas aulas, dependendo das suas eventuais dúvidas ou necessidades para com a disciplina. A partir das cinco aulas obrigatórias a disciplina passava a ser a opção dos alunos. Se as aulas fossem obrigatórias iam estar alunos desinteressados e perturbadores dentro da sala de aula por não terem vontade de colaborar. Sendo opcional, estariam a participar somente alunos interessados e participativos que tirassem realmente proveito da disciplina, como fonte de informação útil.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ashley Domingos.

Deputada Ashley Domingos (Corvo): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Senhoras e Senhores:

Boa tarde a todos.

A Educação Sexual é uma temática fundamental nas sociedades modernas. Devido à natureza democrática das nossas instituições e ao alargamento do debate cívico nas sociedades actuais, existem hoje diferentes visões sobre o que deve ser o seu conteúdo e as suas formas de implementação na escola e noutros canais de divulgação social.

Para este debate, o Grupo Parlamentar do Corvo traz a sua própria experiência, enquanto comunidade pequena e periférica, mas solidária.

Nós defendemos que a Educação Sexual deve ser uma área nuclear de aprendizagem e sensibilização na escola.

Devem aumentar-se os conteúdos relacionados com a Educação Sexual no âmbito de disciplinas como a Formação Cívica, Biologia, Ciências Naturais, Geografia e História. Não deve é criar-se uma nova disciplina que é a solução encontrada por todos sempre que surge a necessidade de ensinar novos conteúdos. Esta forma de actuar penalizou os alunos com a maior carga disciplinar da Europa Ocidental, com os resultados que se conhecem.

Devem realizar-se palestras em que o assunto seja tratado de forma livre e acessível para os alunos – sempre que possível com testemunhos de vida sobre este assunto.

Devem promover-se programas de sensibilização nas escolas e na sociedade em geral para que os alunos possam agir como sensibilizadores nesta área.

Defendemos também a divulgação do uso dos contraceptivos e a criação de mecanismos que facilitem a aquisição dos mesmos fora de ambientes de intimidação e de divulgação social.

Como acreditamos em sociedades livres, justas e solidárias choca-nos o tratamento que é dado nas escolas – muitas vezes pelos próprios colegas – a jovens que têm orientações sexuais diferentes. Defendemos a realização de acções de sensibilização de combate à discriminação e a condenação firme daqueles que a praticam nos ambientes escolares e fora deles.

O consumo da droga, a prostituição e a pedofilia são crimes para os quais os jovens são atraídos por criminosos dentro dos muros da própria escola e nas suas imediações. Muitos jovens são obrigados a iniciar uma vida sexual activa pelos motivos errados e sob coação. Enquanto esta criminalidade aumenta as autoridades mostram-se incapazes de a combater de forma eficaz. Por isso, defendemos a elaboração de um programa de combate e prevenção a estes crimes – gaste-se o que se gastar – que faça as nossas escolas locais verdadeiramente livres e seguros.

Assim, propomos, a esta Assembleia, a aprovação desta moção e dos objectivos e estratégias que a mesma contempla.

O nosso objectivo é, naturalmente, construir um futuro melhor, mas temos a ambição de melhorar já o presente de todos os jovens desta sociedade cada vez mais complexa e individualista.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Santos.

Deputado Tiago Santos (Graciosa): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

O tema proposto hoje para ser debatido nesta Assembleia não é fácil, uma vez que não temos todos as mesmas ideias acerca da sexualidade.

Por outro lado, a sexualidade tem uma grande variedade de aspectos e é influenciada por múltiplos factores, como por exemplo, a cultura, a religião, a economia e a política.

A sexualidade pode ser vivida apenas como procura de prazer à custa do outro, como a violação, a prostituição, a pedofilia, relações forçadas (mesmo dentro do casamento), relações vividas de uma forma egoísta.

Pode também ser utilizada na exploração comercial do desejo e do prazer, na publicidade e na pornografia. Mas a sexualidade não tem que ser vivida assim.

É preciso haver Educação da Sexualidade para que cada pessoa viva a sua sexualidade de forma saudável, feliz e responsável. Isto consegue-se fornecendo aos jovens o conhecimento sexual para confrontar os

preconceitos dos jovens com uma informação mais objectiva, completa e rigorosa a nível psíquico e social da sexualidade humana, proporcionando assim atitudes positivas e de comportamentos de respeito e responsabilidade nessa área.

Para que a pessoa viva a sua sexualidade de forma senciável, feliz e responsável, torna-se fundamental a Educação Sexual. Assim, o Grupo Parlamentar da Graciosa considera necessário formar monitores (professores) para desempenharem a função de Educadores da Sexualidade. Os monitores terão que:

- ser pessoas sensibilizadas para a necessidade da Educação da Sexualidade;
- disponíveis por vontade própria e não por obrigação;
- reunir em equipas de trabalho colocando em prática um projecto nas escolas com o apoio de psicólogos educacionais, sociólogos, representantes dos pais e alunos, sempre que possível sexólogos. Estas equipas de trabalho prepararão actividades para serem desenvolvidas por grupos de alunos de acordo, por exemplo, com a faixa etária.

Para aumentar o interesse dos professores por esta temática, uma vez que cerca de 42% dos professores que responderam a um inquérito abstiveram-se quanto ao assunto e 18% acham que não é necessário, deveria haver maior número de acções de formação, que envolvessem todos os professores, pela Associação de Planeamento Familiar.

Presidente: Sr. Deputado, agradece que procurasse concluir.

O Orador: Terá que ser realizado um trabalho formativo com os pais e associações de pais, no sentido de sensibilizar os mesmos para a necessidade da educação da sexualidade, lembrando-lhes, por exemplo, do elevado número de gravidezes das adolescentes que existe em Portugal e que, por exemplo, 79% dos jovens seropositivos, com idades correspondidas entre os 14 e os 26 anos, alegam a falta de informação ao nível da Educação Sexual para o facto de terem contraído o vírus da Sida.

Os projectos da Educação Sexual, uma vez implementados nas escolas, devem ter continuidade. Por isso propõe-se um trabalho continuado, de preferência pela mesma equipa.

Para concluir, é preciso que haja vontade política para implementar medidas que apoiem a Educação Sexual em todas as escolas, nomeadamente nos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara e do público)

Presidente: Srs. Deputados, terminado o período destinado às intervenções, vamos dar início ao **Debate do tema “Educação da**

Sexualidade”, com os Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Fernandes.

Deputado Gonçalo Fernandes (*São Miguel*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores: Boa tarde.

Sou o Deputado Gonçalo Fernandes. Venho da Escola das Laranjeiras, na Ilha de São Miguel.

Gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado José Rego, do Grupo Parlamentar do PS.

Qual a sua opinião sobre a criação de uma disciplina de Educação Sexual, tendo em conta a carga horária dos alunos do 3º ciclo.

Não seria mais fácil a eliminação da disciplina, por exemplo, de estudo acompanhado?

Obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Natacha Sousa.

Deputada Natacha Sousa (*São Miguel*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Eu sou a Natacha Sousa e venho da Escola Básica Integrada do Nordeste.

Gostaria de colocar uma questão ao Sr. Deputado José Rego, do Grupo Parlamentar do PS.

Esta já é a VI Sessão do Plenário Jovem. Já muitos foram os assuntos abordados. Já muitas foram as propostas discutidas e aprovadas.

Sabemos o trabalho de investigação (preparação) que está por detrás destes dois dias de plenário.

Gostaríamos de saber o que é que os partidos e os Srs. Deputados fizeram com as sugestões apresentadas.

Qual o valor que lhes atribuíram?

Será que alguma vez uma delas foi tida em conta no vosso trabalho legislativo?

Se sim, qual?

Se não, porquê?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Gonçalves.

Deputada Beatriz Gonçalves (*São Miguel*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores: Gostaria de colocar uma questão ao Sr. Deputado Paulo Valadão, do Grupo Parlamentar do PCP.

Do ponto de vista do seu partido, as medidas tomadas pelo Governo, no que respeita à política da sexualidade, são eficazes?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Mafalda Ponte.

Deputada Mafalda Ponte (São Miguel): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

O meu nome é Mafalda Ponte e venho da Escola Domingos Rebelo.

Gostaria de colocar uma questão ao Exmo. Sr. Deputado Costa Pereira, do Grupo Parlamentar do PSD.

Qual a opinião do seu partido sobre a forma como a abordagem a esta temática pode ser feita nas escolas?

Deverá constituir uma disciplina autónoma ou poderá ser uma temática transversal a abordar noutras disciplinas?

Obrigada.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sra. Presidente do Plenário Jovem, Sras. e Srs. Deputados Jovens, Caros Colegas do Parlamento:

Em primeiro lugar, queria felicitar todos os alunos e os professores das escolas dos Açores que estão presentes e que aderiram à iniciativa da Assembleia Legislativa Regional, de vir aqui discutir um tema à vossa escolha, que neste caso foi “A Educação da Sexualidade”.

Gostaria de acrescentar que este tema integra a nossa sociedade ou a sociedade que vivemos, uma sociedade de mudança. Essa sociedade nota-se hoje, aqui e agora, com a presença significativa de jovens Deputadas que serão o futuro da nossa Região e do país...

(Aplausos da Câmara)

... em que as mulheres tomarão lugar nos Parlamentos, como nós já vemos noutras sociedades mais avançadas. Isto, porque nas nossas escolas e universidades, a mulher está a ter um papel cada vez mais importante. Portanto, o futuro está nas vossas mãos.

Respondendo directamente à perguntar que o Gonçalo Fernandes me colocou, a qual desde já agradeço, gostaria de dizer que julgo que o que aqui foi dito por alguns alunos espelha muito bem o que está na legislação e o que se pensa que deve ser a Educação Sexual nas escolas.

A Educação Sexual nas escolas, neste momento de mudança em que não há profissionais devidamente formados – hoje, os alunos e os pais exigem que a Educação Sexual seja dada nas escolas – ainda tem um caminho a percorrer na nossa sociedade no domínio da formação e dos recursos humanos.

Alguns alunos falaram hoje que queriam gabinetes nas escolas com médicos, com enfermeiros e com professores.

Esse percurso está a ser feito na nossa Região. Há um conjunto de professores que está a ter formação nas escolas, nos seus centros de formação.

Não é possível, de um momento para o outro, dar formação a todos os professores, mas aquilo que eu espero que os alunos venham a acordar é que essa temática seja abordada de uma forma transversal, passando por várias disciplinas em que a Biologia é muito importante numa das partes da Educação Sexual, em termos das pessoas conhecerem bem o aparelho reprodutor do homem. Depois passa por outras disciplinas como o Português, a História, mas em momento que a escola tem que marcar.

A Escola tem uma palavra a dizer, desde o início, quando faz o seu projecto educativo. As pessoas que fazem o projecto educativo de uma escola devem pensar na formação de um cidadão livre e não basta só pensar ao nível do ambiente e da protecção civil. Também passa pela Educação Sexual.

Aí, se uma escola, no seu projecto educativo, colocar à partida que é necessário dar formação no âmbito da Educação Sexual, vai ter preocupações na formação dos professores, isso vai ser uma prioridade na escola, e essa formação nasce para que os professores estejam devidamente formados.

Também as Associações de Estudantes têm um papel muito importante nos temas que se discutem nas escolas. Muitas das vezes vê-se discutir outras coisas que não esta que vocês hoje, aqui e agora, têm pedido com alguma insistência.

Portanto, há espaço nas escolas. O Gonçalo falava na disciplina de Estudo Acompanhado, mas a disciplina de Formação Cívica que existe no 3º ciclo também poderá ser uma área de abordagem deste tema, como poderá ser fora das aulas.

Eu não estou de acordo que seja uma disciplina optativa. Terá que ser transversal e deve abranger todos os alunos das escolas e não só alguns.

Diz-se que alguns já se acham informados, por isso não vão às aulas.

Que informação é que tiveram quando os próprios pais apresentam muitas vezes dificuldades nesta matéria?

Aqui, queria chamar a atenção naquilo que toca aos pais. Se as escolas não conseguem trazer os pais, peço a vocês, filhos desses pais, que sejam os próprios a trazer os pais pela mão à escola.

Eu sou professor. Fiz o possível por trazer os pais à escola, mas eles têm sempre dificuldade. Vão à escola na altura das avaliações ou então vai o pai daquele aluno que menos necessita.

Portanto, pede-se, encarecidamente, que os pais participem cada vez mais no processo educativo dos seus filhos, em conjunto, de uma forma articulada com a própria escola.

É claro que já foram feitos 6 Plenários Jovens, Natacha. Este é o segundo que estou a participar.

No ano transacto uma questão bastante pertinente foi a gestão da escola.

Que tipo de gestão é que se quer para a escola?

Esta foi a questão que maior polémica deu no debate feito entre os alunos e os deputados presentes.

Da minha parte, como Deputado do Partido Socialista, defendo que a opinião que a grande maioria dos jovens colocou, que a gestão deve ser feita pelos próprios professores, se mantenha na Região Autónoma dos Açores diferente do que o Governo da República pensa impor, uma gestão personalizada em que uma pessoa entra para a direcção da escola e fica lá eternamente.

A gestão deve ser democrática. Quem tiver aptidão para gerir, sendo professor, deve exercer essa gestão na escola.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

É com muito gosto que estou também aqui para ajudar nesta reflexão.

Estou em “casa”. Sou professor, mas estou sem exercer as minhas funções há 4 anos. Portanto, é sempre com alguma emoção e com muita satisfação que estou junto de gente nova, vinda das escolas, para dar a sua colaboração e aprender, praticando aqui o exercício da cidadania.

Com especial satisfação registo que é a primeira vez que estou neste Parlamento sob a presidência de uma senhora, uma menina neste caso, ainda por cima filha de um amigo e ex-colega de escola. Registo isto com muito agrado e carinho.

Relativamente à pergunta que a Mafalda Pontes me colocou sobre como é que se pode fazer a abordagem da Educação Sexual nas escolas, gostaria de referir aqui alguns aspectos que me parecem importantes para perceber a nossa posição.

Em primeiro lugar, e isso foi referido aqui em várias das vossas propostas, a designação de educação afectiva-sexual.

É assim que ela aparece na legislação, inclusivamente na legislação regional que foi aprovada em 2000 nesta Assembleia, por unanimidade, em que todos os partidos estiveram de acordo em designar esta problemática por educação não só sexual, mas educação afectiva-sexual, exactamente para chamar a atenção para um aspecto que várias das vossas moções referia, que é o perigo de nós, quando falamos nisto, apenas reduzimos a

sexualidade a uma dimensão mais biológica, mais física e retiramos aquilo que é fundamental, que é a afectividade, que é a que dá a dimensão humana, própria, que nos distingue dos animais, como o Professor Amaral Dias explicou esta manhã.

A primeira questão que precisamos ter presente é, pois, de que a Educação Sexual não aparece nem pode aparecer nunca despida da sua componente afectiva, porque ela é que a envolve, ela é que dá o sentido e o significado muito próprio e humano à sexualidade.

Por isso, a educação afectiva-sexual não pode ser reduzida à sua componente biológica nem à prevenção dos comportamentos de risco, porque ela se refere ao indivíduo todo, na sua globalidade, como de manhã foi explicado.

A educação afectiva-sexual deve estar presente na escola de uma forma formativa. Ela deve estar presente em qualquer disciplina, em qualquer altura, sempre que haja oportunidade para esse assunto ser abordado, tratado, analisado, estudado, sem forçar.

É com naturalidade que as melhores aprendizagens se fazem.

A primeira reflexão que gostaria de deixar aqui é, pois, que a educação afectiva-sexual, deve estar presente formativamente na escola, deve ser transversal, não deve ser reservada ao professor A ou ao B. Deve ser dada a oportunidade de a qualquer altura, em qualquer disciplina, com qualquer professor, se abordar essa temática de forma natural e a propósito.

Quanto à questão particular que colocava de saber se a Educação Sexual deve ser uma disciplina, se vai funcionar bem como disciplina ou se antes de ser disciplina será melhor ter um gabinete de atendimento, aquilo que posso dizer é que a legislação que existe não impõe, mas sim faculta às escolas a possibilidade de escolher o melhor caminho.

Qual é o melhor caminho para uma escola abordar esta temática?

Os órgãos da escola, nos quais estão representados democraticamente os docentes, os alunos, o pessoal auxiliar, os pais e a própria comunidade na Assembleia de Escola, é que devem escolher qual o melhor modelo para responder aos desafios da sua comunidade.

Se uma escola entende que é criar uma disciplina, pois o caminho a seguir deve ser esse.

Se outra entende que criar uma disciplina não é a melhor solução, mas sim ter um gabinete de atendimento permanente, pois esse será o caminho.

Se outra entende que deve ser o conjunto, uma simbiose das duas soluções, como já existe inclusivamente nalgumas escolas, pois que assim seja.

Não há uma “receita” imposta pela legislação.

Cada comunidade escolar, cada comunidade educativa é que escolhe qual o melhor caminho. E assim é que deve ser.

Agora, podem-se colocar problemas.

De uma maneira geral, quase todos defenderam e transmitiram a ideia da criação de uma disciplina de Educação Sexual.

Sem forçar muito as coisas, gostaria de dizer que qualquer um de vocês sabe perfeitamente que quando se trata de assuntos desta natureza, toca-se com aquilo que é mais íntimo em cada um de nós.

Cada um de vocês, numa turma com 20 ou 30 colegas, não tem à vontade para colocar questões íntimas, suas, a um professor, nem que seja para tirar uma dúvida.

A solução disciplina de Educação Sexual numa turma com as características que as turmas hoje têm, pode ser solução para umas coisas, mas pode não ser para outras.

Nesse caso das questões de maior intimidade, se há um gabinete na escola que funciona com um médico, com um psicólogo, aí temos toda a confiança. Cada um pode ir lá colocar o seu problema se não o consegue colocar a nível da sua família, porque a educação afectiva-sexual tem a ver com a educação que trazemos de casa e com a afectividade que conseguimos no nosso meio familiar.

Se nós temos problemas, e todos nós sabemos que existem, de falta de diálogo entre os pais e os filhos, a escola poderá ser chamada a dar uma resposta, só que não há uma receita para dizer que a melhor solução é esta.

Se houvesse essa receita ou se ela fosse fácil, já estava tudo feito, mas não está.

A legislação que existe neste momento é suficientemente ampla, flexível e com precaução suficiente para permitir que cada escola encontre as melhores soluções para o seu caso.

Nesse aspecto estamos de acordo com a legislação que neste momento enquadra, digamos assim, a questão da educação afectiva sexual nas escolas dos Açores, embora com algumas melhorias que podem sempre, a qualquer altura, ser feitas.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Caros Deputados Jovens, Srs. Professores, Caros Colegas Deputados Regionais:

Em primeiro lugar, queria agradecer a possibilidade que a Jovem Deputada Beatriz Gonçalves me dá de poder fazer algumas considerações sobre a matéria em apreço, ou seja, a Educação Sexual nas escolas, matéria que o meu partido e eu próprio reputamos de fundamentais.

Em relação a essas questões, considero-me muito à vontade na medida em que fui durante alguns anos professor do ensino primário, como se designava na altura, hoje 1º Ciclo.

Por isso mesmo, todas estas matérias relacionadas com o ensino e com as preocupações dos jovens, na minha opinião, são fundamentais, no sentido de se procurar no dia a dia melhorar a qualidade do ensino e contribuir para melhorar também a receptividade das escolas para os jovens que hoje lá estão e para que no futuro outros possam encontrar uma escola melhor do que aquela que vocês têm, na mesma medida que eu considero que a escola hoje é melhor do que aquela que existiu no passado.

Por um lado, a escola tem que preparar os jovens para a vida. Por outro lado, tem que contribuir para a formação de uma personalidade do jovem capaz de se preocupar com as injustiças, de as denunciar e de fazer um esforço no sentido de que se procure viver numa sociedade cada vez mais equilibrada e justa.

Faço estas primeiras considerações porque entendo que estas matérias têm que ser vistas na sua globalidade, no seu conjunto.

Por isso mesmo, também entendo que se deve procurar, ao nível desta Região Autónoma, que todos, em todas as escolas, tenham as mesmas oportunidades e possibilidades de sucesso, quer seja a escola da maior ilha, quer seja a escola das ilhas mais pequenas, como é o caso do Corvo e das Flores.

É necessário fazer um percurso muito grande para que os alunos das escolas das ilhas mais pequenas tenham as mesmas condições que têm os alunos das escolas das ilhas maiores.

Ainda hoje há necessidade de fazer um grande esforço para nos aproximarmos e sentirmos melhores condições nas escolas nas ilhas pequenas.

É pena que os Srs. Doutores que estiveram a debater este tema da parte da manhã não estejam presentes neste momento para continuarem a participar neste diálogo que considero importante.

Os Deputados que estão hoje a representar as Ilhas das Flores, Corvo, Faial e Pico, com certeza que sabem que os Srs. Doutores que aqui estiveram fazem parte do hospital referência das nossas 4 ilhas.

Eles falaram na sua experiência na cidade da Horta. Mas o Hospital é referência para o Corvo, para as Flores, para o Pico e não apenas para o Faial.

Eu gostaria muito que eles dissessem, como médicos de um hospital de referência, o que é que fizeram no Pico? Quantas vezes estiveram nas Flores? Foram ao Corvo? Nessas ilhas existe esse tal gabinete que existe no Faial? Os jovens do Corvo e das Flores têm possibilidade de ir a esse gabinete perguntar à Sra. Ginecologista o que é que ela pensa em função da

sua idade? Como é que vai actuar para poder colocar as suas dúvidas sobre a sexualidade?

Há um grande caminho a percorrer.

Esse caminho, respondendo directamente à questão que me foi colocada, não tem só a ver com as medidas tomadas pelos Governos. Tem a ver com as medidas do Governo da República, do Governo Regional, com a gestão da escola, com a gestão dos hospitais e centros de saúde e tem a ver com a própria sociedade.

Dizem que temos que envolver os pais no ensino da sexualidade. Talvez seria muito importante, mas também temos que envolver os pais na educação para a moral e para a religião.

No entanto, eu nunca ouvi dizer que os pais deveriam reunir com o professor de educação de moral e religião para discutir como é que as aulas são dadas.

Também não se teria que envolver os pais no próprio ensino da matemática e do português? Penso que era importante, mas não será na geração actual que isso se fará. Talvez quando vocês tiverem netos, nessa altura, haverá uma maior aproximação no diálogo dos pais, em função da educação dos filhos, em relação ao ensino do português, da matemática, da educação moral, da Educação Sexual, etc., mas ainda não estamos nessa fase.

O que é necessário é progredir para que os jovens que hoje estão nas nossas escolas possam preparar-se para a vida. A preparação para a vida passa por um complexo de todos os saberes, conhecimentos e da preparação global para a própria vida. Passa também, em nosso entender, pela existência de uma Educação Sexual.

Existe legislação, é verdade. E nós estamos de acordo com quase tudo o que vem na legislação, só que entre a legislação e a sua aplicabilidade vai um abismo.

A grande realidade é que, apesar da legislação existir, ela ainda não assumiu todas as suas condições de aplicabilidade na grande maioria das nossas escolas.

É possível que todas as escolas tenham uma Educação Sexual de acordo com a legislação.

Quando eu vim para aqui estava na expectativa de ter ouvido com algum à vontade, com alguma desenvoltura, com muita liberdade, os jovens falarem daquilo que se passa nas suas escolas. Devo dizer-vos que vou um pouco frustrado, porque não ouvi da vossa parte essa espontaneidade.

Pensei que ia aparecer algum jovem aqui a dizer que na sua escola faz-se isto ou não se faz aquilo. Isso é importante para nós políticos para sabermos o que é que se está a passar, para podermos medir aquilo que se está a passar. Para mim isso é muito importante.

Eu penso que as escolas ainda não foram até ao fim daquilo que era possível.

Ainda não responderam aos jovens aquilo que eles pedem, pelo menos estou convencido disso.

Eu penso que a Educação Sexual e afectiva, termos com os quais estou plenamente de acordo, deve ser feita na escola desde o início até ao fim da Educação Escolar. Eu penso que desde a escola primária esta matéria e muitas outras devem fazer parte do currículo escolar. Felizmente fazem.

Estamos de acordo que, por exemplo, no 1º ciclo, o professor fale nas suas aulas da constituição do corpo, da formação do corpo, da diferença entre o menino e a menina.

Mas a partir do momento em que o jovem entra no 2º Ciclo, eu penso que deveria haver uma diferenciação.

Para mim não seria estranho que a partir do 5º ano de escolaridade até ao 12º houvesse uma disciplina própria de Educação Sexual e afectiva, com um professor responsável pela disciplina que tivesse o apoio de um conjunto de pessoas com diversos saberes. Esse professor, embora responsável pela disciplina, devia contar com o apoio do psicólogo, do médico e de outras pessoas que tivessem conhecimento da pedagogia do ensino, da evolução da criança e do jovem e da necessidade de acompanhar, em função da idade, a criança, o jovem e o adolescente.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que fosse breve.

O Orador: Por outro lado, penso que é fundamental a existência destes gabinetes de atendimento.

Estes gabinetes deverão ter a porta aberta para todos os jovens e terá que haver, como a Sra. Doutora disse, sigilo profissional, porque isso é fundamental. Também será necessário conciliar a aula com a possibilidade de alguma aprendizagem, discussão e diálogo. Por outro lado, os aspectos mais íntimos, os aspectos que têm que ser vistos directamente com o técnico, deviam ter o seu local próprio com essa intimidade.

Aliás, eu estranho muitas vezes que não se procure fazer Educação Sexual e afectiva, porque faz parte da interioridade de cada um.

Nunca ouvi dizer que não se devia dar psicologia. Mas a psicologia faz parte da interioridade de cada um, faz parte do nosso consciente e subconsciente, das nossas aptidões, etc.

Em nosso entender, não se pode deixar de avançar com a Educação Sexual e afectiva nas escolas pelo facto destas matérias serem muito próprias e muito íntimas das pessoas.

Em todos os campos há aspectos próprios e íntimos e há outros aspectos de conhecimento que são fundamentais que todos conheçam para estarem preparados para a vida.

A existência da Educação Sexual nas escolas, em nosso entender, fundamentalmente, é um caminho para que as crianças, os jovens e adolescentes se preparem para a sua vida de adultos.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Ashley Domingos.

Deputada Ashley Domingos (Corvo): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Costa Pereira, do Grupo Parlamentar do PSD, o que é que o seu partido defende em relação à criação de uma legislação que apoie financeiramente as mães adolescentes, por exemplo, proporcionando um infantário gratuito para os seus filhos e ajudando na alimentação e no vestuário dos mesmos.

Também gostaria de saber, se a Educação Sexual se transformasse numa disciplina independente nas escolas, qual seria o sentido de voto do seu partido?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem o palavra o Sr. Deputado Bruno Tavares.

Deputada Bruno Tavares (São Miguel): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Chamo-me Bruno Tavares e venho da Casa do Gaiato de São Miguel.

Gostava de colocar uma pergunta ao Sr. Deputado José Rego, do Grupo Parlamentar do PS.

Na opinião do seu Grupo Parlamentar, como se deve tratar a problemática da sexualidade nos lares de acolhimento de crianças e jovens?

Que medidas o seu Grupo Parlamentar tem tomado nesse sentido?

Obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Vieira.

Deputada Carolina Vieira (São Miguel): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Gostaria de colocar a seguinte questão ao Deputado José Rego, do Grupo Parlamentar do PS.

Considerando que o número de gravidezes na adolescência nos Açores é cada vez mais preocupante, na sua opinião, o que tem feito o seu partido para que a escola ofereça condições para que as mães adolescentes prossigam os estudos?

Obrigada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rúben Pacheco.

Deputada Rúben Pacheco (São Miguel): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Gostaria de colocar uma questão ao Sr. Deputado Paulo Valadão, do Grupo Parlamentar do PCP.

Na sua opinião, como é que os pais podem ajudar a escola na educação da sexualidade?

Obrigada.

Presidente: Chamo a atenção para o facto de que os Srs. Deputados só responderão a uma questão, porque já ultrapassaram em muito o tempo destinado às suas respostas. Sendo assim, apenas dispõem de 2 minutos para prestar o esclarecimento.

Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Parlamento:

É com muito gosto que respondo a uma pergunta do Bruno Tavares que vem da Casa do Gaiato, instituição que estimo muito como muitas outras que existiram nos Açores e que têm sofrido algumas transformações nos últimos tempos. Aqui já estou a dar uma resposta ao que é que o meu partido tem feito por estas instituições.

Essas instituições de solidariedade social e algumas que viviam só à custa da boa vontade da sociedade civil, hoje têm um apoio muito diferente do que tinham no passado, em termos da Segurança Social.

A Segurança Social entende que a comunidade deve ajudar, mas também o Estado. Neste caso, a Região Autónoma deve participar financeiramente estas instituições.

É claro que a Casa do Gaiato no passado era diferente do que é hoje. Hoje já existem lá alguns técnicos, mas gostaríamos que tivesse mais e terá com certeza no futuro.

Estas instituições antes tinham só pessoas com vontade de trabalhar nelas e deram muito da sua vida. Lembro o Padre Américo e o Padre Elias que estiveram à frente da Casa do Gaiato muitos anos. Nós não podemos desprezar o mérito que essas pessoas tiveram em criar essas instituições.

A resposta do nosso tempo há-de ser uma resposta diferente. Uma resposta com técnicos, com pessoas que saibam trabalhar com jovens que necessitam mais do que os outros jovens.

No tempo em que precisavam de ter muitas vezes os pais ao seu lado não tiveram, por isso esta actividade terá que ser feita por técnicos capazes, responsáveis e formados.

Julgo que estamos no bom caminho. Temos feito alguma coisa, há mais para fazer, mas pensamos sempre que somos uma Região com fracos recursos e os recursos têm que ser distribuídos por várias instituições de solidariedade social que também são importantes e que estão fazendo outro

papel. É com algum cuidado que temos que ir olhando para as várias instituições.

A sua pergunta demonstra alguma ansiedade. É uma pergunta de quem quer mais, mas pergunte aos seus técnicos como era no passado e como é que está no presente. Vamos ver se o futuro ainda será mais risonho face às necessidades dos lares de jovens acolhidos.

Relativamente à questão colocada pela Carolina, gostaria de dizer que a continuidade dos estudos das mães adolescentes, é um problema social ainda da nossa Região. Não é um problema da escola.

A adolescente que engravida pode continuar a viver, a fazer o seu percurso escolar normalmente. Ela não foi atingida por nenhuma desgraça, nem por nenhuma peste, para não continuar na escola.

Na escola onde eu fui Presidente, tive uma ou duas alunas que fizeram o seu percurso escolar, fizeram os seus exames do 12º ano e não houve nenhum problema. Os colegas acompanharam a gravidez na escola.

Nós temos ainda questões sociais, problemas por resolver.

Presidente: Sr. Deputado, informo que o seu tempo já terminou.

O Orador: Terminou já, Sra. Presidente. Preciso apenas de mais um minuto. O que é que temos feito?

Todo o apoio tem que ser dado ao nível das instituições locais. Em qualquer conselho há uma assistente social que deve olhar por essa jovem mãe, se os pais não tiverem capacidade de olhar.

Em primeiro lugar, se a gravidez não é assumida pelo pai da criança e ela fica integrada na sua família, deve haver uma abordagem pela assistente social desse concelho.

A nível da escola é uma aluna que tem que ser olhada com outro cuidado no sentido de que precisa às vezes de cuidados diferentes em termos de aulas, de exame e de testes. Tudo o resto é normalíssimo.

O que há a fazer é dar apoio social a nível do concelho, se não houver o apoio dos pais, e a nível da escola terá que haver uma maior atenção dos professores.

Não têm que questionar o Governo sobre o que vai fazer ou o que tem feito.

Temos que partir do princípio que temos uma escola, um Conselho Executivo, professores e a primeira resposta terá que ser dada na própria escola.

Portanto, não fique a ideia de que o Governo é que tem que fazer tudo a nível dos problemas da escola e é que tem que encontrar as soluções.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Nós temos um determinado espaço.

A escola tem que dar a resposta.

Um deficiente entra numa escola que tem escadas e é preciso que as aulas sejam dadas no rés-do-chão.

Vão pôr o problema ao Sr. Secretário Regional?

Não. Vão pôr ao Conselho Executivo e ele é que tem que resolver esse problema.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Eu estava agora a brincar com o meu colega pelo exemplo que ele deu. A escola só resolve o problema do deficiente se tiver dinheiro. Se não tiver, ela terá que ir bater à porta do Secretário.

De qualquer maneira, a Sra. Deputado Ashley Domingos colocou uma questão sobre a posição do PSD em relação à Educação Sexual.

A posição do PSD é clara.

Naturalmente já aprendeste que a partir da Revolução Francesa passou a haver a divisão tripartida dos poderes (poder executivo, poder legislativo e poder judicial)

O poder legislativo é o que permite fazer as leis. A Assembleia faz as leis.

O poder executivo, ou seja o Governo, executa as leis.

Os tribunais verificam se as leis estão a ser executadas de acordo com a lei.

A legislação que esta Assembleia aprovou por unanimidade acerca do planeamento familiar e da educação afectiva-sexual (Decreto Legislativo Regional nº 18/2000/A), resultou de uma proposta do PSD.

Portanto, aquilo que existe neste momento na Região, em termos legislativos, foi uma iniciativa do PSD. Nós já demos o contributo legislativo.

A adaptação, a regulamentação e a execução na prática desta legislação compete ao Governo, porque o Governo é que executa as leis, é que as regulamenta e é que as coloca em prática no dia a dia.

Também compete, de alguma maneira, aos órgãos executivos das escolas e à forma como eles implementam.

Portanto, a posição do PSD é clara. Nós estamos de acordo com uma educação afectiva-sexual nas escolas, de acordo com o modelo que cada escola achar melhor, mas devem ser dados os meios à escola para implementar esse modelo, tanto a nível de aulas, como de gabinetes ou talvez uma mistura dos dois.

Nós estamos à vontade porque fomos nós que propusemos essa lei e concordamos com o modo em que ela foi aprovada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diego Aguiar para interpelar o Sr. Deputado Paulo Valadão, do Grupo Parlamentar do PCP.

Deputado Diego Aguiar (Terceira): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Boa tarde a todos.

Sou o Diego Aguiar da Escola Básica 3/S Vitorino Nemésio.

Exmo. Senhor Deputado do Grupo Parlamentar do PCP:

No seu ponto de vista, como deveria ser abordada a questão do aborto na disciplina de Educação Sexual?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Eu vou procurar responder à pergunta colocada anteriormente pelo Sr. Deputado Rúben Pacheco e depois esclarecerei a questão colocada pelo Sr. Deputado Diego Aguiar.

Como é que os pais podem ajudar a escola em relação à educação afectiva-sexual?

Eu colocaria a questão de outra maneira:

Como é que a escola pode ajudar aos pais em relação a uma educação completa e harmoniosa do seu educando?

Eu penso que não poderá haver um critério para a Educação Sexual e um critério para as outras educações. A educação do indivíduo é integral.

Seria muito interessante que houvesse esta inter-ajuda da escola com os pais e dos pais com a escola, mas infelizmente na nossa sociedade essa não é a realidade em nenhuma disciplina. Aliás, há dias soube de um jovem da vossa idade que deixou de frequentar a escola. Eu como conheço o pai perguntei por que é que filho tinha deixado de frequentar a escola. A resposta do pai foi de que não sabia.

Ele devia saber, devia ser o primeiro a saber. Eu fui informado de que a escola, quando o aluno faltava, por várias vezes, escreveu ao pai a pedir para ir à escola porque precisavam falar. Só que o pai não foi. Não foi uma vez, não foi duas, nem foi três. Esta é a realidade da nossa sociedade.

Há pais que estão preocupados com a educação dos seus educandos, mas há encarregados de educação que têm menos preocupação.

Por isso, não podemos cingir a educação dos jovens ao maior ou menor interesse do encarregado de educação.

Aquilo que eu penso é que a própria escola deve fazer um grande esforço no sentido de chamar os pais, conversar com os encarregados de educação, mas independentemente disso tem que cumprir a sua missão em todas as

áreas, quer seja na educação afectiva-sexual quer seja nas outras disciplinas.

Presidente: Sr. Deputado agradecia que concluísse.

O Orador: Em relação à segunda pergunta, como deveria ser abordada a questão do abordo na disciplina de Educação Sexual, em primeiro lugar, devo dizer que entendo que a jovem ou a mulher que se vê obrigada a ter que abortar, está a ser altamente violentada.

É por isso que eu entendo que a legislação portuguesa está errada, porque não deveria considerar criminosa a mulher que pedisse um aborto.

Em segundo lugar, penso que para que a mulher não seja violentada, deve haver uma Educação Sexual que permita à jovem desenvolver a sua vida sexual sem necessidade de ter de abortar.

Tudo deve ser feito no sentido de que nenhuma mulher necessite de se sentir violentada ao ponto de ter que abortar.

Em terceiro lugar, penso que é fundamental que uma jovem que se veja obrigada a abortar nunca seja considerada criminosa...

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado, mas tem que terminar.

O Orador:... essencialmente se é uma jovem que tenha apoio social, moral e que tenha enquadramento em relação à sociedade onde vivia.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Depois deste período de interpelações aos Srs. Deputados, irá usar da palavra o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para encerrar este ponto da nossa Agenda do Dia.

Deputado Francisco Barros (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Jovens Deputados, Prezados Colegas menos jovens:

Eu não sei qual o tempo que disponho e não queria ser o mau exemplo dos meus colegas de não respeitar a mesa, por isso solicito que quando acharem que estou a falar em demasia me avisem.

Não querendo sendo chato, começava esta intervenção lembrando um velho provérbio, um ditado inglês, cuja tradução era mais ou menos esta:

“Do tempo que ninguém se interessa, toda a gente fala. De sexo, toda a gente se interessa, ninguém fala”.

Hoje, invertem-se os papéis. Ninguém discutiu o estado do tempo, mas de uma forma que foi uma exemplar lição de cidadania, para nós deputados regionais, vocês trouxeram um tema – ainda hoje e de acordo com algumas intervenções feitas aqui, a Sra. Deputada do Nordeste dizia que era necessário mais respostas e menos tabus – de uma forma descomprometida, desinibida e clara, sobre aquilo que toda a gente, não querendo falar, pensa. E quando digo toda a gente não querendo falar, começo por nós próprios, deputados.

Há determinados temas que nós caminhamos sobre eles como brasas, porque olhamos sempre para o calendário eleitoral.

Estaremos perto ou longe das eleições?

Se tomarmos esta posição, ela será bem ou mal interpretada pela Comunicação Social?

Se votarmos de uma determinada forma, o que é que irão dizer?

Estou a recordar-me de uma coisa que se passou hoje que se acontecesse na próxima semana, quando o plenário reunir, seria impensável.

Surgiu aqui um voto, salvo erro da Escola Antero de Quental, por causa da comemoração da vitória do Futebol Clube do Porto na liga dos campeões.

Se esse voto chegasse aqui na próxima semana todos iriam tecer loas, todos iriam dizer que estavam de acordo mesmo que alguns se roessem e desejassem que eles tivessem perdido, porque não era politicamente correcto darmos uma imagem que, para a nação, para o país, é de prestígio internacional.

Mas muitos de vocês, e não vou discutir os motivos, abordaram isso de uma forma exemplar. Votaram da forma como sentiram e não da forma do que é que vão pensar. Foi esta a grande lição de cidadania que vocês nos deram.

Muito mais do que as preocupações sobre a forma, o método e o modo na educação para a sexualidade, vocês referiram uma coisa magnífica: os afectos. Não é só a questão da sexualidade. A questão dos afectos é tão ou mais importante, é uma parte integrante da sexualidade.

Quando vocês falaram disso de uma forma carinhosa e controversa, deram-nos – e repito uma vez mais – uma grande lição de cidadania e deixaram acima de tudo a consciência de que nós, deputados – a vulgarmente designada classe política – ainda temos muito que aprender com os mais novos, de quem muitas vezes estamos isolados, porque vivemos quase dentro de uma gaiola dourada, de uma gaiola de vidro e muitas vezes perdemos a noção da realidade.

Termino dizendo que este vosso trabalho não pode acabar aqui. O vosso trabalho foi uma manifestação de cidadania, discutiram aquilo que é o vosso presente.

Costuma-se dizer que os jovens pertencem ao futuro.

O futuro um raio!

Quando vocês chegarem ao futuro já não são jovens, são velhos. Vocês têm que exigir as coisas é agora, não é para o futuro, não é daqui a duas gerações. O importante é exigirem agora.

Um pouco parafraseando os estudantes de Maio de 68 – grande parte dos que estão presentes neste plenário não era nascido nessa altura – que tiveram uma frase sublime na altura da contestação estudantil: “Sejamos realistas e exijamos o impossível!”.

É um pouco isto que vocês têm que fazer, exigir tudo aquilo a que acham que têm direito para ser feito agora, através das associações de estudantes, da participação dos movimentos associativos, das mais diferentes índoles, através das organizações políticas de juventude. Da forma como quiserem, mas acima de tudo quebrem estas amarras, continuem a avançar neste caminho.

Uma coisa posso garantir: o apelo que foi feito por um de vocês para que este assunto seja discutido num próximo plenário sénior, se for levado a cabo, esta Assembleia estaria a ganhar muito.

Muito obrigado e continuação de um bom trabalho.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Terminado o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, vamos fazer um intervalo de 30 minutos de modo a proceder à conciliação das diversas propostas

Antes, porém, gostava de agradecer a presença do Dr. Francisco Barros, do Dr. José Rego, do Dr. Costa Pereira e do Dr. Paulo Valadão.

Aproveito também a oportunidade para pedir desculpa por ter interrompido.

A Sessão recomeçará às 18 horas e 15 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

(Após o intervalo, a Vice-Presidente Ângela Rego foi substituída na Mesa da ALRA pela Vice-Presidente Solange Gomes)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, entrando na **Agenda da Reunião**.

O primeiro e único ponto consiste na apresentação das Propostas de Resolução.

Após a apresentação de cada proposta, haverá um período de 7 minutos para debate, seguindo-se a votação.

(Eram 18 horas e 30 minutos)

A primeira **Proposta** é subscrita pelos Srs. Deputados das **Escolas de Graciosa, Santa Maria, Domingos Rebelo, Ginetes e Nordeste**.

Tem a palavra a Sra. Deputada Natacha Sousa para apresentar a proposta subscrita por esta coligação.

Deputada Natacha Sousa (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Conciliadas as propostas da Graciosa, Santa Maria, Domingos Rebelo, Ginetes e Nordeste, assim em conjunto vimos propor:

Que a Educação Sexual faça parte dos currículos de ensino básico e continue no ensino secundário até ao 12º ano;

Que do 5º ao 9º anos, a Educação Sexual faça parte do programa de Formação Cívica, mas que seja abordada de uma maneira transversal em todas as disciplinas que devem colaborar, uma vez que a carga horária do ensino básico já é excessiva e para ser uma disciplina autónoma ter-se-ia que alterar a estrutura actual da carga horária, pois não desejamos mais horas no nosso horário já tão sobrecarregado.

Que desse programa devam fazer parte temas como:

- conhecimento do corpo e suas alterações ao longo da adolescência;
- cuidados de higiene e saúde;
- conhecimento do outro;
- sistema reprodutor;
- métodos anticoncepcionais;
- doenças sexualmente transmissíveis;
- os afectos, entre outras questões.

Neste âmbito, propomos que exista uma parceria entre as escolas e as instituições de saúde, de modo a trazer os técnicos de saúde à escola e vice-versa, ou seja, levar os alunos às instituições de saúde.

Para esta disciplina existir, seria necessária a formação de professores na área. Daí, propomos que esta formação tão necessária e urgente seja disponibilizada a todos os docentes que queiram trabalhar nesta área com os alunos.

Estes professores coordenariam os projectos a desenvolver e seriam a ponte com as instituições de saúde.

Propomos ainda um acesso mais fácil e menos constrangedor aos métodos anticoncepcionais que aqui referimos e aqui referimo-nos ao preservativo.

Assim, estes anticoncepcionais, para nós, deviam estar disponíveis não só nas farmácias e centros de saúde, mas também em outros locais como casas de banho públicas, cafés, bares e centros comerciais.

Muito obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Estão abertas as inscrições sobre esta Proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rosa.

Deputado André Rosa (Terceira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sra. Deputada Natacha Sousa:

Gostava de saber de que modo é que a vossa proposta tornaria rentável a referida disciplina no ensino secundário, visto que durante esse período de

tempo, se os adolescentes tiverem algum problema para resolver, já os terão resolvido.

Julgo que no ensino secundário é inútil a leccionalização dessa disciplina, porque nós vivemos em sociedade e em sociedade nós aprendemos uns com os outros. De um modo ou outro, nessa altura os adolescentes já estarão esclarecidos.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Natacha Sousa.

Deputada Natacha Sousa (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sr. Deputado André Rosa:

Se os adultos hoje em dia têm problemas, por que não os adolescentes do 12º ano?

Eu tenho colegas na minha escola no 12º ano que têm muitas dúvidas e tenho outras que já desistiram da escola que têm filhos e que continuam sem saber a utilidade de muitos contraceptivos ou precisam mesmo de informações sobre a sexualidade.

Peço desculpa aos meus colegas que estou a representar se não esclareci bem a questão colocada, mas a minha resposta foi feita de improviso.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Fernandes.

Deputado Gonçalo Fernandes (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Gostava de contradizer a sua opinião.

Se calhar esses seus colegas que estão no 12º ano, ou que já têm filhos, não tiveram uma Educação Sexual desde pequeninos, por isso não devem conhecer os métodos contraceptivos e não dispõem neste momento de informação suficiente sobre isso.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Rego.

Deputada Ângela Rego (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sr. Deputado Gonçalo:

Eu acho que os problemas surgem independentemente de se ter tido ou não Educação Sexual.

Surgem de acordo com os problemas que se vão tendo durante a vida, por isso não podemos pensar que os alunos que hoje frequentam o 12º ano têm problemas, porque não tiveram educação para a sexualidade. Eles podem ter tido outros problemas na vida que os levam a ter dúvidas sobre essa temática.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado André Rosa.

Deputado André Rosa (Terceira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Concordo com os esclarecimentos prestados, mas volto a insistir: como é que no ensino secundário conseguiriam tornar viável e sustentável a disciplina de Educação Sexual?

O ensino secundário é uma fase de preparação para a universidade e o tempo escasseia. Como todos sabemos esse ensino é muito exigente.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Mesquita.

Deputada Isabel Mesquita (Santa Maria): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Antes de mais, faço das minhas palavras as palavras das minhas colegas.

Gostava ainda de dizer que quando pensamos no passado, temos que pensar no presente e no futuro.

É agora que temos que pensar, porque no futuro estaremos na universidade.

É uma idade muito importante e temos que estar bem informados sobre a sexualidade.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Beatriz Gonçalves.

Deputada Beatriz Gonçalves (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Gostaria de fazer uma pergunta a um dos Srs. Deputados que pertence a esta coligação que defende esta Proposta.

Abordaram apenas o tema da sexualidade. Pelo que me apercebi não falaram dos afectos.

A sexualidade engloba mais do que o acto sexual.

Gostaria de saber se nesse programa da Educação Sexual incluem os afectos.

Em relação à colocação de máquinas de preservativos em casas de banho de cafés, será que não vai fomentar o próprio acto sexual, a promiscuidade e as relações nos próprios cafés?

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Natacha Sousa.

Deputada Natacha Sousa (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Caso a Sra. Deputada Beatriz não tenha ouvido, nós fizemos referência que nesse programa estaria incluído muitos temas, incluindo os afectos.

Quanto à máquina de preservativos, poderá ser visto como um incentivo à prática sexual, mas mais vale prevenir do que remediar.

É preferível utilizar o preservativo, do que não utilizar, acarretando muitos mais problemas.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rúben Pacheco.

Deputado Rúben Pacheco (Terceira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Falam como se todos os alunos prosseguissem estudos no ensino secundário, mas a maioria dos alunos desiste no 9º ano.

Se este tema é abordado em Formação Cívica, é de forma superficial.

Como é que os alunos que desistem podem ter informação em relação ao futuro?

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Informo os Srs. Deputados que terminou o tempo disponível para debate desta proposta.

Passamos à apresentação da próxima **proposta**, subscrita pelas **Escolas do Faial, Flores, Pico, São Jorge e Terceira**.

Para o efeito tem a palavra a representante desta coligação.

Deputada Débora Branco (Terceira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

As Escolas das Ilhas do Faial, Flores, Pico, São Jorge e Terceira propõem:

1º - A criação de uma disciplina específica obrigatória a leccionar num bloco de 45 minutos semanais;

2º - A criação em todas as escolas de um gabinete de apoio ao aluno que garanta a confidencialidade, nomeadamente apoio psicológico, médico e outros apoios necessários;

3º- Disciplina leccionada pelos diferentes professores com formação especializada na Educação da Sexualidade (psicólogos, médicos, enfermeiros – formação esta fornecida pela tutela);

4º- A disciplina poderá ser leccionada no mínimo 3 anos, do 6º ao 9º ano, ou em outros anos que a Escola ache necessário;

5º- A avaliação deve ser qualitativa e de forma a valorizar a disciplina.

Muito obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Rego.

Deputada Ângela Rego (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Os Srs. Deputados que fazem parte desta coligação não acham que a implementação da Educação da Sexualidade, como uma disciplina autónoma, iria sobrecarregar um currículo que já é bastante extenso?

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Débora Branco.

Deputada Débora Branco (Terceira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Nós propomos que essa disciplina seja incluída na disciplina de Formação Cívica, Estudo Acompanhado ou Área Projecto, visto que temos 90 minutos da disciplina de Área Projecto, o que não se justifica. Podíamos ter 45 minutos em Área Projecto e outros tantos para a Educação Sexual.

É esta a nossa ideia.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Maciel.

Deputada Andreia Maciel (Flores): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Eu penso que ao implementarem esta disciplina como obrigatória vão dar oportunidade de todos terem conhecimento não deixando espaço para os erros de estudante.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Natacha Sousa.

Deputada Natacha Sousa (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Antes de mais gostaria de dizer que não gostava de ver criado aqui um conflito entre estas duas opiniões.

A minha questão é a seguinte:

Esta disciplina, na vossa opinião, será dada durante três anos. E nos outros anos o que aconteceria?

Nesses três anos apenas iriam dar o básico, calculo eu. Penso que haveria um esquecimento de informação, ou até antes desses três anos poderia haver não só um descuido por parte dos estudantes, como também podiam vir a “esquecer”.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rúben Pacheco.

Deputado Rúben Pacheco (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Caso a disciplina de Educação Sexual seja obrigatória, não pode levar a que alguns alunos se desinteressem por ela?

Alguns pais até mesmo podem não concordar, porque segundo um inquérito feito aos encarregados de educação alguns pais não concordam com a implementação da disciplina, porque pensam que a obrigatoriedade dessa disciplina pode incentivar, mas há opiniões diferentes.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Débora Branco.

Deputada Débora Branco (Terceira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Rúben Pacheco, gostaria de informar que pensámos informar os pais acerca do que iríamos abordar nas aulas.

Muitos pais pensam que a implementação da disciplina poderá levar à prática, mas não é isso que pretendemos com essas aulas. Apenas pretende-se informar os alunos acerca dos meios contraceptivos eficazes para evitar as gravidezes indesejáveis e as doenças sexualmente transmissíveis.

Era essa a nossa ideia e não levantar polémica.

Eu acho, pessoalmente, que se um aluno já tem disciplinas obrigatórias, como por exemplo História, e mostra-se desinteressado por ela, não era a implementação de mais uma que faria mal, mas esta é a minha opinião.

Obrigada, Sra. Presidente.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Gonçalves.

Deputada Beatriz Gonçalves (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Como se poderá avaliar uma disciplina tão difícil como a Educação Sexual?

Vão avaliar como é que se coloca o preservativo?

Vão avaliar o conhecimento acerca dos meios anticonceptivos?

O que é que vão avaliar?

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Toste.

Deputado Luís Toste (Terceira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Nós não pretendemos avaliar se o aluno sabe ou não utilizar o preservativo.

Nós não pretendemos avaliar as informações obtidas, mas sim o trabalho que o aluno desempenhou e o relacionamento que este teve com a disciplina, ou seja, como é que ele abordou o tema, se é interessado e se trabalhou num projecto conjunto para o melhoramento do comportamento dos jovens.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Mesquita.

Deputada Isabel Mesquita (Santa Maria): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Quanto à questão colocada em relação aos pais, como alguém disse no decurso dos nossos trabalho da parte da manhã, os pais, às vezes, não dispõem de informação para negarem que tenhamos essas aulas, mas também entendo que mais carga horária será pior.

Há muitos alunos que faltam às aulas, recusam-se a ir às aulas e muitas vezes chumbam por faltas.

A criação de mais uma disciplina será mais uma forma de chumbarem por faltas, o que é desnecessário.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Toste.

Deputado Luís Toste (Terceira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Caso a Sra. Deputada não tenha reparado, a Deputada Débora já referiu esse problema.

A nossa ideia é substituir pela disciplina de Área Projecto, Estudo Acompanhado ou Formação Cívica. Visto que são disciplinas que não têm tido grande aproveitamento a nível escolar, retirava-se uma destas disciplinas e implementava a disciplina de Educação Sexual, visto que tem uma maior importância a nível do comportamento dos jovens.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados está encerrado o debate sobre esta proposta.

Passamos à apresentação da próxima **proposta**, subscrita pelas **Escolas das Laranjeiras, Povoação, Maia, Corvo, Obra do Gaiato e Antero de Quental**.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Vieira.

Deputada Carolina Vieira (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

De acordo com o Decreto Legislativo Regional nº 18/2000/A, de 2 de Agosto e ainda o Decreto-Lei nº 259/2000, de 17 de Outubro, a escola pode criar uma disciplina opcional de acordo com a sua autonomia.

Se for obrigatória aumentará a carga horária dos alunos e esses deixarão de ter liberdade para debater os seus problemas de forma natural.

Se for integrada na Formação Cívica, o programa já prevê a sua abordagem, mas de uma forma superficial, dado que esta disciplina abrange uma enorme variedade de temas.

Sendo assim, propomos a criação de uma disciplina de carácter facultativo onde será abordada a Educação da Sexualidade no seu todo.

Muito obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate desta proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Morgan Câmara.

Deputado Morgan Câmara (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Se for criada a disciplina de Educação da Sexualidade como disciplina opcional, talvez os alunos que mais precisam de informação não apareçam nas aulas.

Como o ser humano não é perfeito, alguns de nós corremos o risco de sermos pais ainda jovens.

Era isso que gostaria de dizer.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Silva.

Deputada Mariana Silva (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Na vossa opinião, deve-se obrigar os alunos a frequentarem a aula.

Na nossa opinião, a disciplina deve ser opcional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Morgan Câmara.

Deputado Morgan Câmara (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Na nossa opinião, como os alunos são obrigados, pode ser que alguma coisa fique na cabeça e assim possam aprender alguma coisa.

Se não forem obrigados, não aprenderão nada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Azevedo.

Deputado Pedro Azevedo (Faial): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Gostaria de apoiar o esclarecimento dado pelo Sr. Deputado Morgan Câmara. Ele tem razão, porque quando as disciplinas não são obrigatórias, uma boa parte dos alunos faltam, porque não têm paciência.

Se a disciplina for obrigatória sempre aprenderão algo para um bom desempenho sexual em toda a sua vida.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Vieira.

Deputada Carolina Vieira (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Eu não consigo concordar com a vossa posição.

Como é que acham que um aluno que é obrigado a ir às aulas, pode estar interessado nessa disciplina?

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Gonçalves.

Deputada Beatriz Gonçalves (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Colocando-nos no lugar dos alunos que são obrigados a frequentar essa disciplina, seríamos capazes de falar abertamente de um assunto tão delicado como a sexualidade?

Nessa disciplina tem que haver diálogo.

Ela não pode ser uma disciplina teórica. Temos que aprender com a experiência dos mais velhos.

O que é que seria melhor: ser uma disciplina obrigatória e ser frequentada por muita gente que a levará no mau sentido da palavra, porque pensam que sexualidade é sexo e não terão atenção nas aulas, ou ser uma disciplina opcional e ser frequentada apenas por aqueles que têm interesse e que a consideram importante?

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Areias.

Deputada Andreia Areias (Terceira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Em relação ao que a Sra. Deputada Carolina Vieira referiu, de que se formos obrigados a frequentar a disciplina somos obrigados a gostar da matéria, gostaria de dizer que também somos obrigados a frequentar outras disciplinas, com a Matemática, o Português e a História. Muitos alunos não gostam dessas disciplinas, mas não deixam de frequentar as aulas.

A Educação Sexual não deixa de ser uma disciplina importante, tal como a Matemática, a História e o Português.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Informo os Srs. Deputados que terminou o tempo disponível para debate desta proposta.

Pedia ao Sr. Presidente da Assembleia, Deputado André Rosa, para ocupar o seu lugar na Mesa para colocar à votação as respectivas propostas.

(Neste momento o Deputado André Rosa ocupou o lugar de Presidente na Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar a votação das Propostas de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução subscrita pelas Escolas de Graciosa, Santa Maria, Domingos Rebelo, Ginetes e Nordeste, façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 31 votos contra, 16 votos a favor e registou 3 votos de abstenção.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos à votação da proposta seguinte.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução subscrita pelas Escolas do Faial, Flores, Pico, São Jorge e Terceira, façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada com 26 votos a favor, 23 votos contra e registou 1 voto de abstenção.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos à última votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução subscrita pelas Escolas das Laranjeiras, Povoação, Maia, Corvo, Obra do Padre Américo e Antero de Quental, façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 34 votos contra, 13 votos a favor e registou 3 votos de abstenção.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados terminam por aqui os nossos trabalhos.

Obrigado pela vossa participação no plenário.

Espero que tenha sido uma experiência positiva e que tenha contribuído para o auto crescimento de todos nós.

Também aproveito para agradecer aos Srs. Deputados e Convidados o contributo que deram nesta Sessão.

Declaro finda a VI Sessão do Plenário Jovem.

(Aplausos de pé da Câmara)

(Eram 19 horas e 10 minutos)

Deputado que faltou à Sessão

Deputado Representante do Grupo Parlamentar do PP

Paulo Gusmão

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*